

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Paulo Henrique de Carvalho Pachá

Formas de Intercâmbio e Dominação:
As Relações de Dependência Pessoal no
Medievo Ibérico (IV-VIII)

Niterói

2012

Paulo Henrique de Carvalho Pachá

Formas de Intercâmbio e Dominação:
As Relações de Dependência Pessoal no
Medievo Ibérico (IV-VIII)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos

Niterói

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P116 Pachá, Paulo Henrique de Carvalho.

Formas de intercâmbio e dominação: as relações de dependência pessoal no Medievo Ibérico (IV-VIII) / Paulo Henrique de Carvalho Pachá. – 2012.

163 f. ; il.

Orientador: Mário Jorge da Motta Bastos.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 157-163.

1. Península Ibérica. 2. Séculos IV-VIII. 3. Idade média; história. 4. Comércio; história. I. Bastos, Mário Jorge da Motta. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 946.1

Paulo Henrique de Carvalho Pachá

Formas de Intercâmbio e Dominação:
As Relações de Dependência Pessoal no
Medievo Ibérico (IV-VIII)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Mario Duayer de Souza
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Leila Rodrigues da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

2012

Para Catarina, que tem um mundo a ganhar.

Para Cynthia, por tudo que compartilhamos, ontem e hoje.

AGRADECIMENTOS

As últimas fases de elaboração de uma dissertação, em especial o seu processo de redação, são momentos solitários. Contudo, é impossível esquecer que os pensamentos, hipóteses e análises que agora se cristalizam no papel são fruto de um trabalho essencialmente coletivo. Deste em específico, as melhores partes são frutos dos momentos em que desfrutei da companhia daqueles nomeados abaixo.

À Catarina, responsável pelos meus momentos mais felizes, que me surpreende todos os dias. Que se tornou a pessoa mais importante da minha vida desde que ouvi seu coração bater e reforça esse sentimento a cada dia que passa. Por todas as ocasiões em que chamou “Papai” e me proporcionou horas preciosas longe da dissertação. Por todas as risadas e sorrisos.

À Cynthia, sem a qual não existiria dissertação. Por todo o amor, apoio e compreensão. Pelo incentivo sincero e pelos desafios. Companheira no sentido mais extremo. Que essas páginas sejam uma pequena consolação para os planos desfeitos, tempos desviados e atenções roubadas.

À minha mãe, que me educou tendo como valores máximos o diálogo e a liberdade. Por todo o amor, carinho e confiança que me dispensou, sempre respeitando as escolhas que fiz e demonstrando que educar é disponibilizar as ferramentas adequadas ao aprendizado, facilitar os percursos e aconselhar sobre as possibilidades que se colocam, mas jamais limitar. A quem eu admiro pela coragem.

Aos amigos, “Queridões” e “Queridonas” que a UFF me legou e quero ter sempre comigo: Marco Marques, síntese do equilíbrio e do rigor acadêmico com a vontade revolucionária mais intensa; Juliana Lessa, que admiro pela vontade com a qual se lança ao mundo e pela qualidade das críticas; Wesley Rodrigues, econômico nas intervenções, mas sempre certo; Mariana Bedran, cujo ímpeto dá vazão a uma crítica tão feroz quanto demolidora; Flávio Amieiro, especialista transdisciplinar e sempre disposto a ajudar; Ivan Martins, exemplo de uma inteligência que me impressiona, tão vasta que dificilmente se traduz em palavras; Lucas Hippolito, que sempre foi uma referência de excelência acadêmica.

À Macacada do NIEP-PréK, espaço de reflexão coletiva onde o mais alto respeito convive com a crítica mais intensa: Zé Knust, pesquisador rigoroso e honesto, além de “leitor-teste” de inúmeros fragmentos dessa dissertação, com a qual sempre contribuiu com avaliações equilibradas; Gabriel Melo, por todos os questionamentos

dos quais não nos deixa fugir; Renato Silva, vencedor de inúmeros concursos de melhor-pessoa-do-mundo e dono de uma boa-vontade e disposição lendárias; Daniel Tomazine, ausência sentida e participação especial sempre aguardada. Artur Henriques, Fábio Frizzo e Mário Jorge tiveram papéis centrais no desenvolvimento desse trabalho.

Ao “cumpadre” Artur, companheiro de todas as horas ao longo da graduação e além, pelas inúmeras tardes na UFF temperadas por alguns debates extremamente sérios e outros nem tanto, por todas as leituras de um material por vezes repetitivo, pelas críticas sempre construtivas e pelo interesse sincero.

Ao Fábio, que se tornou um grande amigo, sempre disponível para qualquer tipo de socorro e sempre disposto ao debate, mesmo quando arriscava perder a paciência. E, mais importante, pela crítica feroz e, por vezes, duramente sincera, característica dos melhores amigos.

Mário Jorge merece todos os elogios como, professor, orientador e amigo. Foi influência primordial na minha trajetória acadêmica, pois me apresentou, em um mesmo movimento, a Idade Média e o Marxismo. Seu incentivo, desde o primeiro momento, foi responsável pela escolha de um campo cujo solo é tão árido e, ao mesmo tempo, tão interessante no pouco que consegue frutificar. Outras “fatias de duração temporal” talvez fossem mais receptivas, mas a complexidade da análise do medieval que encontrei nas aulas e obras do Mário determinaram, desde muito cedo, o caminho que eu pretendia seguir.

Mario Duayer foi outra grande influência em minha graduação e mestrado. Além de guia essencial para minha primeira leitura de O Capital, destacando os aspectos mais profícuos e alertando para os perigos do percurso, a possibilidade de “vampirar” décadas de trabalho rigoroso me proporcionaram o conhecimento de atalhos e paisagens inspiradoras como o Realismo Crítico e a Ontologia de Lukács. Agradeço também por aceitar o convite para uma banca tão exótica e, ainda assim, oferecer comentários, críticas e sugestões extremamente importantes.

À Leila Rodrigues, por ter aceitado o convite para integrar a banca de qualificação e também de defesa, pela atenção que dedicou à leitura da dissertação e os comentários que ofereceu.

Aos amigos Ana Cecília Soares, Bernardo Lepore, Bruce Pimenta, Daniel Jubini, Eduardo Soares, Luis Paulo Porto, Paula Bandeira, e Rodrigo Salvatore. Por todos os intensos debates e pelos momentos de diversão proporcionados.

Aos funcionários do PPGH, em especial à Silvana, sempre simpática e disposta a auxiliar na resolução dos problemas que se apresentassem.

Aos anônimos e incontáveis compartilhadores de arquivos, artigos, livros e acessos. Sem estes, a presente dissertação teria sido extremamente limitada.

Por fim, o inescapável agradecimento à CAPES por ter financiado a pesquisa através da bolsa de mestrado. Sem esta, a pesquisa não teria sido possível.

EPÍGRAFE

“Pois quem iria dominar os homens senão aqueles que dominam suas consciências e detêm o seu pão em suas mãos?”

Fyodor Dostoyevsky – *Os Irmãos Karamazov*.

“No quadro dessa interpretação, portanto, o que caracteriza fundamentalmente o capitalismo é uma forma de mediação social abstrata e historicamente específica - uma forma das relações sociais que é única, uma vez que é mediada pelo trabalho. Essa forma de mediação historicamente específica é constituída por determinadas formas de prática social e, contudo, torna-se quase independente das pessoas envolvidas nessas práticas. [...] Essa forma de dominação não tem nenhum *locus* determinado e, embora seja constituída por determinadas formas de prática social, parece não ser de fato social.”

Moishe Postone – *Notes on Capital*.

“Se culpa há, não cabe aos documentos, mas aos historiadores. Respostas satisfatórias dependem de perguntas adequadas [...]”

João Bernardo – *Poder e Dinheiro*.

“A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco.”

Karl Marx – *Grundrisse*.

RESUMO

Esta pesquisa elege como seu objetivo primordial uma contribuição para o desvelamento das lógicas e dinâmicas da sociedade alto-medieval ibérica (séculos IV-VIII). A hipótese central vincula as principais formas de intercâmbio alto-medievais – dom e comércio – com o processo de transformação, expansão e generalização das relações de dependência pessoal, aqui enquadradas como as relações sociais fundamentais no alto-medievo ibérico. Para alcançar tal objetivo, analisamos um *corpus* documental extenso e variado, reunindo hagiografias, legislação régia e atas dos concílios visigóticos e hispano-romanos.

ABSTRACT

This research selects as its main goal a contribution to the discovery of early medieval Iberian society (IV-VIII) logics and dynamics. The central hypothesis relates the most important early medieval forms of exchange – gift and commerce – with the process of transformation, expansion and generalization of personal dependence relations, here framed as the fundamental social relations of that society. To reach this goal, we analyze a vast and diverse documental *corpus*, combining hagiographies, royal law and minutes from visigothic and iberian religious councils.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – LIMITES DO MEDIEVALISMO.....	5
1. Introdução.....	5
2. Uma “Idade das Trevas” para a medievalística?	10
I. A barbárie na gênese do medievo.	10
II. A Economia como “não-tema”: formas de naturalização.....	15
III – “Que História Medieval no século XXI?”	24
3. A Idade Média no Brasil: desenvolvimentos e continuidades.....	27
I – O “primitivismo” suevo.	27
II – Evidências do passado, naturalização do presente.....	30
4. Totalidade social e esferas da vida.	36
I – Totalidade Negada: a cisão do social em áreas.	37
II – Totalidade Rompida: a integração do social no passado.	39
III – Totalidade Reconhecida: a forma de integração do presente.	41
IV – Totalidade Real: o objeto da ciência.	43
CAPÍTULO II – FORMAS DE INTERCÂMBIO ALTO-MEDIEVAIS	52
1. Historiografia.....	52
2. Modelos Provisórios.....	63
I. A troca de presentes (dom).....	64
a) Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva.....	64
b) O enigma dos modelos: a releitura crítica de Mauss empreendida por Godelier.	66
c) Negociação: o dom como dissolução do conflito.....	67
II. Comércio/Mercadoria.	69
a) Karl Marx.	74
III. Formas de intercâmbio alto-medieval: Modelo (1).	80
3. Estudos de caso.....	82
4. Modelos reelaborados e interpretação geral.	96

CAPÍTULO III – RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA PESSOAL	98
E ESTRUTURA SOCIAL.....	98
1. Introdução.....	98
2. Relações de Produção Capitalistas: força de trabalho.....	102
3. Relações de Produção Alto-medievais: as relações de dependência pessoal.....	103
I. Historicidade.....	104
II. Relações desiguais e pessoais.....	110
III. Relações de dependência pessoal e estrutura social.....	121
a) Forma de organização da estrutura eclesiástica.....	122
b) Relações de produção e dominação: o campesinato dependente.....	128
4. Relações sociais fundamentais.....	133
I. A troca de presentes como lei geral do Regime Senhorial.....	133
II. As relações de dependência pessoal: o dom como forma da dependência.....	137
CONCLUSÃO.....	140

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui desenvolvida nasce de uma dupla inquietação: teórica e temática. Se parece difícil saber qual é a primordial, talvez seja porque essa é uma questão completamente destituída de sentido. Teoria e história não são dois elementos alheios, passíveis de separação. Ao contrário, tal como teoria e prática, são dois aspectos de uma mesma questão. Da mesma forma que não existe teoria sem prática (ou prática sem teoria), não pode existir história, como atividade científica, que não seja teoricamente informada, assim como toda teoria é historicamente determinada. Em tal relação extremamente imbricada, essa dupla inquietação se desenvolveu como uma questão, um problema que se apresentava à investigação histórica e através de sua mediação poderia ser solucionado: quais são as relações sociais fundamentais no alto-medieval? Qual é o elemento mais básico a partir do qual podemos remontar à sociedade medieval e investigar a interação de cada um de seus elementos ou relações?

Em seus aspectos teóricos, tratava-se de examinar e desenvolver a impressionante metodologia de análise proposta pelo marxismo em relação ao pré-capitalismo. As indicações gerais de Marx acerca do método de investigação da realidade social que desenvolveu e, mais importante, o testemunho de tal método que encontramos em sua obra maior – *O Capital* – se explicitam, ao mesmo tempo, como radicalmente historicamente específicos, desenvolvidos para a análise e possíveis graças à emergência do mesmo objeto, i.e., o modo de produção capitalista; e também como generalizantes, criando uma plataforma de observação superior e que se debruça, potencialmente, sobre toda a história humana – “A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco.”¹.

No que tange aos aspectos temáticos, a inquietação foi longamente gestada, desde nossa primeira aproximação com a análise da sociedade medieval. De nossas primeiras pesquisas sobre a troca de presentes como relação social medieval que vinculava os santos e a divindade, rapidamente se tornou claro que essas relações tinham conseqüências terrenas extremamente vigorosas e importantes. À análise subsequente, relacionando a troca de presentes como um mecanismo efetivo de reprodução da desigualdade entre aristocracia e campesinato medieval, demonstrou ser necessário desvelar os fundamentos de tais relações, seus pressupostos sociais: a troca de presentes não poderia ser analisada como uma relação anistórica e observável em todas as sociedades, prévia à estruturação da própria sociedade, mas deveria ter a sua emergência e desenvolvimentos demonstrados através do

¹ MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 58.

desenvolvimento de cada sociedade historicamente específica. Era necessário, portanto, investigar as condições de possibilidade – em sua íntima vinculação com o processo de desenvolvimento da totalidade social – da troca de presentes.

A síntese dos dois aspectos fez emergir uma questão que se apresentou como um ponto não desenvolvido (ou desenvolvido de maneira extremamente fragmentária) pelo marxismo, estejam os marxistas localizados no campo da história ou da antropologia. A raiz dessa ausência encontramos no próprio quadro nos escritos marxianos. De acordo com nossas incursões na obra do grande pensador (e com a opinião de nove entre dez marxistas), sendo a preocupação primordial de Marx a análise do modo capitalista de produção e das suas possibilidades de superação, o recurso à análise de períodos mais recuados foi empreendido apenas em relação aos aspectos que estes podiam iluminar ou acrescentar à investigação do objeto primário. Contudo, conforme ficará explícito no decorrer dos capítulos abaixo, mesmo tal recurso eventual nos legou aproximações iniciais e considerações gerais de imenso valor.

Assim, trata-se de investigar, a partir de uma metodologia de análise fundada na teoria marxiana e congruente com as especificidades históricas do medievo, *as relações sociais fundamentais do alto-medievo*. A forma da análise, contudo, não pode ser meramente especulativa – a proposição, mais ou menos aleatória, dos elementos que compõem tais relações – pois este seria o caminho mais seguro para não alcançar nenhum resultado coerente. Ao contrário, tal análise deve estar fundada na retrodução. Tendo em vista tais objetivos, a presente dissertação expõe a investigação de acordo com a estrutura específica de cada capítulo e aquela é que discernível na obra como um todo.

O primeiro capítulo elenca dois objetivos principais. Em primeiro lugar, uma avaliação crítica das diversas caracterizações da Alta Idade Média (com ênfase nas caracterizações da “economia” medieval) propostas por medievalistas (abordando obras clássicas e trabalhos recentes, dedicando especial atenção à produção nacional). Trata-se, contudo, não apenas de uma revisão historiográfica usual, orientada para os trabalhos que se voltam explicitamente para a análise de relações ou estruturas econômicas no medievo, mas pretende-se também elucidar o movimento intelectual que, em relação à Idade Média, transformou a economia em “não-tema”. Ao fim, pretende-se estabelecer os fundamentos para uma nova caracterização da economia medieval que supere as armadilhas do primitivismo e do modernismo.

Em segundo lugar, empreendemos uma discussão acerca do problema das relações entre economia, cultura e sociedade. Tal discussão constituiu-se como um complemento essencial ao primeiro objetivo do capítulo, uma vez que elucida os trágicos efeitos oriundos

da “não-visão” da esfera do econômico na Idade Média, e tem como foco a definição dos termos em questão de forma não idealista ou anistórica. Isto é, propomos uma articulação entre a totalidade social e suas esferas constitutivas (economia, cultura, político etc.) que seja, ao mesmo tempo, dotada de eficácia explanatória e capaz de lidar com as especificidades de uma sociedade pré-capitalista. A consequência de tal proposição é a adoção de uma metodologia de análise consistente e uma redefinição das relações entre a sociedade em questão e as diversas formas de seus vestígios documentais.

No segundo capítulo, partimos da hipótese de que, na sociedade visigótica, as formas de intercâmbio podem ser classificadas em duas linhas gerais: o dom (ou troca de presentes) e o comércio. A primeira existe como forma dominante, e a segunda como forma subordinada. Abordamos de forma minuciosa cada uma dessas relações tanto em seu aspecto concreto (limitado pela documentação) quanto abstrato (teórico). Tal percurso de análise não ocorre de forma diacrônica, mas, eminentemente, sincrônica (a qual deve retomar criticamente os seus pressupostos ao longo da análise). Em termos didáticos, contudo, tal procedimento pode ser exposto como uma seqüência analítica: desenvolvemos uma primeira aproximação que estabelece as *formas* de cada relação, construídas a partir de um amplo diálogo com os campos da antropologia e da economia. Em seguida, tornamos dinâmicas tais formas, isto é, as dotamos de *conteúdo* e de *movimento*, concretizando-as a partir da análise fundada em um procedimento explanatório. Por fim, na conclusão do capítulo desenvolvemos a partir da análise prévia um modelo das formas de intercâmbio alto-medievais.

Do ponto de vista metodológico, o capítulo II enfatiza certos desenvolvimentos. Assim, sobre a natureza das formas de intercâmbio previamente identificadas, acentuamos que ambas se realizam no domínio do empírico, sendo, portanto, formas de manifestação (aparência) de uma essência determinada (uma estrutura ou a interação de um conjunto de estruturas). Dessa forma, a organização dos capítulos desta dissertação, implicitamente, avança uma proposição metodológica, na qual o capítulo II é o efetivo momento crucial que vincula os dois níveis da análise: partimos de uma análise das relações investigadas tal como elas se apresentam empiricamente (capítulos I e II) e, progressivamente, aprofundamos a apreensão de nosso objeto (capítulo III), tentando desvelar as dinâmicas estruturais capazes, em um novo movimento analítico, de iluminar as relações que se apresentam de forma mais imediata. Dessa forma, cada movimento em direção ao nível mais profundo deve, no mesmo movimento, adicionar elementos à análise do nível anterior.

Por fim, no terceiro e último capítulo desenvolveremos a proposição de que a análise tanto do dom quanto do comércio (i.e., as principais formas de intercâmbio da sociedade em

questão) deve ser empreendida não apenas em seu nível fenomênico, mas também estrutural. Com tal intuito, propomos o desvelamento das relações de dependência e subordinação pessoal como relações sociais fundamentais na Alta Idade Média ibérica. Ou seja, como as relações que compõem o quadro geral e historicamente específico no qual pode existir tanto o dom quanto a troca comercial. É também nesse aspecto que a metodologia exposta no capítulo I demonstra todo o seu poder explanatório, já que se trata de questionar quais são as condições necessárias para a existência do dom e do comércio como formas de intercâmbio principais.

CAPÍTULO I – LIMITES DO MEDIEVALISMO

1. Introdução.

“Agora nós falamos o tempo todo sobre o fim do mundo, mas é muito mais fácil para nós imaginar o fim do mundo do que uma pequena mudança no nosso sistema político. A vida na terra talvez acabe, mas, de algum jeito, o capitalismo vai continuar.”

Slavoj Žižek¹

“Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes só existiam detalhes, quase imediatos”

Funes El Memorioso – Jorge Luis Borges²

Nos últimos quarenta anos, o campo da história medieval desenvolveu-se com impressionante rapidez. Infelizmente, o mesmo não pode ser dito acerca dos nossos conhecimentos sobre o medievo. Não apenas não aprofundamos o conhecimento das características desse período, como abandonamos as sendas que pareciam mais profícuas. Pois o resultado de tal desenvolvimento acelerado não foi a resolução de questões clássicas, ou a elaboração de profundas sínteses sobre a sociedade em questão. Ao contrário, mais do que nunca valorizamos a multiplicidade e a fragmentação, tanto de perspectivas, quanto de temáticas e de abordagens³. A julgar pelo estado da arte da medievalística, a multiplicidade é um valor em si mesmo, e todas as análises são igualmente (ir)relevantes.

Assim, antes de considerar as questões específicas que orientam essa pesquisa, devemos elucidar a seguinte questão: sobre *qual* medievo nos debruçamos, e *como* a historiografia recente investigou esta fatia de duração história. Para enfrentar tal tarefa, é necessário traçar um caminho que seja capaz de articular as esparsas visões de conjunto (os manuais, que se diferenciam das sínteses) sobre o período com estudos pontuais, materializados em teses e artigos. A análise conjunta de algumas obras será capaz de nos

¹ MEAD, Rebecca. The Marx Brother. **The New Yorker**, New York, p. 38-47, 5 de Maio, 2003.

² BORGES, Jorge Luis. Funes el memorioso. In:_____. **Ficciones**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

³ O momento-chave de tal tendência parece ter sido a publicação da coletânea-manifesto *Faire de l'histoire* em 1974. Abaixo, avanço a proposição que a coletânea em questão é certamente abrangente e funciona como cristalização dos princípios da Nova História, contudo, suas linhas de força gerais já estavam bem estabelecidas alguns anos antes. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (eds.), **Faire de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1974. Na edição brasileira, a obra recebeu o sugestivo título de “**História – Novos Problemas. Novos Objetos. Novas Abordagens**” [Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3 volumes, 1976.]. Sobre a fragmentação como característica central da Nova História, muito elucidativo é o título do livro de François Dosse, **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Edusc, 2003.

revelar figurações do medievo tão diversas quanto fragmentárias, e indicará os elementos mais deficitários que devem ser imediatamente superados pela pesquisa em curso.

As primeiras respostas que devemos dar à pergunta “Qual Idade Média?” são pressupostos dessa pesquisa. Em termos temporais, nossas considerações e hipóteses estão restritas, por limitações da própria pesquisa em curso, ao período tradicionalmente conhecido como Alta Idade Média (séculos V-IX) ou, mais especificamente, Primeira Idade Média (V-VIII), ou ainda à chamada Antiguidade Tardia (IV-VII). De uma forma ou de outra, nossa análise se concentrará no período compreendido entre os séculos V-VIII, momento de efetiva transição entre o mundo antigo e o medievo, isto é, de emergência de uma nova organização social. Espacialmente, nosso trabalho enfoca a Península Ibérica e dá destaque para o território, mais ou menos fluido, do Reino Visigodo. Na revisão bibliográfica, este limite espacial será transposto na medida em que predomina, por sua abundância, a historiografia que elegeu como recorte clássico o Reino Franco, mas enfatizaremos o contexto visigótico sempre que possível.

Enunciados os objetivos mais gerais e os pressupostos da análise que realizamos no presente capítulo, é necessário também indicar o percurso da crítica, sua lógica e os resultados que se pretende atingir. A ousada pretensão de analisar quase cinquenta anos de historiografia em um capítulo deve ser operacionalizada com algumas restrições. Em primeiro lugar, não se objetiva uma análise exaustiva das inúmeras (e ínfimas) vias de abordagem do medievo, ou das obras dos principais nomes do medievalismo na segunda metade do século XX, e nem mesmo uma análise comparativa das principais correntes que povoam a medievalística. Ao contrário, pretende-se aqui apenas estabelecer e analisar a corrente hegemônica entre os medievalistas, a qual não pode ser configurada quantitativamente, mas, apenas, qualitativamente.

As recusas, contudo, devem ser explicadas. Uma análise das múltiplas vias de abordagem do medievo – e potencialmente infinitas – consubstanciadas, por exemplo, na história das mulheres, na história da Igreja, da cavalaria, das heresias, do poder real, do além etc., atesta sua justificativa apenas como entediante listagem classificatória das temáticas que informam as pesquisas contemporâneas. Em tal projeto, a análise deveria ser sacrificada em prol do mero registro, abdicando de qualquer visão de conjunto que agrupasse a impressionante multiplicidade de pesquisas em visões de conjunto. Trata-se, portanto, de uma análise dos infinitos singulares, incapazes de serem agrupados em coletivos. Um trabalho mais indicado para entomologistas do que para historiadores.

Outra possibilidade elencada, isto é, uma análise das obras dos principais historiadores dos últimos cinquenta anos, sofre de alguns problemas semelhantes ao da primeira. Pois tal análise também é incapaz de articular tais obras e nomes com o movimento geral que informa a disciplina neste mesmo período, sob pena de não mais destacar o que é específico de cada autor – e que indica seu ingresso em tal conjunto – mas aquilo que compartilha com seus confrades. Assim, o estudo teria de escolher entre uma análise de alguns dos principais historiadores do período em isolamento recíproco, destacando suas singularidades, ou uma análise de conjunto que os enquadre como expressões diversas de uma mesma lógica geral que perpassa a disciplina no período. Além disso, os critérios necessários para a formação de um conjunto como este estariam fundamentados em avaliações extremamente subjetivas ou até mesmo enganosas. Por fim, uma análise das principais correntes da medievalística nas últimas cinco décadas constituiria um trabalho de extremo interesse, mas demandaria atenção exclusiva e não pode se constituir como elemento de outra pesquisa.

Assim, a análise que desenvolvemos a seguir tem como objetivo uma caracterização crítica da corrente de análise hegemônica entre os medievalistas. Trata-se de esboçar uma metanarrativa do medievalismo nos últimos cinquenta anos, atentando não para as vias de abordagem que surgiram, expandiram-se ou desapareceram no período, mas para as linhas de força que caracterizam a corrente hegemônica que se estabeleceu e se fez dominante desde então. A corrente em questão não é outra senão aquela (auto)denominada “Nova História” ou terceira geração da Escola dos *Annales*⁴.

Surgida no seio do medievalismo e contando com medievalistas como seus principais difusores, a Nova História pode ser brevemente e provisoriamente caracterizada de formas variadas: segundo Josep Fontana, trata-se “de um dos pilares da modernização do academicismo, sucedâneo do marxismo, que finge preocupações progressistas e procura separar os que trabalham no terreno da História do perigo de penetrar na reflexão teórica”⁵,

⁴ A denominação da Nova História como “terceira geração dos Annales” nada tem de inocente. Trata-se de uma clara tentativa de legitimação das novas perspectivas avançadas pela Nova História relacionando-as com os projetos dos fundadores da Escola dos Annales, em especial Marc Bloch e Lucien Febvre. Assim, por exemplo, Jacques Le Goff, anunciará a História das Mentalidades como o desenvolvimento de uma proposição avançada por Marc Bloch no célebre capítulo “Maneiras de sentir e pensar” de **A Sociedade Feudal** [Lisboa: Edições 70, 1987, pp. 90-105.]. Tal vinculação é reforçada também no recente prefácio escrito pelo mesmo Le Goff à outra obra de Bloch, **Os Reis Taumaturgos** [São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 9-37.].

Ao contrário, para François Dosse [**A História em Migalhas...**, 2003.], a Nova História representa uma clara ruptura com as duas “gerações” que a precedem, enquanto para Josep Fontana [**História: Análise do Passado e Projeto Social**. Edusc: Bauru, 1998.] a ruptura ocorre ainda antes, entre Febvre e Bloch após o assassinato do último pelos nazistas.

⁵ FONTANA, J. **História: Análise do Passado...**, p. 203.

ou ainda, “a insistência no instrumental, com uma atenção exclusiva no método⁶, para suprir a falta de uma teoria: a adoção frívola e pouco meditada de princípios tomados de outras disciplinas”⁷. Para François Dosse, a Nova História (em específico, e os *Annales* em geral) caracteriza-se por um “ecumenismo epistemológico”⁸, a influência da antropologia estrutural – que implica o “abandono dos grandes espaços econômicos braudelianos, o refluxo do social para o simbólico e o cultural”⁹. Assim, “o olhar social se desloca para os bloqueios, as inércias e as permanências dos sistemas sociais”¹⁰. O resultado de tais transformações (das duas primeiras gerações dos *Annales* para a terceira, a Nova História) é “um percurso descritivo que abandona a dimensão inicial dos *Annales*: a história-problema”¹¹. Objetiva-se então

“uma descrição da vida cotidiana tanto material quanto mental das pessoas comuns das sociedades do passado que se parece, definitivamente, com a história positiva em seu aspecto factual, só que simplesmente em outro campo, fora do político”¹².

Dados os objetivos da análise em curso, não se trata de atestar sua dominância quantitativa¹³, mas sua cristalização como pano de fundo em relação ao qual se estabelecem as principais análises acerca do medieval. Isto é, da transformação de suas características em pressupostos, em “senso-comum” do medievalismo. Dessa forma, optamos não por enquadrar uma multidão de autores, mas por demonstrar como algumas perspectivas básicas da Nova História se expressam na análise de um conjunto de obras bastante heterogêneo. Ou seja, a

⁶ “Método” aparece aqui conforme o sentido que os historiadores conferem ao termo, isto é, uma “praxiologia”, técnicas de pesquisa, de ordenamento (seriado) das fontes etc.

⁷ FONTANA, J. **História: Análise do Passado**..., p. 212

⁸ DOSSE, F.. **A História em Migalhas**..., p. 26.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 249.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 252.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 257.

¹² Idem, *ibidem*, p. 257.

¹³ Sublinhamos, contudo, que estão disponíveis variadas tentativas de sistematização quantitativa da influência da Nova História na historiografia brasileira. No extremo mais descritivo, mera listagem de títulos de teses (e, em alguns casos, seus resumos) acompanhados das referências para consulta, a publicação organizada por José Rivair Macedo, **Os estudos medievais no Brasil: catálogo de teses e dissertações** [Porto Alegre: EDUEFRGS, 2003. Disponível online em www.abrem.org.br/copiar.php?arquivo=CatalogoTeses.pdf]. Na mesma linha, conferir também ALMEIDA, A.C.L; AMARAL, C. de O.. O Ocidente Medieval segundo a historiografia brasileira. **Medievalista online**, ano 4, n.4, p.1-41, 2008. Disponível online em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-almeida-amaral.htm>. Em outra extremo, uma análise mais qualitativa do que quantitativa oferece uma visão de conjunto dos estudos medievais no Brasil: BASTOS, M. J. M. ; RUST, L. D. *Translatio Studii. A História Medieval no Brasil. Signum*, 10, p. 163-188, 2009. Disponível em BASTOS, M. J. M. ; RUST, L. D. *Translatio Studii. A História Medieval no Brasil. Signum*, 10, p. 163-188, 2009. Em que pese a consideração dos autores sobre a importância da Nova História na difusão dos estudos medievais no Brasil – em especial da História das Mentalidades –, observa-se também que a produção nacional orbita em torno de outros centros, como as problemáticas do “pensamento político” e das “relações institucionalizadas de poder”. Contudo, tal observação não indica nenhuma fenda na hegemonia da Nova História.

questão não é atestar a dominância da Nova História através da análise pontual do agrupamento de um grande número de trabalhos (quantitativamente), mas recorrendo à análise crítica de um conjunto reduzido, ainda que não menos expressivo, de trabalhos (qualitativamente). Os resultados deste último procedimento não apenas são comparáveis àqueles que adviriam do primeiro, mas os superam na medida em que partem não de características fixas (estabelecidas *a priori*) que devem ser procuradas em cada exemplar do imenso conjunto mas, ao contrário, tornam a própria definição das características um elemento interno da análise.

Nas páginas seguintes analisaremos, de forma detida, quatro autores, dois franceses e dois brasileiros. O intervalo temporal estende-se, efetivamente, de 1964 até 2008. A seleção dos autores (e das obras) em questão levou em conta os seguintes critérios: 1) *influência*: ou seja, a importância dos autores no panorama historiográfico contemporâneo, o sucesso que obtiveram no processo de estabelecimento de suas obras como bibliografia essencial para pesquisas posteriores e a difusão de suas perspectivas de análises nos trabalhos de seus discípulos. No caso dos autores brasileiros consideramos a influência regional. 2) *elaboração de sínteses*: isto é, a publicação de pelos menos um trabalho abrangente que avance nas propostas de análise do autor em questão. 3) *alinhamento com a Nova História*: dadas as características provisórias e inicialmente explicitadas acima, consideramos autores e trabalhos que mais explicitamente as adotassem. Conforme observaremos com o desenrolar do argumento, tal coincidência de perspectivas se repete com aquelas que emergem da análise que desenvolvemos. 4) *diversidade de temáticas*: tendo em vista a composição de um *corpus* variado, selecionamos autores que elegem como vias de abordagem primordiais elementos tão diversos quanto a história das mentalidades, a história cultural, a história política e a história econômica. Em resumo, trata-se de analisar os autores em questão como variadas *formas de expressão* da Nova História.

Consideremos, inicialmente, dois manuais, separados por quarenta anos e unidos por laços íntimos: *A Civilização do Ocidente Medieval*¹⁴, publicada, em 1964, por Jacques Le Goff, e *A Civilização Feudal*¹⁵, publicada, em 2004, por Jérôme Baschet.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 (edição original de 1964).

¹⁵ BASCHET, Jérôme. *A civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América* São Paulo: Globo, 2006 (edição original 2004).

2. Uma “Idade das Trevas” para a medievalística?¹⁶

I. A barbárie na gênese do medievo.

O traço mais fundamental nas caracterizações da Alta Idade Média empreendidas por Le Goff é o seu extremo catastrofismo. Segundo o autor, a Alta Idade Média é “a macabra abertura com que começa a história do Ocidente medieval”, um período marcado por variadas regressões (técnica¹⁷, cultural¹⁸, religiosa¹⁹, “do gosto e dos costumes”²⁰), em suma, uma sociedade nascida da barbárie e primitiva. Tais juízos de valor aqui expressos, apenas uma ínfima parcela daqueles que encontramos ao longo da obra, são absolutamente incongruentes com a bibliografia especializada – mesmo na década de 1960 – e com a pretensa orientação antropológica que caracterizaria as análises de Le Goff²¹. Contudo, o autor não ignora alguns desenvolvimentos da historiografia anterior à sua obra, e escapa dos infrutíferos debates entre romanistas e germanistas, vislumbrando a Idade Média como fruto da fusão entre as sociedades romanas e germânicas²². Tal posição, portanto, requer que as marcas de nascença sejam encontradas também nos genitores. O barbarismo alto-medieval é então como uma herança maldita.

Do lado materno, o barbarismo é filho da degradação. Para Le Goff, o recurso a juízos de valor não é uma ferramenta para explicar apenas a Alta Idade Média, mas presta-se com igual eficácia para a “investigação” da Roma baixo-imperial. Trata-se de uma civilização fechada²³, que “explorou sem criar”²⁴, cuja economia era alimentada pela pilhagem²⁵, uma

¹⁶ Agradeço aos amigos Fábio Frizzo e José Knust pela sugestão de título extremamente pertinente.

¹⁷ LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval...**, p. 58.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 150-154.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 61.

²⁰ Idem, ibidem, p. 59.

²¹ Dentre as inúmeras obras que apresentam de forma menos catastrófica a transição do mundo antigo ao medievo e anteriores à década de 1960, cito apenas alguns exemplos: em que pese seus inúmeros problemas, a obra póstuma de Henri Pirenne, **Maomé e Carlos Magno** [Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970], publicada originalmente em 1937, apresenta uma visão em tudo oposta à de Le Goff, destacando a continuidade fundamental dos primeiros séculos da Idade Média em relação à Antiguidade. Também em Marc Bloch [**A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987. Publicação original em 1939], ainda que o livro destaque um período alguns séculos depois, encontramos uma visão mais equilibrada do momento da transição. Outro colega de Annales, Georges Duby, publica sua síntese [**Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval**. Lisboa: Editora 70, 1987. Publicação original em 1962] dois anos antes de Le Goff e, ainda que compartilhe de diversos equívocos que encontramos em Le Goff, não é um traço de sua obra a profusão de juízos de valor. Destaco ainda as obras de Claude Lévi-Strauss, **As Estruturas Elementares do Parentesco** [Petrópolis: Editora Vozes, 1982] e **Antropologia Estrutural** [São Paulo: Cosac Naif: 2008], publicadas originalmente em 1949 e 1958, respectivamente. A articulação de tais clássicos do pensamento antropológico já seria suficiente para forçar uma readequação da perspectiva evolucionista que a obra de Le Goff apresenta.

²² Em Le Goff, a síntese é sempre civilizacional. Por exemplo, não admite diferenciações entre os processos de fusão aristocrática e homogeneização servil. LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval...**, pp. 37, 39, 48.

²³ LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval...**, p. 27.

²⁴ Idem, ibidem, p. 27.

²⁵ Idem, ibidem, p. 27.

“obra-prima do imobilismo”²⁶. Desestabilizada pela crise do século III, Roma desmorona como um castelo de cartas e constitui presa fácil para os bárbaros²⁷ alocados em suas fronteiras.

Mas as invasões constituem, na obra de Le Goff, apenas a aceleração de uma decadência previamente em curso, notadamente, das cidades²⁸ e do comércio²⁹. De fato, Le Goff revela que são esses os elementos que detêm maior poder explanatório para iluminar “as causas reais e mais profundas”³⁰ da fragmentação do Império e seu anunciado fim. Nesse sentido, empreende a crítica à tese de que o peso dos impostos teria sido um elemento importante no esvaziamento das cidades e expansão das relações de *patrocinium*, contribuindo, ao mesmo tempo, para o declínio urbano e comercial e para a ruralização da sociedade. Para Le Goff, a tese em questão demonstraria certa “obnubilação anti-fiscal”³¹ dos autores que a formulam, a qual, segundo o autor, constitui um “traço de mentalidade que, como se sabe, não é próprio de espíritos medievais”³². Assim, recorre-se a uma explicação segundo a qual “a desorganização das trocas faz aumentar a fome e a fome leva as massas para os campos e submete-as à servidão perante os doadores de pão, os grandes proprietários”³³. Evidentemente, nenhuma explicação sobre o processo de desorganização das trocas é necessário. Mais do que isso, qualquer tentativa de aprofundar os processos que redundaram na desorganização das trocas demonstraria a inversão de termos contida na explicação manifestada por Le Goff. Nesta, a organização social da produção não desempenha nenhum papel fundamental entre estes processos, sendo a sua relação com a circulação (as trocas) completamente cindida, o que possibilita a completa independência da última.

Contudo, para Le Goff, a decadência romana é, sobretudo, cultural: “aquilo que a Idade Média conheceu da cultura antiga foi-lhe legado pelo Baixo-Império, que tinha ruminado, empobrecido e dissecado a literatura, o pensamento e a arte greco-romanos –

²⁶ Idem, ibidem, p. 28.

²⁷ Sigo aqui a terminologia (bárbaros, invasões etc) empregada pelo autor.

²⁸ É explícita a oscilação de Le Goff nesse ponto. Assume primeiramente a posição que enfatizamos, e que nos parece coerente com o caráter geral de sua caracterização, isto é, sublinha um declínio das cidades que as invasões viriam apenas a acelerar (“o definhamento urbano, acelerado pelas destruições das invasões bárbaras”). Imediatamente após essa afirmativa, inverte os termos da relação, elencando o declínio urbano como uma das conseqüências das invasões (“Esse definhamento das cidades não é senão um dos aspectos de uma conseqüência generalizada da violência dos invasores”). LE GOFF, J., **A Civilização do Ocidente Medieval...**, p. 49.

²⁹ LE GOFF, J., **A Civilização do Ocidente Medieval...**, p. 49.

³⁰ Idem, ibidem, p. 50.

³¹ Idem, ibidem, p. 50.

³² Idem, ibidem, p. 50.

³³ Idem, ibidem, p. 50.

depois barbarizados pela Alta Idade Média para mais facilmente os assimilar”³⁴. Dessa forma, a fusão entre as sociedades romana e germânica é sintetizada por meio do recurso exclusivo a avaliações subjetivas, já que ocorreria em um contexto no qual “cada um dos dois campos parecia ter caminhado ao encontro do outro. Os romanos, decadentes, barbarizados por dentro, rebaixavam-se ao nível dos Bárbaros, ainda mal talhados, só polidos por fora”³⁵.

Ao contrário daquilo que ocorre em relação à sociedade romana, Le Goff dedica pouquíssimas palavras para descrever a sociedade germânica anterior às invasões. Em sua obra, tudo se passa como se a organização social germânica só pudesse ser efetivamente analisada após a penetração e instalação definitiva dos germânicos no Ocidente, isto é, constituída a sociedade medieval. Assim, Le Goff considera os germânicos sempre em relação à sociedade romana, inicialmente como uma sociedade em contato com Roma, admiradora do Império e de seus costumes (os quais, segundo o autor, “muitas vezes procuraram macaquear”³⁶) e em processo de aculturação decorrente dos cotidianos contatos ocorridos no *limes*. Como veremos, essa imagem que aproxima as invasões de efetivas migrações é logo afastada por Le Goff em prol de uma visão extremamente violenta e catastrófica, orientada pelo discurso de época. No momento posterior, já instalados no antigo território do Império, a admiração germânica pelos costumes romanos sofreria uma ligeira transformação, constituindo-se como o principal elemento da caracterização a que recorre o autor. Tratar-se-ia, então, de adoções e simplificações culturais empreendidas pelos germânicos sobre a herança romana:

“Os bárbaros adotaram, sem dúvida, tudo o quanto puderam do que o Império Romano tinha dado de superior, especialmente na área da cultura [...] e na da organização política. Mas nisto, como naquilo, precipitaram, agravaram e exageraram a decadência que se tinha iniciado no Baixo Império. Do declínio fizeram regressão”³⁷.

A passagem acima, dada a sua importância como síntese das concepções que orientam a abordagem de Le Goff, deve ser criticada em dois aspectos diversos: por um lado, em abstrato, avaliando sua coerência interna e lógica historiográfica; por outro lado, em confronto com o testemunho documental e a bibliografia especializada.

A formulação de Le Goff explicita, sem pudores (e essa é uma qualidade da obra que deve ser exaltada), a posição ontológica que figura a sociedade como uma coleção de áreas

³⁴ Idem, ibidem, p. 151.

³⁵ Idem, ibidem, p. 39.

³⁶ Idem, ibidem, p. 39.

³⁷ Idem, ibidem, p. 58.

individualizadas umas das outras e irredutíveis entre si. Assim, temos a “área da cultura”, “da organização política” etc. Ou seja, implicitamente, nega a idéia de que as sociedades constituem totalidades – e ignora que estas não podem existir parcialmente, aleijadas de suas esferas constitutivas – e não percebe que tais fronteiras, a delimitação do que constitui a cultura ou o político é uma efetiva operação do pensamento, necessária para a análise científica, mas abusiva e sempre provisória.

Apenas ao aceitar essa suposição absurda é possível sustentar o argumento seguinte (e igualmente absurdo) de que as sociedades “adotam” a cultura e/ou a organização política de outras. Não se trata aqui, é evidente, de uma posição que enquadra as “trocas” culturais, os intercâmbios e as necessárias transformações que os costumes, visões de mundo, técnicas etc. sofrem ao serem integrados em outras sociedades. Ao contrário, trata-se de uma “adoção” que poderia (neste caso, deveria) ocorrer de forma “pura”, pois sua transformação é encarada como “regressão”.

Na raiz de tais equívocos está uma idéia de sociedade que não apenas ignora a íntima relação entre a totalidade social e suas partes constituintes (economia, cultura, político) como apaga qualquer noção de determinação (não-mecânica) estrutural ou prioridade ontológica. Estabelecido o quadro geral que almejamos, tais questões serão analisadas em detalhe na última seção do capítulo.

Contudo, é necessário adiantar alguns aspectos da crítica ulterior que elucidam o decorrer desta análise. Objetiva-se aqui algo diverso de uma crítica normativa. Não se trata de definir *a priori* como se articula a totalidade social no medievo ou mesmo os limites de suas partes constitutivas e, na sequência, verificar quais autores aproximam-se e quais se afastam desta definição. Ao contrário, calcado em um procedimento metodológico informado pelo Realismo Crítico, o primeiro movimento analítico é uma exposição crítica das concepções mais imediatas e consensuais que informam os agentes em questão. Em uma análise historiográfica, o ponto é definir os pressupostos centrais que informam as análises sobre um período ou temática qualquer – aqui, as formas de intercâmbio no alto-medievo ibérico.

Assim, as definições e sínteses decorrem da própria crítica, emergem a partir de seu desenvolvimento e não podem ser adiantadas em sua plenitude sob pena de mascarar o movimento fundamental que as demonstra e concede-lhes sentido. Por esta razão, o tema central dos enquadramentos possíveis das relações entre a totalidade social e suas esferas constitutivas, nesse momento inicial, deve ser tratado apenas de forma provisória. O objetivo é caracterizar e analisar como os autores criticados enquadram o problema, efetuando críticas pontuais e imediatas que apenas em um segundo momento (a última seção desse capítulo)

podem ser sintetizadas, articuladas e criticadas em sua totalidade. Neste estágio da análise, será possível então oferecer uma posição alternativa, que supere e explique as contradições das posições criticadas.

Desta forma, provisória, é possível definir apenas que a totalidade social articula um número indeterminado de “esferas da vida”, sendo as principais a cultura, o econômico e o político. A esfera do econômico é definida, então, da forma mais ampla e abrangente possível, como momento (não apenas material) de produção e reprodução da vida social. No decorrer da análise tais definições serão criticadas e remodeladas, de forma a oferecer novas definições, articuladas e desenvolvidas ao final do capítulo.

No entanto, já aqui deve ser redundante notar as concepções evolucionistas³⁸ (no pior sentido do termo) sustentadas e fundamentais para a obra de Le Goff, no que tange ao primitivismo da sociedade germânica frente aos sensíveis desenvolvimentos da evoluída sociedade romana (antes de sua degradação baixo-imperial). Pois o autor não é capaz apenas de tecer comparações absolutas entre as “culturas” das sociedades em questão, mas professa o “barbarismo” germânico com inclemente veemência. Assim, em sua obra, o primitivismo germânico não é responsável apenas pela inferioridade cultural germânica, mas é também expressão da incapacidade destes de “imitar” Roma em seu esplendor.

Segundo o autor, são estas, portanto, as principais características da cultura e política germânicas. Nesse sentido, os inúmeros códigos legais promulgados por reis bárbaros não constituem mais do que “adaptações e simplificações do código de Teodósio de 438”³⁹. O mesmo processo ocorre com as técnicas, notadamente com as construções, pois, “incapaz de criar e de produzir, o mundo bárbaro reutiliza”⁴⁰, concluindo a destruição de monumentos e edifícios romanos iniciada pelas invasões. Expressa-se, ainda, na majestade do governo, que orna com os títulos do Baixo Império a pobreza extrema de uma comitiva real constituída apenas de escravos domésticos, alguns escribas e os fiéis do rei⁴¹.

Fundamentalmente, ainda que admita ligeiras matizações⁴², é esta a imagem das invasões que Le Goff nos apresenta. Sobre a resistência organizada por São Severino às margens do Danúbio, conclui: “Toda a organização militar, administrativa e econômica se

³⁸ Em 1964, após a publicação de obras como os célebres trabalhos de Claude Lévi-Strauss. Por exemplo, Idem, **As Estruturas Elementares do Parentesco** Petrópolis: Editora Vozes, 1982. Publicação original em 1949.

³⁹ LE GOFF, J.. **A Civilização do Ocidente Medieval**..., p. 57.

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 58.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 60.

⁴² Idem, ibidem, p. 38-39.

esboroava. A fome instalava-se. As mentalidades e as sensibilidades estavam cada vez mais embotadas e supersticiosas”⁴³. Assim, por todo lado,

“a confusão aumentava com o terror. E, mesmo que descontemos os exageros, as narrativas de morticínios e de devastações que enchem toda a literatura do século V não nos deixam dúvidas acerca das atrocidades e destruições que acompanharam os ‘passeios’ dos povos bárbaros”⁴⁴.

Em síntese,

“os Bárbaros destruíram vidas humanas, monumentos e equipamento econômico. Houve quebra demográfica, perda de tesouros artísticos, degradação das estradas, das oficinas, dos entrepostos, dos sistemas de irrigação, dos campos e dos cultivos”⁴⁵.

A conclusão de Le Goff não deixa dúvidas: “Amalgamaram [os Bárbaros] três barbáries: a sua, a do mundo romano decrépito e a de velhas forças primitivas, anteriores ao verniz romano e libertadas com a dissolução desse verniz sob o ímpeto das invasões”⁴⁶.

Uma Alta Idade Média nascida da violência, marcada pela destruição e cujo desenvolvimento não pode apagar suas origens, é desta forma que Jacques Le Goff nos apresenta o período em questão. Em sua obra, a Idade Média aparece, sobretudo, como o período que se inicia após o século IX e se estende até o século XIV, momento de renascimentos, “arranques abortados”⁴⁷ e “reversões de tendência”⁴⁸, como se a trágica história que vigorou até aquele momento encontrasse sua redenção e o novo pudesse, mais uma vez, descer dos céus e iluminar os homens barbarizados.

II. A Economia como “não-tema”: formas de naturalização.

Dadas as considerações anteriores, não seria necessário explicitar que esta perspectiva dominante que a obra de Le Goff inaugura e sintetiza preocupa-se prioritariamente com os aspectos políticos e culturais, relegando a um papel secundário (e por vezes, ignorando) os aspectos que denominaríamos de econômicos⁴⁹ na abordagem de uma dada sociedade. Tendo em vista o objeto que orienta nossa pesquisa, é necessário não apenas responder à questão

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 40.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 41.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 58.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 58.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 167.

⁴⁸ BASCHET, Jérôme. **A civilização Feudal**: do ano 1000 à colonização da América São Paulo: Globo, 2006, p. 96.

⁴⁹ Conforme a definição provisória acima avançada: momento (não apenas material) de produção e reprodução da vida social.

que avançamos acima (“Qual Idade Média?”), mas também verificar como as formas de intercâmbio em específico, e a esfera do econômico em geral, são analisadas por esta mesma historiografia. Desde já, é possível dizer que mesmo as análises que transformam a economia em “não-tema” não são capazes de ignorar completamente uma esfera da vida social tão fundamental. Assim, esta transformação recorre à naturalização do econômico, relegando-o a pano de fundo que não admite nenhuma análise ou consideração efetivas. Conforme veremos, esta naturalização assume duas formas.

Na obra de Le Goff, o econômico só entra em cena após o assentamento definitivo dos povos germânicos nas antigas províncias ocidentais do império, sendo uma completa ausência em suas considerações sobre as migrações, nas quais, conforme observamos, têm papel determinante apenas os aspectos políticos e culturais. Tal análise é possível uma vez que as migrações são consideradas como eventos singulares e intempestivos, não sendo oferecida nenhuma consideração de seus aspectos estruturais e dinâmicos (a organização dos povos germânicos durante o movimento de migração, a sua forma de produção e reprodução da vida material, os seus intercâmbios com outras sociedades etc.). Assim, a economia existe e se desenvolve em meio ao quadro geral de uma sociedade marcada pela regressão, barbarizada e primitiva, mas finalmente assentada:

“A economia do Ocidental medieval tem por finalidade a subsistência dos homens. Não vai além disso. Ou, se parece ultrapassar a satisfação dessa estrita necessidade, é porque, com certeza, a subsistência é uma noção socioeconômica e não puramente material. A subsistência varia segundo as classes sociais. À massa basta a subsistência no estrito sentido da palavra, isto é, o bastante para viver fisicamente: o alimento em primeiro lugar e o vestuário e a habitação depois. A economia medieval é, pois, essencialmente agrária, baseia-se na terra e fornece o necessário”⁵⁰.

Em síntese, “a finalidade econômica do Ocidente medieval é prover a *necessitas*”⁵¹. E o propalado crescimento econômico do século XII, razão do esplendor da verdadeira Idade Média, viria a ser um simples “resultado do crescimento demográfico”⁵².

Trata-se, portanto, de uma efetiva recuperação da noção (já fora de moda em 1964) de “economia natural”. Tendo como critério máximo (senão efetivamente único) a extensão do uso da moeda (e nenhuma consideração de seu papel ou de sua existência como forma), seria possível classificar as economias (universalmente consideradas) como naturais, monetárias e creditícias. No caso do Ocidente medieval encontraríamos uma inegável economia natural,

⁵⁰ LE GOFF, J. *A Civilização do Ocidente Medieval*..., p. 271.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 272.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 274

uma vez que “a troca direta teve um papel bastante fraco nas trocas econômicas medievais”⁵³. Segundo Le Goff, soma-se a isso que, para o medievo, “por economia natural devemos entender uma economia em que as trocas, todas as trocas, se reduziam ao estrito mínimo. Então a economia natural seria, aproximadamente, sinônimo de economia fechada”⁵⁴.

Dada a importância que a noção de economia natural adquire na obra de Le Goff e de diversos historiadores – ainda que frequentemente permaneça implícita ou um mero pano de fundo –, é necessário avaliar sua capacidade explanatória e empreender sua crítica com algum vagar. Assim, empreendemos um pequeno desvio para considerar o contexto de emergência e popularização da noção de economia natural.

A noção – indefinida demais para ser chamada de conceito – de “economia natural” (*Naturalwirtschaft*) parece ter origem com a Escola Histórica Alemã, capitaneada por Karl Bucher. Seu desenvolvimento e popularização relacionam-se diretamente com o debate acerca da economia antiga, que opôs primitivistas a modernistas. A origem de tal debate é tipicamente traçada até algumas obras de J. K. Rodbertus, publicadas entre 1864 e 1867⁵⁵, mas a polêmica de fato, contudo, só teria início com a recuperação das obras de Rodbertus por Karl Bücher, em 1893. Os dois autores destacam-se então como pais da posição que ficou conhecida ao longo do debate como primitivismo. Segundo Aldo Schiavone, tratava-se de uma análise das economias antigas que realçava “seu drástico atraso com relação às experiências produtivas, comerciais e financeiras da época moderna”⁵⁶.

O elemento fundamental de tal perspectiva era a idéia de *oikos* como unidade familiar auto-suficiente, isto é, estrutura produtiva elementar cuja multiplicação caracterizava uma sociedade articulada através de raros contatos entre cada um de seus elementos constitutivos, logo, sem comércio ou mercados. Tal idéia, contudo, já nas obras de Rodbertus, e ainda mais explicitamente nas análises de Bücher, apareciam como um “modelo ideal”, expediente de uma investigação que pretendia remontar à lógica fundamental da economia antiga através de sua simplificação exagerada.

Ainda que inegavelmente histórica, não se pode dizer que tal perspectiva seja também capaz de dar conta da historicidade da sociedade. O capitalismo não é aqui condição básica e inelutável da sociedade, mas é certamente seu ponto de chegada. A denominação da

⁵³ Idem, ibidem, p. 299

⁵⁴ Idem, ibidem, p. 299.

⁵⁵ Sigo as sínteses propostas por SCHIAVONE, Aldo. **Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno**. São Paulo: EDUSP, 2005 e PEARSON, Harry W.. *The Secular Debate on Economic Primitivism In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W.. Trade and market in the early empires: Economies in history and theory*. New York: The Free Press, 1957, p. 3-11.

⁵⁶ SCHIAVONE, A., **Uma História Rompida...**, p. 76.

economia romana como primitiva parte não de uma consideração do movimento histórico que deveio em capitalismo, mas de um que necessariamente assim o faria. Trata-se, portanto, de uma perspectiva pautada em um evolucionismo unilinear, cuja medida para os “estágios” anteriores é sempre o mais desenvolvido.

Poucos anos após a publicação da obra de Bücher, entra em campo a posição diametralmente oposta, efetivamente desenvolvida como contraposição ao primitivismo. Nos termos do debate, tal posição ficou conhecida como modernismo. Se o primitivismo, partindo de uma elaboração fundamentalmente teórica (o evolucionismo simplório aliado à construção de um “modelo ideal”) realçava as diferenças entre a economia antiga e a contemporânea, o modernismo é sua exata contraparte (calcada no empiricismo promovido pela abundância de estudos clássicos): “apresentava uma economia já completamente desenvolvida em um sentido industrial e capitalista; e, sobretudo, um Estado onipresente e totalizante”⁵⁷.

No início do século XX, a perspectiva primitivista sofre mais um golpe (potencialmente “fatal”) com a obra de M. Rostovzev. Aqui, as posições modernistas são ainda mais exageradas, apontando-se que, se alguma diferença existe entre a economia antiga e a contemporânea, essa é apenas quantitativa e não qualitativa. Até a segunda metade do século XX, a obra de Rostovzev parecia ter resolvido o debate e o modernismo desfrutava da posição de perspectiva hegemônica.

Contudo, em meados da década de 1970 e em 1980, o debate ressurgiu com grande força, principalmente através das obras do historiador inglês M. Finley. Este, por sua vez, recupera as análises de Karl Polanyi publicadas nas décadas anteriores (a coletânea *Trade and Market in Early Empires*⁵⁸ é de 1957), mas cujo impacto fora reduzido. Polanyi apresenta com maestria uma verdadeira reabilitação do antigo primitivismo, denominado pelo autor substantivismo. Opondo-se à identidade pressuposta, pela perspectiva modernista, entre as economias antigas e contemporâneas, Polanyi (e Finley) destaca a especificidade da economia antiga não mais como estágio de uma (igualmente pressuposta) evolução econômica natural, mas como forma alternativa de integração do “econômico” e das outras esferas da vida social. O ressurgimento do debate implicou também em um novo “capítulo” da historiografia dedicada à antiguidade, marcado pela hegemonia da posição primitivista/substantivista, ainda que não seja possível falar em resolução do confronto ainda em curso.

⁵⁷ PEARSON, H. W.. *The Secular Debate...*, p. 79.

⁵⁸ POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W.. *Trade and market in the early empires...*, 1957.

A crítica explanatória empreendida por Aldo Schiavone sobre os termos do debate demonstra como tanto o primitivismo quanto o modernismo são respostas de “sinal trocado” ao mesmo processo histórico de “explosiva expansão capitalista européia e americana entre os séculos XIX e XX”⁵⁹. No caso do secular debate, é este processo de fundo que orienta e determina as apreensões dos historiadores sobre o tema da economia antiga.

Assim, a partir dos intensos debates que ocorreram no campo da história antiga, a medievalística importou noções e perspectivas, inclusive a de economia natural. O debate acerca da economia antiga, na sua longa duração, produziu desenvolvimentos sensíveis na historiografia dedicada à antiguidade. Como sempre ocorre, os refinamentos geraram refugos que, deixados pelo caminho, acabaram por ser recolhidos pela medievalística. Tais refugos devem ser caracterizados como duas formas de naturalização (aparentemente opostas, mas efetivamente complementares). Por um lado, a noção de “economia natural”, isto é, a naturalização de um comportamento econômico mínimo, o nível zero da ação humana dirigida à mera satisfação das suas necessidades fisiológicas mais básicas (primitivismo); por outro lado, a naturalização das relações mercantis próprias do modo de produção capitalista, pressupondo que, segundo a formulação neoclássica, os homens (aqui transformados em meros “agentes econômicos”) agem sempre para maximizar a satisfação de utilidades a partir de recursos escassos (modernismo). Desta forma, ainda que nossa crítica mire à noção de economia natural como seu alvo, é necessário enquadrá-la como uma forma de naturalização do passado e, no mesmo movimento, enfrentar também a sua forma de naturalização complementar, o modernismo.

A complementaridade entre as duas formas de naturalização torna-se explícita ao considerarmos que ambas tomam como pressuposto e dependem de uma idéia de natureza humana, seja esta uma “natureza humana mínima” ou uma “natureza humana mercantil”. De fato, tal complementaridade é ainda maior, já que se pode argumentar que o primeiro tipo de natureza humana, nas condições adequadas (livres de “constrangimentos”) sempre se desenvolve como no segundo tipo. É necessário, portanto, analisar cada uma dessas formas de naturalização como refugos herdados do debate sobre a economia antiga e, na sequência, discutir seu acolhimento pela historiografia dedicada ao medievo, sempre tendo em vista que nos interessa primordialmente a naturalização primitivista, posição que orienta inúmeras análises sobre o alto-medievo.

⁵⁹ SCHIAVONE, A., *Uma História Rompida...*, p. 82.

O aspecto mais fundamental da noção de economia natural é a sua definição negativa. Isto é, trata-se de um inventário de ausências. É explícito o quanto a historicidade da própria noção determina sua definição. As ausências não são aleatórias ou definidas com base em qualquer procedimento controlado, mas relacionam-se com os elementos que, supostamente, seriam distintivos do capitalismo. Como é de conhecimento geral, em História sempre procedemos retrospectivamente, mas tal imperativo é aqui transposto em puro anacronismo. Mais do que isso, nem como puro contraste em relação ao capitalismo a noção é operacional, já que define, como categorias distintivas desse modo de produção, não aquelas que determinam sua dinâmica tendencial imanente, ou que são mais elementares e fundamentais. Ao contrário, apenas as categorias mais aparentes são levadas em conta.

Como todo mau conceito, a idéia de economia primitiva é supostamente óbvia, mas sua imprecisão é gritante. Sua definição é, portanto, extremamente variável e depende primordialmente dos elementos que se tomam como distintivos do modo de produção capitalista. Tendo em vista esta ressalva, é possível caracterizar as principais definições da noção como tributárias de uma perspectiva que toma como elementos centrais a uma dada economia a ausência de qualquer tipo de troca (principalmente comércio) e de dinheiro. Soma-se a isso, na maior parte das definições, a centralidade da atividade agrícola e a pouca importância – ou mesmo inexistência – das cidades.

Se a noção de economia natural teve em algum momento a pretensão de ser alçada a conceito, o mesmo não se pode dizer da idéia de uma natureza humana mercantil. Trata-se do grande sujeito oculto da economia política, isto é, uma idéia sempre pressuposta e tornada implícita como se fosse tão evidente que dispensaria qualquer debate.

Presente na economia política clássica desde, pelo menos, Adam Smith, esta pode ser resumida na célebre passagem do mesmo autor: “uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana [...] a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”⁶⁰. Ou seja, para os autores que adotam tal idéia, todos os homens, e em todas as épocas, agem de acordo com princípios mercantis ou capitalistas. O desenvolvimento da idéia levou à naturalização de comportamentos cada vez mais historicamente específicos, como a já citada fórmula neoclássica de maximização de utilidades a partir de recursos escassos. Assim, toda e qualquer forma de intercâmbio é entendida como uma transação orientada para o lucro, posição que só pode considerar irracionais os muitos exemplos que a contradizem (encontrados, em sua maioria, em sociedades pré-capitalistas). Da mesma forma, as

⁶⁰ SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 73.

categorias da economia política clássica ou neoclássica assumem um extenso grau de universalidade, orientando as análises de sociedades não-capitalistas para a busca e descobrimento de relações como capital, crédito, dinheiro e poupança⁶¹.

A crítica da noção de economia natural não depende apenas do seu abandono pelos antiquistas envolvidos no debate da economia antiga, mas deve ser desenvolvida em relação à própria noção. Sua inadequação à análise das economias antigas não demonstra, no mesmo movimento, a impertinência da noção em relação à economia medieval. Ao contrário, é necessária uma análise da própria noção e, na seqüência, de sua pertinência e eficácia explanatória em relação ao contexto medieval. Da própria crítica é possível desenvolver, em suas linhas mais gerais, uma abordagem que escape aos problemas e limites postos pela noção de economia natural.

Conforme a proposição acima, lidamos aqui forçosamente com duas formas, intimamente relacionadas, de naturalização do passado: a perspectiva modernista, que naturaliza as relações (logo, as categorias) estabelecidas pelo modo de produção capitalista; e a perspectiva primitivista, que pressupõe que seja possível encontrar no conjunto das sociedades tribais (“primitivo” aqui tem esse sentido) um conjunto de relações econômicas simples, o nível zero na escala de complexidade na qual a efetiva autonomização do econômico sob o capitalismo é o grau máximo. Além disso, supõe-se também que tal conjunto de relações seja generalizável para qualquer espécime humano. Porém, antes de abordar tais questões, é razoável considerar o pressuposto mais simples que ambas as noções avançam, isto é, que seja possível existir um *conjunto qualquer de características e práticas humanas naturais*.

Como tudo mais, tal hipótese existe em ambas as formas de naturalização apenas como pressuposto e, como tal, jamais demonstrado. Em um nível mais fundamental, tal discussão ocorre na arena do ontológico, posto que a noção em questão fomenta uma caracterização ontológica do ser social (uma “natureza humana”) que supõe certos conjuntos de relações econômicas como inerentes ao homem. Ora, não é fora de lugar relembrar a proposição presente no título de uma antiga coleção de livros paradidáticos e dizer que, nesse campo, “tudo é história”⁶². Isso não significa que o homem seja um receptáculo vazio, em tudo determinado pela história e completamente apartado da natureza, já que tal proposição seria também anistórica, uma vez que ignora o desenvolvimento do próprio homem, ser

⁶¹ Ilustrativo desse caso é a coletânea de artigos organizada por Raymond FIRTH e Basil S. YAMEY, **Capital, Saving and Credit in Peasant Societies**, Chicago: Aldine Publishing Co., 1964.

⁶² Coleção de livros paradidáticos sobre temas clássicos da historiografia, publicada pela Editora Brasiliense desde 1981.

biológico dotado de uma história que descreve a sua emergência no decorrer da evolução. O ponto a ser enfatizado, como faz magistralmente G. Lukács⁶³, é que os complexos ontológicos do ser social existem, mas dizem respeito a propriedades extremamente gerais na constituição do próprio homem. Assim, o trabalho é certamente um complexo ontológico, já que medeia inclusive a emergência do ser social e sua reprodução através da sua relação ineliminável com a natureza.

Ao contrário, supor que seja possível estabelecer como natural um conjunto de relações econômicas qualquer – seja ele uma suposta “propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”⁶⁴, ou um comportamento simplório que objetiva apenas à reprodução da vida em seu nível mais imediato – é apenas um juízo de valor que, ao fim e ao cabo, revela seu caráter puramente normativo (posto que deve desconsiderar todos os inúmeros exemplos que o contrariam) ou ideal (posto que inexistente).

A alardeada virada da história em direção à antropologia deveria evitar este tipo de naturalização, principalmente em sua primeira forma (primitivismo). Nenhuma consideração da produção dos antropólogos no século XX pode ignorar que, ao contrário do estabelecimento de um “comportamento primitivo geral”, o que as pesquisas demonstram é uma imensa variedade nas formas de sociabilidade encontradas. Se isso torna impensável o estabelecimento de um conjunto de relações econômicas generalizável para qualquer sociedade humana (mesmo como forma menos desenvolvida), tais estudos também demonstraram – seria suficiente lembrar os estudos de Lévi-Strauss⁶⁵ sobre o parentesco em sociedades tribais – que as sociedades “primitivas” não podem ser classificadas seriamente como o nível zero de qualquer escala, principalmente uma que meça a complexidade de suas relações. Não é possível, portanto, proceder cientificamente e estabelecer um conjunto de relações econômicas naturais, seja por uma via modernista, seja por outra, primitivista.

Assim, se o campo da história medieval converteu a economia em não-tema, não pode fazê-lo com um passe de mágica. Ainda que esta sociedade pareça erguer-se sobre o etéreo fundamento do maravilhoso, não foi esse o momento histórico no qual os homens conseguiram romper a sua ligação ineliminável com a natureza. Era necessária, portanto, alguma idéia de economia que pudesse ao mesmo tempo manter o status de não-tema e oferecer um fundamento para as análises consideradas relevantes, isto é, orientadas para o

⁶³ LUKÁCS, G. **A ontologia do ser social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1970.

⁶⁴ SMITH, Adam. **A riqueza das nações**..., p. 73.

⁶⁵ Novamente, LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

pensamento político, o imaginário, as mentalidades, ou mesmo à mera descrição e atualização dos documentos medievais.

Os refugos do debate vizinho vieram a calhar. Nenhuma adaptação foi necessária. Se, com o decorrer do debate, a noção de economia natural tornou-se caduca quando aplicada à economia antiga, o medievo parecia a sua demonstração empírica e lugar de direito. Da mesma forma, se a perspectiva modernista perdeu sua hegemonia na historiografia dedicada à Antiguidade, a Baixa Idade Média tornava explícito que o modo de vida específico do capitalismo está inscrito no código genético do próprio homem, e seu desenvolvimento é constrangido apenas por limites antinaturais. Sem um debate semelhante acerca da natureza da economia medieval (ou melhor, sem qualquer debate), tais noções puderam ser preservadas e tornadas implícitas. O verdadeiro passe de mágica foi sua transformação de refugio em fundamento. Nestas condições, as noções de economia natural e de natureza humana tornaram-se exemplares perfeitos de uma efetiva naturalização do passado.

Na obra de Le Goff, encontramos tais naturalizações (em especial a de primeiro tipo) em sua forma mais explícita e completa. Por um lado, a consideração de que a economia medieval “tem por finalidade a subsistência dos homens”⁶⁶, termo que poderia ser relativizado em relação à aristocracia⁶⁷, mas que, em se tratando do campesinato, revelaria “o estrito sentido da palavra, o bastante para viver fisicamente”⁶⁸. Ora, trata-se exatamente daquilo que chamamos de “nível zero da ação humana”, a vida como mera satisfação das necessidades fisiológicas mais básicas, ou seja, uma vida que é tão humana quanto a que vivem as baratas. Por outro lado, o argumento historiográfico que orienta a posição primitivista em Le Goff é a aceitação acrítica dos discursos do passado, a mera reprodução das fontes, interpretadas através de noções implícitas e ingênuas.

Assim, depreende-se da obra de Le Goff (enfocada aqui a partir de *A Civilização do Ocidente Medieval*, não obstante, uma síntese representativa de sua obra⁶⁹) uma certa

⁶⁶ LE GOFF, J.. *A Civilização do Ocidente Medieval*..., p. 271.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 271.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 271.

⁶⁹ Apesar de sua publicação na década de 1960, *A Civilização do Ocidente Medieval* pode ser caracterizada como uma síntese representativa da obra de Le Goff dada a permanência das linhas de força ali expressas em sua produção ulterior. Por exemplo, em “**A bolsa e a vida**: economia e religião na Idade Média” [Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007], uma obra acerca das relações entre a usura e religião na Idade Média Central, Le Goff nega que esteja desenvolvendo um “estudo econômico” (p. 23) apenas para, na sequência, se escudar em breves referências à Polanyi. Novamente encontramos o característico evolucionismo de Le Goff, presente ao comparar a economia do Ocidente do século XIII com “a dos indígenas das ilhas Trobriand no início do século XX”. Pois, “se aquela é mais complexa” (p. 23-24), a reciprocidade permanece dominando a lógica das trocas. Da mesma forma, a insidiosa idéia de economia natural se faz presente, tomando a circulação de moeda como critério da própria economia: “Mas, numa economia estreita, na qual o uso e a circulação da moeda continuam frágeis, o problema da usura é secundário” (p. 28).

figuração do medievo, em especial da Alta Idade Média. Em seu nível mais fundamental, o primitivismo (entendido aqui não apenas como caracterização da economia) que é justificativa para (e justificado por) uma análise do medievo como tempo de barbárie, regressão e incapacidade. Trata-se de uma efetiva tautologia argumentativa, na qual a o primitivismo germânico (i.e., sua inferioridade e incapacidade de conservar o mundo romano) é razão e consequência das regressões (inúmeras e variadas, conforme a análise de Le Goff) e barbarismo medievais.

No mesmo movimento, a economia (sempre em seu sentido *lato*⁷⁰) é transformada em não-tema. Os processos e problemas que poderiam desvelar as efetivas condições de produção e reprodução da sociedade medieval são cuidadosamente evitados, restando em seu lugar apenas uma história da pura contingência, idealizada em todos os seus aspectos. Conforme veremos, cada um desses aspectos fundamentais da obra de Le Goff foi preservado (e por vezes desenvolvido!) por seus discípulos. Dada a sua imensa influência e papel desbravador em inúmeras temáticas caras ao medievalismo contemporâneo, os discípulos constituem boa parte dos medievalistas franco-brasileiros, sejam eles declarados ou não.

III – “Que História Medieval no século XXI?”⁷¹

Quarenta anos após Jacques Le Goff publicar o seu manual de história medieval⁷², um de seus discípulos declarados, Jérôme Baschet, apresenta a sua obra, *A civilização feudal*,⁷³ em explícito diálogo com o mestre⁷⁴. Prefaciada por aquele autor e incluindo, entre os seus objetivos, o intuito de desenvolver a noção fluida de “longa Idade Média”, a obra é um manual estruturado de forma semelhante ao de Le Goff⁷⁵. Ainda que seja também a exposição de uma tese – o enquadramento das grandes navegações e da colonização da América em uma dinâmica feudal –, esta é a parte final de uma exposição que objetiva, acima de tudo, estabelecer uma visão de conjunto dos dez séculos de Idade Média.

Na obra de Baschet, conforme mencionamos acima, os principais elementos da obra de Le Goff são preservados e, em alguns casos, desenvolvidos. O traço que destacamos como o mais característico da primeira, isto é, a figuração da Alta Idade Média como um período de

⁷⁰ Para uma definição provisória, cf. nota 49.

⁷¹ Tomo de empréstimo o subtítulo da obra de Alain Guerreau, “*L’Avenir d’un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au xxie siècle?*” [Paris: Le Seuil, 2001].

⁷² LE GOFF, J.. *A Civilização do Ocidente Medieval*... 1995 [1964].

⁷³ BASCHET, Jérôme. *A civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América* São Paulo: Globo, 2006 [2004].

⁷⁴ Não podemos deixar de mencionar uma obra brasileira em muitos aspectos semelhante a de Bhaschet: FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média, nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁷⁵ Cf. os índices das duas obras.

barbárie e violência e os inúmeros juízos de valor empreendidos por Le Goff acerca da Roma baixo-Imperial e da sociedade germânica são, aparentemente, suavizados no manual de Baschet. Assim, ainda que recuse explicitamente os termos “bárbaros” e “invasões” (optando por “povos germânicos” e “migrações”⁷⁶), e até mesmo avance uma tímida crítica à “historiografia tradicional”, a mudança de perspectiva não é mais do que nominal. A lógica que analisamos em Jacques Le Goff permanece estruturando as análises e enquadrando o objeto. Dessa forma, a recusa de todo o período alto-medieval como um tempo de declínio e barbárie é acompanhado pela observação de que “certos períodos [...] correspondem parcialmente a essa visão, especialmente entre 450 e 550 e, em menor grau, entre 870 e 950”⁷⁷. No lugar de todo um período de violências e horrores, dois períodos de duzentos anos cujos critérios para tal denominação permanecem ocultos.

Mais fundamental, o tema da incapacidade germânica permanece estruturando a análise, ainda que de forma mais localizada. Para demonstrar a impossibilidade de denominar por Estado a organização política dos reinos germânicos, recorre-se a este tema para explicitar a incapacidade germânica de restaurar o sistema fiscal romano “ou mesmo de exercer um verdadeiro controle sobre seus territórios”⁷⁸. O mesmo ocorre em relação ao patrimonialismo, resultado do “processo que confunde a coisa pública com as possessões privadas do soberano”, o qual, ao contrário de Roma, supõe-se, “conduziu, no caso dos reis germânicos, a uma completa confusão”⁷⁹. Assim, trilhando a senda aberta pelo mestre, as inúmeras codificações legais alto-medievais não representam mais do que “um frenesi jurídico” que “corresponde à ausência de todo o poder real efetivo”⁸⁰.

A recusa de termos já descartados pelo debate historiográfico não é acompanhada, portanto, de uma necessária mudança no enquadramento da análise. Os antigos temas adquirem nova roupagem, menos explícita e mais suave, mas permanecem estruturando uma figuração do alto-medieval fundada em suas supostas insuficiências e barbarismo.

Trata-se, portanto, mais uma vez de focar a Alta Idade Média como o prólogo da “verdadeira” Idade Média, isto é, um período cuja importância emerge não da análise de suas características específicas, mas é sempre avaliada (por mais estranho que este procedimento seja ao ofício do historiador) em contraposição ao período precedente ou posterior (de acordo com a “decomposição do sistema romano” ou em relação aos “elementos de recomposição”

⁷⁶ BASCHET, J.. *A civilização Feudal...*, p. 49.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 96.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 53.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 53.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 53.

posteriores⁸¹). Por uma ironia dos termos, é a efetiva *Idade Média*. Em Baschet, é sempre reduzida a momento prévio na análise do período seguinte, a fulgurosa Idade Média Central:

“Mas convém afirmar que a Alta Idade Média pertence plenamente ao milênio medieval. Se ela não atinge ainda a síntese mais segura e altamente criativa da Idade Média Central, os processos que ali se consolidam são indispensáveis para compreender esta última e são, então, parte integrante da lógica de afirmação da sociedade feudal”⁸².

Até mesmo o pertencimento ao período medieval depende de sua relação como prólogo da Idade Média Central. O ano mil é então o momento decisivo. Na periodização de Baschet, separa o momento de acúmulos daquele de “franca expansão, de crescimento rápido e de dinamismo criador”⁸³. É o momento da propalada “reversão de tendência”⁸⁴. Contudo, o autor jamais enquadra a tal tendência (supostamente alto-medieval) que viria a ser revertida em um momento tão importante. Sobre essa, não nos é dada nenhuma pista.

Se a descrição do medievo efetuada por Baschet recupera os elementos mais fundamentais daquela de Le Goff, qual é o tratamento que dispensa à esfera do econômico? Ora, também aqui a obra do mestre é o modelo. Se, em Le Goff, a síntese romano-germânica é primordialmente cultural e política, para Baschet a fusão aristocrática é, sobretudo, uma “fusão cultural”⁸⁵. Para o autor, trata-se de um processo de progressiva unificação das elites, para o qual concorrem a militarização, a propriedade da terra e o controle das cidades, mas sempre reunidos sob a rubrica de um “estilo de vida”⁸⁶. As relações entre os elementos deste processo, complexas e dinâmicas, mas fundamentais para a compreensão da sociedade medieval, são ignoradas completamente. A própria forma das relações entre aristocratas e, omissão ainda mais grave, das relações entre aristocracia e campesinato não são analisadas.

Dessa forma, quando analisa o clássico problema do desaparecimento da escravidão⁸⁷, dissocia completamente os processos de homogeneização servil daqueles, anteriormente enunciados, da fusão aristocrática. No medievo figurado por Baschet, campesinato e aristocracia constituem dois mundos isolados.

Assim, os processos econômicos estruturais são, tal como em Le Goff, completamente relegados. Sem esta base indispensável, não constitui surpresa que mesmo as relações que mais explicitamente chamamos de econômicas sejam enquadradas apenas de forma

⁸¹ Idem, ibidem, p. 97.

⁸² Idem, ibidem, p. 96.

⁸³ Idem, ibidem, p. 35.

⁸⁴ Idem, ibidem, pp. 35, 97.

⁸⁵ Idem, ibidem, p. 53.

⁸⁶ Idem, ibidem, p. 53.

⁸⁷ Idem, ibidem, pp. 56-60.

descritiva. O declínio comercial e urbano, aqui apenas uma das muitas conseqüências do fim do império, implica uma produção cada vez mais local, ainda que o comércio de luxo de grande distância jamais desapareça. Contudo, nenhuma palavra é dita sobre a transformação das relações que estruturam este comércio sob Roma e no medievo, ou sobre as novas relações que emergem no campo e que possibilitam (ou ainda, determinam) que a produção seja local e, menos ainda, sobre a forma e o conteúdo de tais relações. Com o discípulo, assim como com o mestre, a economia é transformada em não-tema. Seus aspectos centrais são naturalizados e tornam-se anistóricos, evidentes.

Quarenta anos separam a publicação das duas obras. Em seus aspectos centrais, é trágico o testemunho que temos acerca do avanço do nosso conhecimento sobre a Alta Idade Média. Conforme a análise precedente demonstrou, em 2004 continuamos a revirar o material da mesma forma que fazíamos em 1964, limitados pelo mesmo enfoque e ainda cegos para questões fundamentais.

3. A Idade Média no Brasil: desenvolvimentos e continuidades.

I – O “primitivismo” suevo.

Se o panorama é tão gravoso em terras estrangeiras, o que dizer da produção nacional? Tendo como objetivo primordial o estabelecimento de um debate fraterno, passo à crítica da obra de dois grandes nomes da medievalística nacional, os quais, eu argumento, ao abandonarem qualquer discussão ou análise efetiva da esfera do econômico, implicitamente enquadram as suas pesquisas na naturalização primitivista e dependem do conceito de economia natural.

Assim, a naturalização primitivista se faz presente, sempre de maneira implícita, no trabalho da historiadora Leila Rodrigues da Silva. Em sua obra *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI*⁸⁸, dedica-se ao estudo das “relações estabelecidas entre a monarquia e a Igreja na segunda metade do século VI, no reino suevo e, de uma maneira mais específica, à análise de um modelo de monarca que defendemos ter sido formulado nesse contexto”⁸⁹. Valoriza, para tal, “uma abordagem que leva em conta os mecanismos sociais do poder e o papel da ideologia na sua constituição”⁹⁰.

⁸⁸ SILVA, Leila Rodrigues. *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008. Trata-se da publicação de sua tese de doutorado, defendida em 1996.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 13.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 13.

Novamente, nos deparamos com uma obra de erudição impar, cuidadosamente articulada através do trato com documentação primária. Contudo, também aqui a naturalização do passado se faz presente. O primeiro terço do livro é dedicado à reflexão “acerca da trajetória dos Suevos e da Igreja na Galiza”, privilegiando “a análise concernente à organização do reino no noroeste peninsular” e os elementos vinculados ao “movimento de reorganização e fortalecimento” da Igreja⁹¹. Nesse abrangente percurso de contextualização, a autora habilmente articula uma narrativa que se inicia com o estabelecimento dos suevos na Península Hispânica até sua anexação pelo reino visigodo no século VI.

Conforme enfatizamos anteriormente, por mais que os objetivos da obra não se conformem a uma análise da economia sueva, é necessário abordar tal âmbito ainda que de forma inicial, uma vez que não é possível analisar a monarquia e a Igreja suevas sem tocar minimamente nas formas de organização da produção e reprodução material da sociedade em questão.

Assim, ainda que Rodrigues, apoiando-se em extensa bibliografia, enfatize que o assentamento dos suevos na península não implicou grandes transformações na estrutura sócio-produtiva, não há nenhuma consideração detida das formas de intercâmbio desenvolvidas no decorrer do Império, como comércio de longa-distância, ou mesmo o sistema de impostos romano. Ao contrário, as considerações convergem para uma análise que privilegia a presença dos suevos no ambiente rural e nas atividades agrícolas. Neste sentido, a naturalização presente na obra de Rodrigues aproxima-se do primitivismo que mencionamos anteriormente, já que não parece existir outra forma de atividade econômica que não a agrária. Além disso, a falta de consideração detida mesmo desse aspecto implica juízos generalizantes e de difícil sustentação. Desta forma, as poucas transformações oriundas do assentamento suevo são analisadas com base num extremo voluntarismo de um processo marcado pela direção da elite sueva:

“Díaz Martinez, ao tratar da manutenção das estruturas romanas pelos suevos, recorda que aos germanos não interessavam modificações (1992, p. 214). À elite sueva se apresentava, assim, a possibilidade de estabelecer toda a sua população nas terras existentes, sem que para tal precisasse elaborar mecanismos novos que mantivessem o funcionamento da economia”⁹².

Articulando a naturalização primitivista com um aspecto fundamental de seu gêmeo modernista, a autora apresenta ainda a economia como esfera plenamente autônoma em

⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 12.

⁹² Idem, *ibidem*, p. 35.

relação à qual existiriam mecanismos, novos ou antigos, que a manteriam em funcionamento. Ora, qual é a concepção subjacente que informa esta idéia de economia? Que ela não diz respeito ao processo de produção e reprodução da vida material (sem a qual não existe sociedade e, portanto, ela não poderia jamais “deixar de funcionar”), mas que é a forma de gerenciamento da produção em sentido estrito, manutenção das condições passadas, em que “deixar de funcionar” se caracteriza como uma crise ou ruptura. Assim, caso não fosse possível “manter o funcionamento da economia”, é razoável supor que encontraríamos um “*crash*” da economia sueva em plena Idade Média!

Desenvolvendo a análise com base nestes elementos, a autora avança outra hipótese, ainda que calcada nas mesmas naturalizações:

“É bem verdade que não sabemos se os chefes suevos tinham clareza de que, caso fragmentassem indiscriminadamente as propriedades, entre outras consequências, teriam, provavelmente, sérios problemas com a produção”⁹³.

Tal posição, expressa na passagem citada, apresenta dois graves problemas. Por um lado, trata-se de uma hipótese cuja verificação é impossível. Como saber que a fragmentação das propriedades redundaria em “sérios problemas com a produção”? Como se vê, novamente a idéia de produção é requisitada em seu sentido mais estrito. Por outro lado, encara um processo histórico determinado como pura contingência, como se fosse uma questão de escolha (limitada apenas pela “clareza” dos chefes suevos acerca da questão), e não como um desenvolvimento processual de lógicas e dinâmicas que havia muito tempo que estavam em curso. Ignora, portanto, a própria história e o passado dos povos germânicos, constituído precisamente por uma fragmentação extensa e rotativa das propriedades⁹⁴, a qual não implicava, de forma alguma, “sérios problemas com a produção”.

Tal como se a fragilidade da análise anterior fosse evidente, a autora recorre ao clássico tema da incapacidade germânica:

“Contudo, se este motivo não foi determinante para que o modelo encontrado se mantivesse, certamente a dificuldade no sentido de criar formas alternativas viáveis de ocupação do território condicionou tal encaminhamento”⁹⁵.

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 35.

⁹⁴ Cf. os relatos de Júlio CÉSAR, *Comentários sobre a Guerra Gálica* (*Comentarii de Bello Gallico*). Rio de Janeiro: Ediouro, 1994; e TÁCITO, *Germânia* (*De Origine et situ Germanorum*). Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.ger.shtml>, e uma versão traduzida em www.ricadodacosta.com.

⁹⁵ SILVA, L. R.. *Monarquia e Igreja na Galiza...* p. 35.

A manutenção do “modelo romano”, isto é, das relações de produção jamais analisadas na obra, explica-se então não pela escolha da elite sueva, nem pela possibilidade de “quebra” da economia, mas pela pura e simples incapacidade de elaborar “formas alternativas viáveis de ocupação do território”. A análise, nos capítulos posteriores, demonstrará que nenhuma compreensão da sociedade medieval pode ignorar que esta transformação não apenas ocorreu, mas que foi fundamental no desenvolvimento daquela sociedade.

II – Evidências do passado, naturalização do presente.

Doutor em História Antiga, autor da tese inédita *Panorama económico-social del NO. de la Península Ibérica en época visigoda. La obra de Valerio del Bierzo*⁹⁶, Renan Frighetto constitui um caso especial dentre o conjunto dos medievalistas brasileiros, enquadrando, ao menos nominalmente, temáticas econômicas em suas análises. Debruçamos, aqui, sobre a coletânea de artigos intitulada *Cultura e Poder na Península Ibérica*⁹⁷, a qual reúne artigos diversos acerca do contexto visigótico nos séculos VI e VII tendo como pedra-fundamental as obras de Valério do Bierzo. Assim, os artigos recuperam e sintetizam os temas desenvolvidos na tese de doutorado do autor. Ainda que a coletânea seja analisada como um conjunto, dedicamos especial atenção a dois artigos: “Aspectos da Vida Econômica no N.O. da Península Ibérica em finais do século VII: a pequena propriedade rural na obra de Valério de Bierzo”⁹⁸, e “Sociedade e Cultura no N.O. Peninsular Ibérico em finais do século VII, segundo o *De Genere Monachorum*, de Valério do Bierzo”⁹⁹.

No primeiro artigo, Frighetto exalta a análise da pequena propriedade rural visigótica como “detentora de certos matizes socioeconômicos que merecem ser realçados”¹⁰⁰. Desta forma, “a pequena propriedade rural apresentava-se como um dos elementos destacados no interior do universo econômico do Reino Hispano-Visigodo”¹⁰¹. Trata-se, portanto, de uma tentativa de “descrição da organização estrutural da pequena propriedade rural hispano-visigoda” a partir da legislação de época e, principalmente, das obras de Valério do Bierzo.

⁹⁶ FRIGHETTO, Renan. **Panorama económico-social del NO. de la Península Ibérica en época visigoda**. La obra de Valerio del Bierzo. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1996. Tese (Doutorado em História Antiga), 1996.

⁹⁷ FRIGUETTO, R.; FERNANDES, F. R.. **Cultura e Poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá Editora, 2001. Publicada em co-autoria com Fátima Regina Fernandes, a coletânea reúne artigos individuais de cada um.

⁹⁸ FRIGUETTO, Renan. Aspectos da Vida Econômica no N.O. da Península Ibérica em finais do século VII: a pequena propriedade rural na obra de Valério de Bierzo. In: FRIGUETTO, R.; FERNANDES, F. R.. Op. cit., 2001.

⁹⁹ FRIGUETTO, Renan. Sociedade e Cultura no N.O. Peninsular Ibérico em finais do século VII, segundo o *De Genere Monachorum*, de Valério do Bierzo. In: FRIGUETTO, R.; FERNANDES, F. R.. Op. cit., 2001.

¹⁰⁰ FRIGUETTO, R.. Aspectos da Vida Econômica..., p. 191-192.

¹⁰¹ Idem, ibidem, p. 192.

A partir de uma lei visigótica (intitulada “Se um herdeiro planta uma videira, ou constrói uma casa em terra pertencente ao seu co-herdeiro”¹⁰²), Frighetto caracteriza um “modelo geral”:

“Tendo como ponto de partida os elementos existentes no interior desta pequena propriedade rural básica, que nos são apresentados por esta lei hispano-visigoda, podemos observar que a sua produtividade estava calcada, fundamentalmente, numa economia de subsistência oriunda dos produtos alimentares provenientes da horta e do pomar caseiros, entre os quais se destacam as produções vinícola e oléica vinculadas a uma inquestionável tradição alimentar romano-mediterrânica”¹⁰³.

Na sequência de sua análise, o autor destaca como a descrição empreendida por Valério do oratório de S. Pantaleão, próximo ao Mosteiro Rufianense, “enquadrava-se perfeitamente na típica estrutura da pequena propriedade rural” anteriormente analisada. Trata-se, então, de efetuar uma longa descrição do oratório citado, atualizando o discurso de Valério através de paráfrases sobre a “distribuição espacial”¹⁰⁴ do oratório e do jardim anexo, “cortado por um riacho”¹⁰⁵ e “ricamente adornado por rosas, lírios e outras variadas flores”¹⁰⁶.

Ao fim do artigo, empreendendo um salto mortal lógico, Frighetto conclui:

“[...] o relato Valeriano [...] apresenta-nos os elementos mais comuns e inerentes à denominada pequena propriedade rural. Certamente que incorreríamos em erro se buscássemos qualificá-la como modelo de pequena propriedade rural, válido para todo o Reino Hispano-Visigodo, visto que a sua realidade socioeconômica vincula-a estreitamente com a zona galaico-berciana e, em maior, escala, ao quadrante N.O. da Península Ibérica. [...] Contudo, se nos limitarmos a determinados aspectos concretos e relacionados com o *peculium* existente no interior da pequena propriedade rural, como são a construção de alguma habitação, a plantação de pequena horta a par com algumas videiras e oliveiras e a existência de algum animal de tiro ou doméstico, poderíamos constatar que a pequena propriedade rural apresentada por Valério teria a mesma base estrutural existente noutras pequenas propriedades rurais peninsulares sendo destinada, fundamentalmente, a uma economia de subsistência que, no caso Valeriano, encontrava importantes complementos alimentícios junto

¹⁰² *Lex Visigothorum*. X, 1, 6. In: *The Visigothic Code (Forum Iudicum)*. SCOTT, S. P. (Ed.), Boston Book Company, 1910. Disponível online em <http://libro.uca.edu/vcode/visigoths.htm>

¹⁰³ FRIGUETTO, R.. Aspectos da Vida Econômica..., p. 193.

¹⁰⁴ Idem, ibidem, p. 196.

¹⁰⁵ Idem, ibidem, p. 197.

¹⁰⁶ Idem, ibidem, p. 197.

ao pomar, ao jardim e o riacho que atravessa aquela propriedade rural”¹⁰⁷.

Além da inegável beleza do jardim adornado de rosas e lírios, quais são as lições que se depreendem da análise de Frighetto? Ora, é explícita a inserção do autor na genealogia que analisamos até aqui, expressa, por exemplo, em seu uso implícito da noção de economia natural. Pois, segundo o autor, existem dois tipos de “produção/produktividade/economia”: de “subsistência” e, supõe-se, “para o mercado”. Ora, nos encontramos em um debate no qual os próprios termos em questão nos direcionam para conclusões equivocadas. De início, é necessário empreender a crítica da noção de “subsistência”, fundada na idéia de “economia natural”, a qual, segundo nossa análise prévia, figura os indivíduos como estrutura estática, no mínimo em seu processo de trabalho ou na esfera da produção imediata. A contraparte desta noção é a “produção para o mercado”, fechando um circuito segundo o qual ou os homens produzem de acordo com as suas necessidades mais básicas, ou então o fazem em excesso, para transacionar os excedentes no mercado. Ignora-se então um amplo aspecto da ação humana na qual a produção de excedentes é parte integral da sua “subsistência” (e, portanto, sempre transformada), seja para o consumo ritual, troca cerimonial, estocagem, expansão, destruição agonística etc. O par constituído pelas noções de “economia de subsistência” e “produção para o mercado” é, ao fim e ao cabo, funcional apenas quando se admite uma idéia redutora da vida humana.

Além disso, de nenhuma forma a consideração de uma única lei (inclusive, uma que não parece sustentar a leitura avançada pelo autor) é suficiente para fundamentar a conclusão de tratar-se de uma “economia de subsistência”. Nada é dito, por exemplo, acerca das relações entre camponeses, ou destes com a aristocracia. Mesmo nos termos redutores em que o problema é colocado, não seria possível atestar que não existe “produção para o mercado”, ainda que em pequena escala. Trata-se de explicitar, portanto, como Frighetto é capaz de reunir a naturalização primitivista com a transformação da economia em não-tema em uma pesquisa que analisa, justamente, “aspectos econômicos”!

Pois, a forma mais eficaz de transformar a economia em não-tema é a naturalização da nossa economia (capitalista, autonomizada, historicamente determinada), i.e., como se a economia medieval fosse tal como a nossa (ou, no melhor dos casos, sua versão primitiva), e assim evidente, explícita, sendo desnecessária qualquer análise efetiva.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 198-199.

Neste sentido, no segundo artigo, “Sociedade e Cultura no N.O. Penínsular Ibérico em finais do século VII, segundo o *De Genere Monachorum*, de Valério do Bierzo”¹⁰⁸, o autor analisa o processo de conversão de propriedades da aristocracia laica em mosteiros¹⁰⁹. Baseando-se nas invectivas de Valério do Bierzo quanto a este processo, o autor empreende uma análise altamente normativa e “positivadora” do relato valeriano. Assim, Frighetto argumenta que “a fundação de mosteiros” em terras de senhores laicos “com o único intuito de ampliarem os lucros econômicos das grandes propriedades”¹¹⁰. E, para sustentar tal afirmação, além das admoestações de Valério, cita também o cânone VI do II Concílio de Braga que, por uma tradução descuidada em sua edição bilíngüe, o verte da seguinte forma:

“VI. Que no sea consagrado El oratorio construido por alguno en su heredad con fines lucrativos [*Ut qui oratorium pro quaestu suo in terra suo fecerit non consecratur*].

Se tuvo por bien que si alguno construye una iglesia [*basilicam*], no por fe y devoción, sino por codicia y lucro [*quaestu cupiditatis*], para repartirse lo que allí se reúna de las ofrendas del pueblo a medias con los clérigos, alegando que él ha construido la iglesia en sus tierras, lo cual se afirma que se da hasta ahora en algunas partes, deberá pues en adelante observarse lo siguiente: Que ningún obispo dé su asentimiento a una propuesta tan abominable, atreviéndose a consagrar una basílica que no ha sido fundada para alcanzar la protección de los santos, sino más bien con fines tributarios [*sub tributaria conditione*]”¹¹¹.

Assim, termos latinos como *quaestu* (*quaestus*: ganho; lucro; proveito; vantagem; benefício¹¹²) e *tributaria* (*tributarius*: tributário; que paga um tributo¹¹³) são traduzidos em sua acepção mais contemporânea (lucro e tributo) e encarados por Frighetto como a materialização de relações contemporâneas (“com o único intuito de ampliarem os lucros econômicos”¹¹⁴) em plena sociedade medieval!

Se, contudo, interpretamos o cânone em sua totalidade (e não apenas em seus termos impressionistas, como faz Frighetto), esse faz referência à divisão das oferendas feitas pelo povo entre os clérigos e o aristocrata proprietário da terra onde se encontra a igreja (“para

¹⁰⁸ FRIGUETTO, R.. Sociedade e Cultura..., 2001.

¹⁰⁹ Idem, ibidem, p. 46.

¹¹⁰ Idem, ibidem, p. 46.

¹¹¹ **CONCILIOS VISIGÓTICOS E HISPANO-ROMANOS**. Ed. bilíngüe (Latim-Espanhol) de VIVES, José. Barcelona-Madrid, CSIC, 1963, p. 83.

¹¹² TORRINHA, Francisco. Dicionário latino português. Porto: Gráficos Reunidos, 1942, p. 716; DU CANGE, et al., *Glossarium mediae et infimae latinitatis, éd. augm.*, Niort: L. Favre, 1883-1887, t. 6, col. 588c. Disponível online em: <http://ducange.enc.sorbonne.fr/QUAESTA>

¹¹³ TORRINHA, Francisco. Dicionário latino português. Porto: Gráficos Reunidos, 1942, p. 889; DU CANGE, et al., *Glossarium mediae et infimae latinitatis, éd. augm.*, Niort: L. Favre, 1883-1887, t. 8, col. 178a. <http://ducange.enc.sorbonne.fr/TRIBUTALES>

¹¹⁴ FRIGUETTO, R.. Sociedade e Cultura..., p. 46.

repartirse lo que allí se reúna de las ofrendas del pueblo a medias con los clérigos”¹¹⁵). Assim, *quaestu* poderia ser traduzido simplesmente como proveito ou vantagem – evitando então o malabarismo lingüístico presente na tradução do título do cânone –, enquanto *tributaria* assume aqui o sentido não de imposto ou tributo monetário (sendo implícito após a menção de lucro), mas de tributo em espécie, como ganho.

A superioridade de tal interpretação reside na consideração do cânone em sua totalidade e como fragmento de uma sociedade que também constitui uma totalidade. Ou seja, tal interpretação fundamenta-se na consideração das relações sociais medievais, historicamente específicas e, portanto, distintas das relações sociais capitalistas. Em meio a esta totalidade, os motivos jamais são “de caráter econômico”, ou visam “unicamente ao aumento do rendimento do proprietário”. Como se o aristocrata medieval projetasse suas ações a partir de um cálculo econômico autonomizado de todas as outras esferas e relações sociais. Ao contrário, se analisamos o cânone na relação que ele expressa, a fundação de mosteiros, oratórios e igrejas próprias, ele se reveste da lógica da dependência e subordinação, na qual desempenha papel determinante o poder de atração de novos dependentes exercido pela aristocracia e de sua manutenção, em momento críticos, efetivada na distribuição de alimentos. Da mesma forma, é possível então contextualizar a condenação episcopal à prática como uma disputa intra-aristocrática pelo poder de atração e controle sobre o campesinato dependente. A apropriação de oferendas decorre, então, não de um desejo de lucro, de um cálculo de vantagens econômicas, mas constitui uma das formas de atrair e manter um amplo número de camponeses sob a dependência aristocrata, ou seja, uma ação que só adquire sentido em meio à totalidade que a determina.

Em síntese, não se trata apenas de dar voz à aristocracia episcopal medieval em seu conflito com a aristocracia laica pelo controle de igrejas, oratórios, mosteiros ou, em último caso, do campesinato dependente. Frighetto vai além e valoriza o discurso de Valerio de Bierzo, pauta-se nesse para efetuar juízos de valor continuando a tradição de Jacques Le Goff. Assim, os “falsos monges” denunciados por Valério, ou seja, a totalidade dos dependentes de um aristocrata que, no processo de fundação de um mosteiro, se convertiam à vida monástica, segundo os autores (Frighetto e Valério, e é digno de nota que o discurso do historiador e o da fonte se confundam com tamanha intimidade), seria, de fato, constituída de:

“indivíduos que seguiam dedicando-se a assuntos seculares ao mesmo tempo que contrariavam os preceitos elementares das virtudes

¹¹⁵ CONCILIOS VISIGÓTICOS E HISPANO-ROMANOS..., p. 83.

monásticas como a obediência, a humildade, a sincera caridade, a abstinência alimentar, a sobriedade, o decoro e a fidelidade”¹¹⁶

Assim, eram caracterizados por Valério “com adjetivos pejorativos como o de temerário, soberbo, duro, atroz, iníquo”¹¹⁷, os quais, nos informa Frighetto, “revelam indivíduos vocacionados a atitudes criminosas e violentas”¹¹⁸. Da mesma forma, o autor nota a coincidência dos termos utilizados por Valério para caracterizar os “falsos monges” e, de forma geral, os camponeses:

“Ora, observando atentamente estas informações valerianas que caracterizam os falsos monges, verificamos a existência de uma completa coincidência com respeito às descrições referentes aos *rustici*, no concernente aos seus costumes, indivíduos ignorantes, violentos e subservientes capazes de cometerem assassinatos e abusos contra aqueles que seguiam uma vida santa”¹¹⁹.

Contudo, a observação de tal convergência de posições não é suficiente para levar Frighetto a uma crítica das considerações apresentadas pelo discurso de época. Ao contrário, tais elementos são tomados como índices para a admissão da abrangência e fidelidade da fonte, subscrevendo o historiador o discurso extremamente parcial e interessado de frações da aristocracia medieval! O objetivo do historiador transforma-se de uma análise do passado – o desvelamento de suas relações, estruturas e dinâmicas – em atualização dos discursos de época, se tanto, relacionando-os entre si. Não se objetiva, portanto, uma análise do processo de emergência e desenvolvimento do fenômeno das “igrejas próprias”, as relações de classe envolvidas ou as dinâmicas estruturais que os possibilitam e determinam. Trata-se apenas de explicitar como tal processo aparece na obra de um autor de época:

“Portanto, observamos que Valério do Bierzo qualifica como falsos monges aquele grupo de servos e dependentes das grandes propriedades laicas que se viam obrigados a converterem-se à vida monástica sem romperem os seus anteriores laços de dependência com o seu antigo *dominus*”¹²⁰.

Desta forma, o que encontramos em Le Goff como repetição e validação acríica de discursos de época é, em Frighetto, elevada a um nível superior: o elogio da sagacidade e

¹¹⁶ FRIGUETTO, R. Sociedade e Cultura..., p. 49. Conforme veremos, tais preceitos e virtudes foram largamente ignorados e contrariados por inúmeros homens santos da Península Ibérica que viveram em períodos próximos à Valério e, contudo, tal não constituiu motivo para diminuir sua sacralidade (em alguns casos, ao contrário, a potencializava).

¹¹⁷ Idem, ibidem, p. 50.

¹¹⁸ Idem, ibidem, p. 50.

¹¹⁹ Idem, ibidem, p. 50..

¹²⁰ Idem, ibidem, p. 53.

poder de observação crítica da elite episcopal! Assim, ao definir os “falsos monges” como “pertencentes ao ‘sétimo gênero de monges’ [...] numa clara alusão à descrição dos seis tipos de monges oferecida por Isidoro de Sevilha”¹²¹, “Valério é inovador”¹²²! Ou ainda, é o caráter extremamente ideológico dos escritos de Valério que atestam o seu critério de exatidão: “Por essa carga de crítica social é que esta se torna a obra valeriana que melhor nos retrata, de maneira coloridíssima, o ambiente sócio-cultural existente na região galaico-berciana durante a segunda metade do século VII”¹²³.

4. Totalidade social e esferas da vida.

Se a análise desenvolvida acima objetivou, inicialmente, caracterizar e enquadrar determinadas figurações acerca do medievo – e de sua economia – e terminou por articular uma caracterização geral da corrente dominante no campo da história medieval, tal resultado não é apenas um descaminho. Uma crítica da transformação da economia em “não-tema” desenvolveu-se como uma crítica das possibilidades desta transformação. Pois, o que a análise precedente demonstrou é que a crítica destas figurações (tanto em sua generalidade ainda não explicitada, quanto na especificidade de cada trabalho examinado) depende de sua correta caracterização metodológica. Ignorar tal fato seria limitar a crítica a um quadro de referências compartilhado com as posições criticadas, isto é, aceitar seus pressupostos acriticamente.

Tendo em vista um desenvolvimento teórico-metodológico que supere tal tendência, a tarefa conclusiva do presente capítulo é o exame do pressuposto que emerge como central para as figurações até aqui examinadas¹²⁴, isto é, que a sociedade medieval existe não como uma totalidade complexa e articulada, mas como uma coleção de “áreas” ou “esferas” que existem em isolamento recíproco, consistindo a tarefa do historiador em escolher qualquer uma destas e analisá-las em seu isolamento idealmente absoluto¹²⁵.

¹²¹ Idem, *ibidem*, p. 53.

¹²² Idem, *ibidem*, p. 53.

¹²³ Idem, *ibidem*, p. 53.

¹²⁴ De acordo com os argumentos que avançamos acima, tal pressuposto tem origem em Le Goff e se faz presente em cada uma das análises examinadas anteriormente e daquelas que se alinham, de forma implícita ou explícita, com a Nova História.

¹²⁵ Tal isolamento, conforme observamos, jamais pode ser completamente absoluto, já que mesmo as análises sobre os aspectos mais ínfimos da sociedade medieval dependem de alguma figuração da estrutura social que dá sentido a esses aspectos. Contudo, a historiografia mais recente tende a pensar que esse isolamento pode, de fato, se concretizar, e dá amostras que as análises mais irrelevantes podem ser ainda mais parciais, ainda que em breve estas não façam sentido nem mesmo para os especialistas em determinada temática. Dado o percurso do campo e da historiografia, “idealmente” poderia ser substituído por “tendencialmente”.

O exame e a crítica desse pressuposto apresentam-se, então, como uma discussão do problema das relações entre a sociedade como totalidade e suas partes constitutivas (aqui denominadas de esferas da vida, i.e., primordialmente, econômica, cultural e política). Tal discussão constituiu-se como um complemento essencial ao primeiro objetivo do capítulo, uma vez que não apenas elucida as razões e os efeitos oriundos da “não-visão” da esfera do econômico na Idade Média, mas empreende a crítica no nível mais fundamental da cisão da totalidade social em esferas da vida. O objetivo principal desta discussão apresenta-se como a definição dos termos em questão de forma não idealista ou anistórica. Isto é, avançamos uma proposta de articulação da totalidade social e suas partes constitutivas (em especial o econômico e a cultura) que seja, ao mesmo tempo, dotada de eficácia explanatória – portanto, superior a posição proposta pela Nova História – e capaz de lidar com as especificidades de uma sociedade pré-capitalista. A consequência de tal proposição é a adoção de uma metodologia de análise consistente e uma redefinição das relações entre a sociedade em questão e as diversas formas de seus vestígios documentais.

Para atingir tais objetivos, confrontamos abaixo três perspectivas diversas sobre o problema da totalidade social e de suas esferas constitutivas: a posição sustentada implicitamente pela Nova História (aqui identificada e denominada com a posição do próprio medievalismo contemporâneo); uma concepção própria da antropologia econômica (proposta por Karl Polanyi); e a abordagem empreendida pela historiadora marxista Ellen Wood. Do exame crítico das três posições elencadas, articulamos uma síntese que, fundada tanto no Realismo Crítico quanto no marxismo, seja adequada para a análise da sociedade medieval e supere as limitações da Nova História.

I – Totalidade Negada: a cisão do social em áreas.

A aparente contradição que não podemos ignorar reside no seguinte fato: a despeito do medievalismo contemporâneo¹²⁶ ter como uma de suas características centrais e mais reveladoras a posição que propõe acerca das relações entre a totalidade social e suas partes constitutivas, essa é sempre uma posição implícita. Conforme veremos, tal característica não é acidental, mas acaba por retroagir sobre a própria posição. No momento, contudo, é suficiente destacar a necessidade de toda a análise prévia para revelar esta posição e sua centralidade para o referido medievalismo.

¹²⁶ Novamente, por esse termo designamos as análises empreendidas no campo da história medieval que comungam dos princípios e características gerais avançados pela Nova História. Por se tratar da posição dominante, é identificada aqui como o medievalismo contemporâneo.

A posição em questão pode ser assim sintetizada: para grande parte dos medievalistas, a sociedade medieval é dividida em “áreas” (ou “esferas”) reciprocamente independentes, com limites e características rigidamente definidas. Cultura, economia e política constituiriam as principais esferas da sociedade medieval (ou de todas as sociedades), mas, sendo sempre implícita e jamais proposta de forma clara, tal posição permite a enumeração de outras esferas – a mentalidade constitui um exemplo claro, ainda que datado. Dada a tendência de fragmentação ainda maior do campo, não seria surpreendente pensar em uma esfera da religião ou do pensamento político que venha a informar as análises dos medievalistas. Assim, alguns fazem história política, muitos fazem história cultural e, poucos, história econômica.

Tais esferas são reciprocamente independentes porque admitem desenvolvimentos com lógicas e dinâmicas completamente díspares até o limite de sua desvinculação. Le Goff sintetiza tal aspecto de forma muito clara ao caracterizar a história das mentalidades: esta seria a história da inércia, da imobilidade como força histórica, da “tradición, eso es, las formas en que se reproducen mentalmente las sociedades, los desfases, producto del retraso de los espíritus en adaptarse al cambio y de **la rapidez desigual de evolución de los distintos sectores de la historia**”¹²⁷. Em comparação com os outros “setores da história”, a “mentalidad es lo que cambia con mayor lentitud”¹²⁸.

Tal desvinculação não se apresenta apenas através de ritmos de transformação diversos, mas também no “desenvolvimento comparativo” das áreas das sociedades: assim, poderíamos falar – como Le Goff efetivamente faz – em um desenvolvimento da cultura superior ao da economia etc.¹²⁹ A existência de limites rígidos (ou, no mínimo, claros) entre as áreas da sociedade emerge como decorrência lógica das proposições acima. Pois, se a cultura e a economia designam um todo indistinto, não é possível dotá-los de velocidades de desenvolvimento desiguais ou efetuar julgamentos que apontem para a superioridade de um sobre o outro. Assim, a separação entre as áreas do social existe como pressuposto para a própria posição que analisamos no momento. Se, em geral, a Nova História não discute os pressupostos que orientam suas análises, este específico não é nem mesmo considerado. Trata-se, efetivamente, de uma posição *a priori* e potencialmente desconhecida pelos próprios agentes que a empregam em suas análises.

¹²⁷ LE GOFF, Jacques. Las mentalidades. Una historia ambigua. p. 5. Disponível online em [http://ares.unimet.edu.ve/derecho/fpep12/apoyo/Las mentalidades.pdf](http://ares.unimet.edu.ve/derecho/fpep12/apoyo/Las%20mentalidades.pdf) (Grifos nossos).

¹²⁸ Idem, ibidem, p. 6.

¹²⁹ Cf. nota 49.

Decorre diretamente dos aspectos acima elencados a transformação do econômico em “não-tema”. Pois, a cisão da totalidade social em áreas reciprocamente independentes é uma necessidade lógica para a “não-visão” de uma área determinada. Fosse a sociedade medieval efetivamente enquadrada como uma totalidade (a partir de qualquer uma das formas possíveis), a “não-visão” do econômico imediatamente seria percebida, já que no decisivo momento de reconstrução da totalidade tal sociedade apareceria aleijada de uma de suas esferas.

Como tal momento de reconstrução não é necessário sob esta concepção de História – que opera com as áreas da sociedade em isolamento recíproco –, tal ausência retroage sobre a própria concepção, fundando e fomentando análises cada vez mais parciais, cada vez mais limitadas a determinadas áreas e suas sub-áreas. A funcionalidade da posição em questão é explícita para o programa teórico-político da Nova História: enxergamos apenas uma Idade Média onírica, expressão puríssima do imaginário, tempo do maravilhoso por excelência. Harmoniosas fantasias sustentadas por uma materialidade incômoda e intrusiva, cuja existência deve ser combatida, riscada das figurações contemporâneas, transformada em não-tema.

II – Totalidade Rompida: a integração do social no passado.

Contudo, a crítica de tal concepção não se completa apenas ao apontarmos os inúmeros equívocos que sustenta, é necessário também examinar as suas condições de possibilidade e difusão. Uma recorrente distinção entre o capitalismo e as sociedades pré-capitalistas toca exatamente no ponto que ora examinamos e nos fornece indicações preciosas sobre as condições de possibilidade da posição do medievalismo. Estabelecendo uma oposição entre os significados “formal” e “substantivo” da economia, o antropólogo húngaro Karl Polanyi¹³⁰ estabeleceu as bases para toda uma tradição de análise das economias antigas. Segundo o autor, o significado *formal* da economia deriva do

caráter lógico de uma relação meios-fins, conforme aparece em palavras como ‘econômico’ ou ‘economizador’. Refere-se a uma determinada situação de escolha, nomeadamente, aquela entre os diferentes usos de meios induzidos por uma insuficiência desses meios.¹³¹

Por sua vez, o significado *substantivo* deriva

¹³⁰ POLANYI, Karl. The Economy as Instituted Process. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W.. **Trade and market in the early empires**: Economies in history and theory. New York: The Free Press, 1957, p. 243-270.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 243.

da dependência do homem em relação à natureza e seus semelhantes para sua sobrevivência. Refere-se ao intercâmbio com seu ambiente natural e social, na medida em que isso resulta no fornecimento dos meios para a satisfação de suas necessidades materiais.¹³²

Calculado nessas definições, Polanyi desenvolve uma crítica que aponta para a superioridade do significado substantivo de economia, uma vez que este seria o único capaz de fornecer os conceitos “requeridos pelas ciências sociais para todas as economias empíricas do passado e do presente”¹³³.

O desenvolvimento do significado *substantivo* da economia passa, então, pelas formas de institucionalização da própria economia, isto é, o processo que lhe concede “unidade e estabilidade, estrutura e função, história e políticas”¹³⁴. A economia aparece como institucionalizada, incrustada, integrada ou enredada¹³⁵ em instituições econômicas e não-econômicas. Estas últimas são vitais para Polanyi, pois o autor argumenta que a religião ou o governo podem desempenhar papéis vitais para a estrutura e funcionamento da economia¹³⁶. O objetivo da análise proposta por Polanyi revela-se, então, como uma análise da transformação do lugar social ocupado pela economia, ou seja, “a análise da maneira na qual o processo econômico é instituído em diferentes tempos e lugares”¹³⁷.

A aplicação do instrumental teórico desenvolvido por Polanyi cristaliza a distinção para a qual devemos voltar nossa atenção. Recuperando as proposições dos economistas clássicos, Polanyi articula uma oposição entre “a condição integrada e não-integrada da economia em relação à sociedade”. Assim, “a economia não-integrada do século XIX separou-se do resto da sociedade, mais especificamente do sistema político e governamental”¹³⁸. As razões desta não-integração encontram-se nas características das “economias de mercado”¹³⁹, em que

a produção e a distribuição de bens materiais, em princípio, é dirigida por um sistema auto-regulatório de mercados formadores de preços. Este é governado por leis próprias, as chamadas leis da oferta e demanda, e motivado por medo da fome e esperança de lucro. Não são os laços de sangue, compulsão legal, obrigação religiosa,

¹³² Idem, ibidem, p. 243.

¹³³ Idem, ibidem, p. 244.

¹³⁴ Idem, ibidem, p. 250.

¹³⁵ Os termos em questão traduzem as palavras *embedded* e *enmeshed*. Idem, ibidem, p. 250.

¹³⁶ Idem, ibidem, p. 250.

¹³⁷ Idem, ibidem, p. 250.

¹³⁸ POLANYI, Karl. Aristotle Discovers the Economy. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W.. **Trade and market in the early empires**: Economies in history and theory. New York: The Free Press, 1957, p. 68.

¹³⁹ É revelador da ênfase quase exclusiva na distribuição a preferência de Polanyi pelo termo “economia de mercado” sobre “capitalismo”.

fidelidade ou mágica que criam as situações sociológicas as quais fazem os indivíduos participar da vida econômica, mas especificamente instituições econômicas como a iniciativa privada e o sistema de salários.¹⁴⁰

A principal distinção histórica que encontramos na obra de Polanyi é, portanto, aquela estabelecida entre as economias integradas (à totalidade social) e as não-integradas. O pré-capitalismo apareceria como um conjunto de economias do primeiro tipo, nas quais religião, dependência pessoal, parentesco, em suma, relações extra-econômicas constituiriam as relações econômicas de forma primária; ao contrário, o capitalismo seria caracterizado por uma separação da economia da totalidade social, por sua não-integração, e cuja operação seria decorrente de “leis próprias”¹⁴¹, “especificamente econômicas”¹⁴², e que “funcionam sem a intervenção consciente da autoridade humana, Estado ou governo”¹⁴³.

No momento, ressaltamos apenas que tal realidade e as formulações intelectuais correspondentes só existem a partir da emergência do modo de produção capitalista, sendo completamente estranhas às sociedades do passado.

III – Totalidade Reconhecida: a forma de integração do presente.

Visando objetivos diversos, a historiadora marxista Ellen Meiksins Wood nos oferece outra perspectiva sobre a mesma questão, isto é, o processo de diferenciação do econômico em relação às outras esferas da totalidade social. Em oposição a uma postura intelectual que considera como mera abstração esta diferenciação das esferas da totalidade social sob o capitalismo, Wood ressalta que este é um processo real.

Segundo a autora, este processo se materializa de forma explícita no momento da apropriação do excedente, uma vez que este existe como momento do próprio processo de produção e, assim, “ocorre na esfera ‘econômica’ por meios ‘econômicos’”¹⁴⁴. Além disso, e alinhada com Polanyi, considera que, sob o capitalismo,

[...] a produção e a distribuição assumem uma forma completamente ‘econômica’, deixam (como disse Karl Polanyi) de estar envoltas em relações sociais extra-econômicas, num sistema em que a produção é geralmente produção para a troca; que a alocação do trabalho social e a distribuição de recursos são realizadas por meio do mecanismo

¹⁴⁰ POLANYI, K.. Aristotle Discovers the Economy..., p. 68.

¹⁴¹ Idem, ibidem, p. 68.

¹⁴² Idem, ibidem, p. 68.

¹⁴³ Idem, ibidem, p. 68.

¹⁴⁴ WOOD, Ellen Meiksins. A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo. In: **Democracia Contra Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 34.

‘econômico’ da troca de mercadorias; que as forças ‘econômicas’ dos mercados de mercadorias e trabalho adquirem vida própria [...].¹⁴⁵

Contudo, nosso interesse no trabalho de Wood vincula-se à proposição que articula a partir destas observações. Pois, dado que observa a diferenciação do econômico sob o capitalismo como um processo real, propõe que a distinção fundamental da análise de Marx em relação aos economistas clássicos – que também observam este processo de diferenciação – encontra-se na sua capacidade de expor uma continuidade fundamental entre as esferas da totalidade social. Através da crítica das interpretações tradicionais da metáfora base-superestrutura – nas quais uma “base” econômica é refletida em certas instituições “superestruturais” e por elas mantida¹⁴⁶ –, Ellen Wood demonstra como essa lógica de conjunto une o “econômico” às outras esferas da sociedade como uma totalidade, e não como uma vinculação externa de elementos diversos.

Tal interpretação, que Wood identifica com certo “marxismo político”¹⁴⁷,

não apresenta as relações entre base e superestrutura como uma oposição, uma separação ‘regional’, entre uma estrutura¹⁴⁸ econômica básica ‘objetiva’, de um lado, e formas sociais, jurídicas e políticas, de outro, mas, ao contrário, como uma estrutura contínua de relações e formas sociais com graus variáveis de afastamento do processo imediato de produção e apropriação, a começar das relações e formas que constituem o próprio sistema de produção. As ligações entre ‘base’ e ‘superestrutura’ podem então ser identificadas sem grandes saltos conceituais porque não representam duas ordens de realidade essencialmente diferentes e descontínuas.¹⁴⁹

Se, em Marx, “a produção é ‘não apenas uma produção particular... mas sempre um certo corpo social, um sujeito social, que é ativo numa totalidade maior ou menor de ramos de produção’”¹⁵⁰. Assim,

¹⁴⁵ Idem, ibidem, p. 34. Não se trata de avançar tal questão aqui, mas é necessário destacar o foco abusivo nas questões que envolvem o mercado (“produção para a troca”, “mercados de mercadorias e trabalho” etc) e nenhuma menção ao caráter distintivo da produção capitalista, isto é, ser produção de *valor*. Para suprir tal lacuna, Cf., por exemplo, POSTONE, Moishe. **Time, Labour, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

¹⁴⁶ WOOD, E. M.. A separação entre o “econômico”..., p. 29.

¹⁴⁷ A referência explícita é Robert Brenner, “Agrarian Class Structures and Economic Development in Pre-Industrial Europe” [IN: Aston, T.H. and C.H.E. Philpin (eds.) **The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 10-63].

¹⁴⁸ A tradução brasileira incorre em erro e transcreve a passagem como “entre uma **superestrutura** econômica básica ‘objetiva’” (grifo nosso). No original [WOOD, Ellen Meiksins. **Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 25], a passagem é a seguinte: “between a basic ‘objective’ economic **structure**” (grifo nosso).

¹⁴⁹ WOOD, E. M.. A separação entre o “econômico”..., p. 32.

¹⁵⁰ Idem, ibidem, p. 29.

qualquer aplicação da metáfora base/superestrutura que acentue a separação e o fechamento das esferas – por mais que insista na ligação de uma com a outra, ou mesmo no reflexo de uma na outra – reproduz as mistificações da ideologia burguesa porque não vê a esfera produtiva como definida por suas determinações sociais e, na verdade, trata a sociedade ‘como abstração’. O princípio básico relativo à primazia da produção, a fundação do materialismo histórico, perde a agudeza crítica e é assimilado na ideologia burguesa.¹⁵¹

A diferença, portanto, não é apenas de ênfase. Aquilo que é a imagem do processo real e assim percebida pela economia política clássica é a diferenciação do econômico em relação às outras esferas da vida social (no argumento de Wood, em especial a esfera do político). Para estes autores, a economia separa-se de tal modo até o limite da efetiva autonomização, coloca-se então completamente à margem do político, que não tem possibilidades de intervenção em sua dinâmica. A crítica de Wood, calcada no caráter distintivo da análise de Marx, é retomar esta diferenciação do econômico não como autonomização, mas como dominância. Não se trata de um econômico à margem do político, independente, mas de um que existe como político, jurídico, cultural (e, por que não, religioso), enfim, uma esfera do econômico que existe como momento predominante de todas as outras esferas, que as cria (ou transforma a sua imagem e semelhança). O capital (e não a burguesia, meramente seu “veículo”) “cria um mundo à sua imagem e semelhança”¹⁵².

Ou seja, segundo Wood, “a ‘esfera’ da produção é dominante não no sentido de se manter afastada das formas jurídico-políticas ou de precedê-las, mas exatamente no sentido de que essas formas são formas de produção, os *atributos* de um sistema produtivo particular”¹⁵³. Em síntese: “a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas – em particular, formas de propriedade e dominação”¹⁵⁴. O processo não acontece como autonomização do econômico, mas como dominância sobre as outras esferas, a partir – isto é, através – dessas próprias esferas.

IV – Totalidade Real: o objeto da ciência.

No presente momento, a superioridade da última posição – representada por Ellen Wood – deve ser clara. Se para o medievalismo a totalidade social é sempre negada *a priori* (de forma irrefletida, tácita e implícita), e em Polanyi encontramos uma abordagem que

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 30.

¹⁵² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 44.

¹⁵³ WOOD, E. M.. A separação entre o “econômico”..., p. 33.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 29.

figura e vincula a autonomização da economia em relação às outras esferas constitutivas da totalidade social à emergência do próprio capitalismo, é apenas nas proposições de Wood (fundadas na análise de Marx) que a correta apreensão empreendida por Polanyi sobre um processo histórico real – o destaque do “econômico” sob o capitalismo – encontra seus efetivos fundamentos. Pois não se trata de demonstrar que a cisão empreendida pelo medievalismo existe, de fato, para o mundo contemporâneo (como a abordagem de Polanyi parece sugerir) mas, ao contrário, que mesmo sob o capitalismo essa diferenciação do econômico é um processo complexo que não redundava em mera separação especial, autonomização, portanto, mas em diferenciação que se expressa como dominância efetiva a partir do interior de cada esfera, montando e remontando a cada momento a sociedade enquanto totalidade real¹⁵⁵.

Tal forma de articulação entre a totalidade e suas esferas constitutivas pode ser desenvolvida e clarificada quando recorremos ao Realismo Crítico. Tendo em vista os objetivos específicos da presente seção, destaco apenas os aspectos diretamente relevantes para o problema que analisamos aqui. Uma apresentação mais detalhada do Realismo Crítico será empreendida nos capítulos seguintes.

Dentre as inúmeras proposições que o Realismo Crítico enuncia no intenso debate na área da filosofia da ciência, uma das mais distintivas é aquela sobre o caráter estratificado (ou estruturado) da realidade. A partir de um extenso e complexo argumento, Roy Bhaskar demonstra a existência e independência de ação das estruturas causais e mecanismos generativos da natureza em relação às condições que permitem o seu acesso pelos homens, isto é, seu caráter estrutural e intransitivo. De forma semelhante, argumenta que eventos precisam ocorrer de forma independente das experiências a partir das quais são apreendidos. Assim, mecanismos, eventos e experiências constituem três domínios sobrepostos da realidade (natural), os quais denomina como real, efetivo e empírico. Em que pesem os

¹⁵⁵ É necessário distinguir ao menos dois sentidos nos quais as sociedades existem como totalidades: 1) O sentido empregado aqui se refere às sociedades como totalidades (unidades) das esferas constitutivas do social (político, econômico e cultural). De acordo com a argumentação que estamos empreendendo, essas totalidades existem no real (e não poderia ser diferente) e, no pensamento, as seccionamos e remontamos (ainda que nem sempre) de formas diversas. Nesse sentido, não há diferenças imediatas entre pensar o capitalismo ou o pré-capitalismo como totalidades, mas a questão é observar como pensamos sobre as sociedades; 2) Um outro sentido, mais específico, é aquele posto pelo próprio capitalismo: a nossa sociedade é uma totalidade porque as relações e dinâmicas colapsam de forma imediata seus pressupostos e seus desenvolvimentos (tem sentido, objetivo, direção, tendencial e imanente). O movimento dominante dessa sociedade é movimento do capital (D-M-D') e todo o resto o acompanha. Como esse movimento é cíclico e organiza (crescentemente) todos os outros momentos da vida social, essa sociedade é uma totalidade em sentido estrito. Além disso, é uma totalidade que se reproduz como eterna permanência (através da eterna mudança), que se projeta para um futuro infinito.

limites do naturalismo¹⁵⁶, Bhaskar argumenta em prol de sua possibilidade e propõe que não apenas a realidade natural é estruturada, mas também a sociedade.

Tal proposição é sintetizada por Joseph e Kennedy como a defesa de

uma concepção de sociedade baseada em um complexo de diferentes estruturas, mecanismos generativos e práticas, ordenados hierarquicamente, mas de forma estratificada e sobredeterminada, onde os processos devem ser entendidos em termos de emergência e não de redução.¹⁵⁷

Dessa forma, ainda que a sociedade seja um agregado de diferentes estruturas, mecanismos e práticas, destaca-se o seu caráter sobredeterminado e relacional, ou seja, a sociedade é caracterizada aqui como uma totalidade de relações. Segundo Bhaskar,

ainda que *totalização* seja um processo no pensamento, totalidades são *reais*. Ainda que seja contingente se necessitamos que um fenômeno seja compreendido como um aspecto de uma totalidade (dependendo de nossos interesses cognitivos), não é contingente se ele é tal aspecto ou não. A ciência social não cria as totalidades que revela, ainda que ela própria possa ser um aspecto destas.¹⁵⁸

Se, conforme as críticas que desenvolvemos ao longo desse capítulo, e ao contrário da posição que sustenta o medievalismo e a antropologia econômica de Polanyi, as sociedades de fato existem como totalidades, o que está em questão é a correta forma de análise que esse objeto específico demanda. Em que pese o correto reconhecimento da natureza do objeto em questão, Ellen Wood pouco nos oferece no que tange ao seu adequado método de análise. Este, nós encontramos no Realismo Crítico. Segundo Joseph e Kennedy:

A complexidade do social deve ser correspondida por uma forma de análise estratificada, na qual os diferentes aspectos do social devem ser investigados em abstração. A operação de estruturas e mecanismos generativos deve ser estudada como tendências que podem ou não serem exercidas, dependendo da situação concreta, mas, as quais, a despeito disso, são fatores reais e determinantes.¹⁵⁹

Tal método de análise desenvolve-se, portanto, da seguinte forma:

Explicar as propriedades duradouras do mundo significa identificar mecanismos causais. Uma vez que a identificação de um mecanismo ocorreu, este torna-se ele mesmo um objeto de investigação. De forma contínua, novos mecanismos subjacentes podem ser postos conforme a ciência penetra mais fundo na realidade. Essa profundidade

¹⁵⁶ BHASKAR, Roy. **The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**, New York: Routledge, 1998, p. 44.

¹⁵⁷ JOSEPH, Jonathan; KENNEDY, Simon. "The Structure of the Social" In: **Philosophy of the Social Sciences**, 30 (4), 2000, p. 511.

¹⁵⁸ BHASKAR, Roy. **The Possibility of Naturalism...**, p. 43.

¹⁵⁹ JOSEPH, Jonathan; KENNEDY, Simon. **The Structure of...**, p. 511.

ontológica, explica Bhaskar, ‘funda-se na estratificação em múltiplos níveis da realidade, e na consequência lógica – de descobrimento – que a estratificação impõe a ciência’. Uma vez que certa profundidade foi estabelecida, então esse conhecimento pode funcionar como uma explicação superior dos níveis ‘superiores’¹⁶⁰.

O método do Realismo Crítico apresenta-se então como a seguinte sequência: 1) a análise causal de um evento; 2) a remodelação teórica das causas envolvidas; 3) um processo de retroação do evento remodelado (e/ou de suas causas) até os processos antecedentes que podem ter produzido-os; e 4) uma eliminação das causas alternativas.¹⁶¹

Dessa forma, a estrutura social pode ser caracterizada como sobreposta porque, no decorrer da análise, cada nível retroage sobre o anterior, expandindo a sua caracterização e desenvolvendo um conhecimento menos parcial.

É necessário, contudo, explicitar que esse procedimento não se confunde com uma lógica de causalidade simples, uma vez que um mecanismo mais profundo não torna necessária a emergência de um menos profundo (ou de uma relação com outro mecanismo, expressão de um efeito etc), e, assim, sua caracterização em isolamento, ainda que correta, não é suficiente para caracterizar também o mecanismo emergente.

Assim como processos sociais não podem ser explicados pelas leis da física, também não é possível explicar determinação social simplesmente em termos de condições econômicas. Mesmo que aceitássemos a primazia do econômico, diferentes camadas [ou níveis, *strata* no original] sociais têm poderes causais específicos e que não podem ser reduzidos ao nível inferior da qual são emergentes. Essas propriedades emergentes são relacionais e específicas. Como escreve Archer, falar de poderes emergentes é fazer referência a uma propriedade que vem a ser através da combinação social. [...] A produção de sistemas superiores por inferiores é uma característica da emergência: camadas superiores são mais do que a soma das camadas abaixo. Um sistema emerge de uma articulação de mecanismos generativos. O resultado é uma ontologia de estruturas reais e estratificadas. A característica da emergência significa que nós podemos evitar reduzir o material ao puramente físico ou à base material. Ainda que o mundo físico seja a “base rústica” do social, fenômenos sociais como a cultura, ideologia, instituições e posições sociais só podem ser entendidos em relação aos mecanismos socialmente emergentes, cada qual com suas próprias especificidades.¹⁶²

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 519.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 519.

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 520.

Tal posição, contudo, permanece incompleta se não consideramos também que essas estruturas e mecanismos emergentes retroagem sobre as suas “bases”, sendo reproduzidas ou transformadas através da ação humana, ainda que frequentemente como efeitos não intencionais de práticas diversas¹⁶³.

Qual é, portanto, o impacto dessas observações para o problema da relação entre a totalidade social e suas esferas constitutivas? Podemos enquadrar a questão novamente opondo as conclusões de Wood àquelas de Joseph e Kennedy acerca do clássico tema marxista das relações entre base e superestrutura.

Segundo Joseph e Kennedy,

A produção é socialmente organizada e existe em uma relação estratificada com o restante da totalidade social. Isso significa que é impossível separar as forças produtivas das relações de produção nas linhas que são avançadas pelos vários modelos de base e superestrutura. Ainda que o realismo argumente que pode ser necessário examinar estruturas e mecanismos específicos em isolamento (...), é sempre necessário reexaminar esses processos em relação a outros em um contexto estratificado e aberto (...). [...] A sociedade, portanto, deve ser vista como um conjunto de diferentes estruturas, mecanismos generativos e práticas que operam juntos de forma estratificada e contraditória. Processos devem ser entendidos em termos de emergência e não redução, e poderes emergentes devem ser considerados como produtos de combinação social. [...] A totalidade social não é determinada por uma base econômica, mas é produto de uma complexa, e frequentemente contraditória, combinação de diversas estruturas e mecanismos. A dominância do econômico em meio a esse todo enfatiza a importância central da produção e, sob o capitalismo, a força motriz da acumulação de capital. Mais do que representar a base da sociedade, esta é mediada por aquela.

Tal posição aparece como uma reconsideração daquela articulada por Polanyi, se este dispusesse de alguma reflexão ontológica ou epistemológica. Pois, ainda que seja impossível separar base e superestrutura, a “dominância do econômico” expressa, sob o capitalismo, “a força motriz da acumulação de capital”. A sociedade é caracterizada então como um agregado estratificado e sobreposto de estruturas, mecanismos generativos e práticas, cujas relações são, não obstante, hierarquizadas a partir do princípio da emergência de cada camada (*strata*). Assim, o econômico pode exercer dominância sob o capitalismo, isto é, mediar as relações entre as diferentes estruturas, mecanismos e práticas.

¹⁶³ Cf. o Modelo Transformacional da Atividade Social [*Transformational Model of Social Activity (TMSA)*] em BHASKAR, Roy. **The Possibility of Naturalism...**, p. 34.

Ainda que convergente com a posição de Joseph e Kennedy, Ellen Wood nos apresenta apenas uma ontologia implícita. Dessa forma, é incapaz de esclarecer alguns aspectos centrais de sua abordagem ou diferenciá-la adequadamente das outras posições sobre a questão.

Constrangida por esse limite ontológico (a incapacidade de explicitar outra forma de figurar a sociedade) Wood não consegue se libertar completamente da teoria que é o alvo de sua crítica. Assim, ainda que afirme que a metáfora base e superestrutura deve ser substituída por “uma estrutura contínua de relações e formas sociais com graus variáveis de afastamento do processo imediato de produção e apropriação”¹⁶⁴, permanece limitada a apresentar essa conclusão nos termos redutores do questão original: “As ligações entre ‘base’ e ‘superestrutura’ podem então ser identificadas sem grandes saltos conceituais porque não representam duas ordens de realidade essencialmente diferentes e descontínuas”¹⁶⁵, ou ainda, “a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas – em particular, formas de propriedade e dominação”¹⁶⁶.

É nesse ponto que a ontologia proposta e desenvolvida pelo Realismo Crítico apresenta-se como fundamental. Ao figurar o mundo (natural e social) como uma totalidade estratificada e hierarquizada, podemos recolocar o problema da base e superestrutura em termos que superam os enquadramentos prévios da questão. Assim, recuperando a síntese de Joseph e Kennedy:

A sociedade, portanto, deve ser vista como um conjunto de diferentes estruturas, mecanismos generativos e práticas que operam juntos de forma estratificada e contraditória. Processos devem ser entendidos em termos de emergência e não redução, e poderes emergentes devem ser considerados como produtos de combinação social.¹⁶⁷

Não se trata mais de tentar expressar as relações entre base e superestrutura como relações que ocorrem entre “esferas” do social estabelecidas e consideradas de forma puramente abstrata, mas de uma análise que é capaz de construir de forma realista os objetos que analisa. O econômico não aparece mais como uma esfera do social arbitrariamente constituída e delimitada, mas como um agregado de estruturas, mecanismos, práticas e relações constituintes que aparecem como objeto da análise. Não se parte de uma divisão prévia da totalidade social, mas esta emerge como produto da prática científica que propõe uma ontologia determinada e com fundamentos rigorosos.

¹⁶⁴ WOOD, E. M.. A separação entre o “econômico”..., p. 32.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 32.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 29.

¹⁶⁷ JOSEPH, Jonathan; KENNEDY, Simon. *The Structure of...*, p. 523.

O erro de Joseph e Kennedy, contudo, aparece quando estes confrontam suas conclusões com os termos redutores do debate base e superestrutura. Pois o econômico permanece dispondo de prioridade ontológica¹⁶⁸ em dois sentidos: por um lado se o consideramos em sentido *lato*, como o processo de produção e reprodução da vida (material), as relações “econômicas” dispõem de prioridade sobre todas as outras; por outro lado, se expandimos o sentido de “determinação” (para além de uma determinação monocausal, empírica e unívoca), a síntese das relações econômicas forma a estrutura da qual emergem outras relações. Nesse sentido, pensado a partir do princípio da emergência, determinação estrutural “deve ser concebida como um princípio que possibilita, não apenas coercitivo”¹⁶⁹.

Se enquadrarmos as brilhantes conclusões de Wood no quadro teórico-conceitual desenvolvido pelo Realismo Crítico, somos capazes de preservar o caráter preciso das conclusões que a referida autora explicita sem cair nas armadilhas que é incapaz de evitar. Assim, cabe reformular a conclusão que Wood apresenta – “a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas – em particular, formas de propriedade e dominação”¹⁷⁰ – não como uma “base produtiva” que se manifesta em formas específica, mas como um estrutura (de relações) – que dispõem de prioridade ontológica – na medida em que existem como o nível da qual emergem outras relações (e estruturas) irredutíveis ao primeiro. Não se trata de uma base (material) que determina a superestrutura em todos os seus aspectos, nem de uma base etérea que se encarna em diversos aspectos da superestrutura, mas de uma base que existe como síntese de relações (estrutura) da qual emergem de forma complexa (no sentido articulado pelo Realismo Crítico) diversas estruturas de relações, e a qual se relaciona ainda com outras estruturas.

Uma proposta de análise que sintetize os aspectos acima discutidos deve proceder da seguinte forma: 1) reconhecer que, como todas as sociedades humanas, o medievo constituiu (ou melhor, constituiu no passado) uma totalidade real; 2) reconhecer o nosso ponto de partida como um momento historicamente específico no qual determinadas estruturas (de relações) sociais aparecem como relativamente autônomas. Assim, se a sociedade

¹⁶⁸ O termo “prioridade ontológica” deve ser entendido conforme a formulação de Lukács: “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência”. LUKÁCS, G.. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. (Cap.IV de **Ontologia do Ser Social**), trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria de Ciência Humanas, 1979. p. 21.

¹⁶⁹ BHASKAR, Roy. **The Possibility of Naturalism**..., p. 40.

¹⁷⁰ WOOD, E. M.. A separação entre o “econômico”..., p. 29.

contemporânea aparece como uma totalidade cindida em diferentes esferas (que envolvem determinadas estruturas, mecanismos e práticas), isso apenas pode ser figurado de forma científica porque existe como movimento do próprio real. O pensamento só é capaz desse procedimento porque o objeto que enquadra o empreende por si¹⁷¹; 3) Se em história sempre procedemos de forma retrospectiva, a nossa realidade, nossa estrutura social, possibilita e limita as nossas formas de apreensão do presente e do passado. Assim, essa cisão da realidade em esferas constitutivas aparece como um movimento imediato do pensamento que enquadra as sociedades do passado; 4) Tanto para o capitalismo quanto para o medievo, o último passo da análise é *remontar* essas esferas enquanto totalidade. No primeiro caso, em que a autonomização relativa é *real*, trata-se também de reconhecer que essa totalidade é hierarquizada, tendo no econômico o seu momento predominante (ou que dispõe de prioridade ontológica). Trata-se, portanto, de desvelar as estruturas de relações “econômicas” em seus vínculos com outras estruturas como dominantes. Para o medievo, esse movimento de síntese deve observar que a prioridade ontológica do econômico não pode nunca se manifestar na realidade como *pureza*, que tal dominância nunca aparece como tal porque as estruturas de relações econômicas não podem ser depuradas dos seus vínculos com outras estruturas de relações.. Não existem processos e elementos puramente “econômicos”, pois essa esfera – à qual seccionamos como parte do procedimento de apreensão científica – encontra-se completamente imbricada com outras. Assim, ainda que seja possível explicitar ou enquadrar processos e elementos prioritariamente econômicos, estes nunca o são completamente, sempre existem apenas nas relações com outros sistemas de relações e estruturas não-econômicas.

O que está em questão é uma análise da sociedade medieval como totalidade, e empreendida de forma científica. Tal procedimento foi descrito por Marx da seguinte forma:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação.¹⁷²

Nesse sentido, a ciência pode ser definida como a difícil arte de seccionar sistemas complexos (totalidades) em seus elementos constitutivos. Trata-se de operar distinções entre

¹⁷¹ A emergência do pensamento científico que tem por base essa divisão do real em esferas/elementos constitutivos estaria relacionada com a própria emergência do capitalismo, assim como ocorre com as concepções de tempo (cf. POSTONE, Moische. **Time, Labour, and Social Domination**... , 1993).

¹⁷² MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 54.

os elementos que constituem uma unidade específica, cujas características só podem ser estabelecidas enquanto partes dessa totalidade. Cometendo uma metáfora, de gosto duvidoso, poderíamos dizer que a investigação histórica científica é empreendida esquartejando a sociedade em diferentes estruturas de relações, as quais, em sua dimensão temporal, são transformadas pela ação coletiva dos homens. Em meio às vísceras desse corpo social, encontramos seus órgãos principais: cultura, poder e economia, cujas características acompanham as radicais transformações que sofre o corpo como um todo. Nos últimos dois séculos, por exemplo, crescendo como um carcinoma, a economia capitalista parece transformar todos os outros órgãos desse corpo social (estruturas) em seus apêndices, determinando o ritmo do fluxo sanguíneo e a degeneração celular. No passado, contudo, era outra a figura desse corpo e, portanto, outra também era a articulação entre esses órgãos fundamentais, e o medievo é um exemplo entre outros de tal situação. Ainda mais trágico, esquecemos que a denominação dos órgãos (e mesmo sua separação) é uma operação do pensamento, uma abstração, necessária para a análise científica, mas nem por isso menos abusiva. Enquanto uma totalidade, o corpo só existe como síntese das estruturas de relações que o compõem. Assim, considerar essa sociedade como uma totalidade implica, findada a análise desses elementos constitutivos, reintegrá-los como unidade dialética e colocá-los em movimento a partir da investigação de sua dinâmica temporal.

CAPÍTULO II – FORMAS DE INTERCÂMBIO ALTO-MEDIEVAIS

1. Historiografia.

Dois abismos, aparentemente opostos, efetivamente complementares: primitivismo e modernismo. No capítulo anterior examinamos detidamente as caracterizações primitivistas do alto-medieval ibérico. Ainda que não seja possível considerar o modernismo como uma corrente de análise influente¹ para o mesmo período, é necessário estar atento para que a crítica ao primitivismo não redunde em uma aceitação tácita das posições modernistas. O presente capítulo procura se equilibrar nessa linha tênue, tendo como um de seus objetivos centrais a análise das principais formas de intercâmbio correntes na Península Ibérica alto-medieval, que seja, no mesmo movimento, capaz de evitar com sucesso esses dois abismos.

Em um célebre artigo de 1959, Philip Grierson apresenta um panorama da história econômica do alto-medieval dominado pelo debate em torno da obra de Henri Pirenne (em especial, seu artigo publicado em 1922, “Maomé e Carlos Magno”²). Tal artigo desenvolvia a tese de que “mesmo após as invasões, o Ocidente permanecia sob a dominação econômica do Oriente”³. Assim, qualquer “emancipação econômica não ocorreria até o fim do período Merovíngio, e quando esta aconteceu, foi quase sinônimo de colapso econômico”⁴. Segundo Grierson, o resultado geral após trinta e cinco anos de debate parecia ser que tanto Pirenne quanto seus críticos estavam igualmente equivocados, pois o apelo aos mais variados vestígios documentais parecia demonstrar que o “comércio na Idade das Trevas era muito mais considerável em volume do que havia sido geralmente assumido, ainda que menos organizado do que seria em séculos posteriores”⁵. É justamente contra essa conclusão geral que Grierson constrói seu argumento, enfatizando que ela decorreria de

“uma falha para distinguir entre três tipos diversos de evidências: (i) evidência da existência de mercadores, i.e., de pessoas que sobrevivem através do comércio; (ii) evidência do comércio, no sentido restrito da venda de bens especializados ou excedentes diretamente entre produtores e consumidores, sem nenhuma intervenção de terceiros; e (iii) evidência da

¹ A disputa implícita que se desenrolou no campo do medievalismo entre primitivismo e modernismo parece ter sido vencida pelo primeiro. De alguma forma, a idéia de um medieval primitivo parece se adequar mais as lendas negras e douradas do que um medieval capitalista. Contudo, é necessário mencionar análises célebres cujos aspectos modernistas são primordiais, por exemplo, FOURQUIN, Guy. **História Econômica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1986; DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico**. Lisboa: Estampa, 1993.

² PIRENNE, Henri. “Mahomet et Charlemagne” IN: **Revue belge de philologie et de l'histoire**, I, 1922, p. 77-86.

³ GRIERSON, Philip. “Commerce in the Dark Ages: a critique of the evidence” IN: **Transactions of the Royal Historical Society**, 5th Series, Vol. 9. London, 1959, pp. 123-140.

⁴ Idem, p. 123.

⁵ Idem, p. 124.

distribuição de bens, particularmente bens de luxo e dinheiro, por meios inespecíficos”⁶.

Segundo o mesmo autor, o equívoco mais grave reside na indistinção entre troca e distribuição e o conseqüente “hábito de tratar os registros da distribuição de bens de luxo e moeda como se esta fosse nada mais do que o testemunho suplementar da existência e atividade de mercadores”⁷. Dessa forma, Grierson sintetiza os erros de tais investigações ao notar que

“Toda a abordagem, calcada no acúmulo de evidência para a existência do comércio em lugar de tentar estabelecer uma moldura geral de como e em que medida os bens materiais mudavam de mãos, é em si mesma profundamente enganosa, e pode resultar apenas em conclusões que estão longe da verdade”⁸.

Deixemos de lado por um momento a crítica metodológica avançada por Grierson e nos concentremos nas suas proposições acerca da temática em questão. Segundo o autor, tais equívocos emergem menos da confusão entre mercadores e comércio, do que da “pressuposição de que bens e dinheiro necessariamente passavam de uma mão para outra apenas por meio do comércio”⁹. O argumento do autor encaminha-se então para a caracterização e avaliação da importância relativa de formas alternativas do intercâmbio, nomeadamente, o roubo e o dom. De acordo com tal caracterização, “‘roubo’ incluiria todas as transferências de propriedade unilaterais que podem ocorrer involuntariamente – saques na guerra seria o tipo mais usual – e ‘dom’ serviria para cobrir todas aquelas que ocorrem com o consentimento livre do doador”¹⁰. Ainda que tais caracterizações sejam extremamente simplórias, são importantes como uma primeira aproximação do tema e incitam o seu aperfeiçoamento. Em parte, este é alcançado pelo próprio autor, ao notar que

em algum lugar entre os dois [roubo e dom] existiria uma série variada de pagamentos, como resgates, compensações e multas, enquanto pagamentos como dotes, os salários de mercenários, propriedade levada de e para exílios políticos, também formariam parte do quadro geral.¹¹

Grierson desenvolve então uma breve análise dessas formas intermediárias, caracterizando e exemplificando-as por vezes de forma apressada e sem esclarecer as relações que umas estabelecem com as outras. Dessa forma, as proposições do autor podem ser

⁶ Idem, p. 124.

⁷ Idem, p. 125.

⁸ Idem, p. 125.

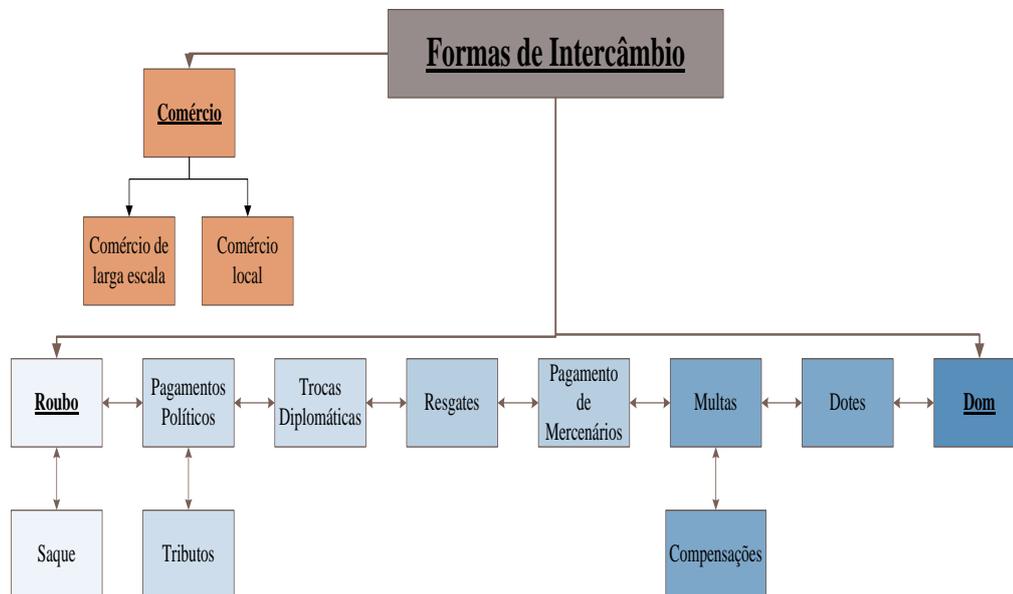
⁹ Idem, p. 129.

¹⁰ Idem, p. 131.

¹¹ Idem, p. 131.

sintetizadas na figura abaixo (Fig. 1), ainda que a relação entre cada uma das formas intermediárias não seja tão explícita no texto.

Figura 1 – Formas do Intercâmbio Medieval – Philip Grierson (1959).



Assim, de acordo com a interpretação proposta pela figura acima, podemos agrupar as formas de intercâmbio alto-medievais em dois conjuntos, sendo o primeiro caracterizado pela troca mercantil (*comércio*) e suas formas específicas; e o segundo pelos diversos matizes que se localizam entre o *roubo* e o *dom*. Nesse sentido, roubo e dom vinculam-se como extremos de uma mesma relação, enquanto o comércio aparece como uma relação diversa.

Contudo, o que há de mais profícuo no artigo de Grierson é sua abordagem pioneira (ainda que introdutória) da troca de presentes (*dom*) como uma forma de intercâmbio extremamente importante no medievo¹². A partir da obra de Marcel Mauss, o autor destaca que, embora o dom seja apenas um vestígio na sociedade moderna, “em tempos antigos este era uma forma de atividade social primordial, tendo uma função análoga à do comércio em garantir a distribuição de bens e serviços”¹³. A troca de presentes é então caracterizada pelo autor como uma “troca mútua de dons” (uma vez que “o costume requeria que todo dom fosse compensado, cedo ou tarde, por um contra-dom”), a qual difere do comércio por não ter como objetivo o “‘lucro’, material e tangível”, resultado da diferença de valor entre o que é vendido e comprado, mas do “prestígio social vinculado a generosidade”. O “‘lucro’ consiste

¹² De acordo com Florin Curta, Grierson é efetivamente o pioneiro desse campo. CURTA, Florin. “Merovingian and Carolingian Gift Giving” IN: *Speculum*, 81, 2006, p. 671-699.

¹³ GRIERSON, Philip. “Commerce in the Dark Ages...”, 1959, p. 137.

em colocar outras pessoas em uma dívida moral, pois um contra-dom é necessário para que o recipiente retenha sua alto-estima”. À guisa de conclusão, Grierson propõe que, “o fenômeno do dom e do contradom deve ter assegurado um lugar conspícuo em qualquer quadro que se esboce da troca no alto-medieval”¹⁴.

Em que pesem os aspectos extremamente introdutórios e, por vezes, ingênuos de tal caracterização, seu caráter pioneiro deve ser exaltado. Deixemos de lado por um momento estas proposições e avancemos vinte e sete anos, até o artigo publicado por Patrick Geary – “*Sacred commodities: the circulation of medieval relics*”¹⁵ – na obra coletiva *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*¹⁶.

Reunindo trabalhos elaborados em um contexto bastante diverso do qual o artigo de Grierson é um testemunho, a coletânea em questão apresenta-se como um conjunto que partilha algumas posições centrais acerca dos temas desenvolvidos em cada artigo individual. Na introdução geral ao volume, Arjun Appadurai¹⁷ objetiva o estabelecimento de um contexto para os ensaios que se seguem. Interessam-nos aqui, primordialmente, dois aspectos intimamente relacionados e desenvolvidos com extremo rigor por Appadurai, os quais informam centralmente o artigo de Geary: o princípio teórico que batiza de “fetichismo metodológico”, e a subsequente discussão que desenvolve acerca do conceito de mercadoria.

O primeiro aspecto não apenas monta o palco no qual Appadurai apresenta seu drama acerca das possíveis (in)definições de mercadoria, mas nos informa também sobre seus objetivos e pressupostos. Tal “fetichismo metodológico” seria uma determinação inescapável à qualquer “análise social das coisas”¹⁸. Deste modo, se o “senso-comum ocidental e contemporâneo [...] tem uma forte tendência para opor ‘palavras’ e ‘coisas’”, isto é,

encarar o mundo das coisas como inerte e mudo, colocado em movimento e animado, cognoscível, apenas pelas pessoas e suas palavras, [...] em muitas sociedades históricas, as coisas não têm estado tão divorciadas da capacidade das pessoas de agir e do poder das palavras de comunicar.¹⁹

Operando uma inversão extrema, Appadurai argumenta que a investigação de Marx acerca do fetichismo da mercadoria apresentaria, portanto, não um aspecto novo, que emerge

¹⁴ Idem, p. 137-139.

¹⁵ GEARY, Patrick. “Sacred Commodities: The Circulation of Medieval Relics” IN: APPADURAI, Arjun (Ed.) **The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. O texto foi republicado em 1994, em uma coletânea de artigos do autor: GEARY, Patrick. **Living with the Dead in the Middle Ages**. Ithaca: Cornell University Press, 1994. p. 194-218.

¹⁶ APPADURAI, Arjun (Ed.). **The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

¹⁷ APPADURAI, Arjun. “Introduction: Commodities and the Politics of Value” IN: Idem (Ed.) **The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 3–63.

¹⁸ Idem, p. 5.

¹⁹ Idem, p. 4.

de um complexo de relações historicamente específico, mas “que tal visão das coisas não desapareceu nem mesmo sob as condições do capitalismo industrial ocidental”.

O “fetichismo metodológico”, isto é, “retornar nossa atenção para as coisas em si mesmas é, em parte, uma correção à tendência de sociologizar excessivamente as trocas das coisas”, pois embora seja uma “verdade formal” que “as coisas não tem significados outros além daqueles que as transações, atribuições e motivações humanas lhes conferem”, isto é incapaz de “iluminar a circulação concreta e histórica de coisas”. Para alcançar tal objetivo, “nós temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus sentidos estão inscritos em suas formas, usos e trajetórias”²⁰.

Esboçado esse quadro eminentemente pós-moderno, o autor pode então opor duas definições do termo “mercadoria”: a primeira, denominada “purista” e, segundo Appadurai, “comumente atribuída à Marx” é que “a mercadoria é um produto destinado principalmente à troca, e que tais produtos emergem, por definição, nas condições institucionais, psicológicas e econômicas do capitalismo”; a segunda, “menos purista”, “encara as mercadorias como bens destinados à troca, seja qual for a forma da troca”. Para o autor, a definição purista “limita a questão prematuramente”, enquanto “a definição mais ampla ameaça igualar mercadoria, dom e muitas outras coisas”. A saída para tal dilema apresenta-se com uma visão das mercadorias “como coisas com um tipo particular de potencial social, que são distinguíveis de ‘produtos’, ‘objetos’, ‘bens’, ‘artefatos’ e outros tipos de coisas – mas apenas em certos aspectos e de determinado ponto de vista”²¹.

A conclusão do longo argumento opta então por analisar não as características que definiriam a mercadoria, mas “o potencial mercantil de todas as coisas”, isto é, “a situação mercantil”²². Segundo o autor “a situação mercantil na vida social de qualquer ‘coisa’ é definida como a situação na qual sua trocabilidade (passada, presente ou futura) por alguma outra coisa é uma característica socialmente relevante”. Assim, o termo “mercadoria” é utilizado pelo autor no decorrer do texto “para se referir a coisas que, em certa *fase* de suas carreiras e em um *contexto* particular, atendem aos requisitos da candidatura mercantil [*commodity candidacy*]”²³, removendo quaisquer limites históricos ou contextuais do mesmo.

Estabelecido o quadro geral que o informa, podemos nos debruçar sobre o artigo de Patrick Geary²⁴. Se for razoável estabelecer a investigação de Pirenne como um marco nas

²⁰ Idem, p. 4-5.

²¹ Idem, p. 6.

²² Idem, p. 13.

²³ Idem, p. 16.

²⁴ GEARY, Patrick. “Sacred Commodities...”, 1986.

análises acerca das formas de intercâmbio alto-medievais, o artigo de Grierson deveria ser caracterizado da mesma forma. Trinta e sete anos separam as análises de Pirenne²⁵ e Grierson²⁶, e observamos diferenças sensíveis nos pressupostos e resultados de cada uma das análises em questão. Tendo em vista não apenas o contexto teórico (expresso pela introdução de Appadurai) e o nível de generalidade do artigo de Geary, mas também a explícita vinculação desse com o trabalho e o de Grierson – em especial no que tange aos seus fundamentos e objetivos – não seria exagerado antever aqui mais um ponto de inflexão em nossos conhecimentos acerca das formas de intercâmbio alto-medievais. Contudo, o resultado não poderia ser mais decepcionante.

O objetivo principal de Geary no referido artigo é uma análise das formas de circulação das relíquias medievais, tendo como um de seus objetivos secundários uma análise geral dos mecanismos de circulação alto-medievais. Assim, se Geary reconhece que a caracterização das relíquias medievais como mercadorias constitui um esforço de alargamento extremo da definição de “bens destinados à circulação e à troca”, não vê nenhum problema em argumentar que, a despeito das diferenças, “entre os séculos VIII e XII, as relíquias eram compradas e vendidas, roubadas ou divididas, tanto quanto qualquer outra mercadoria”. O que jamais é considerado pelo autor, contudo, são definições mais específicas de mercadoria, sejam essas medievais ou não. De nada adianta saber que as relíquias faziam parte dos mesmos circuitos de trocas que outras mercadorias, se não sabemos o que exatamente são essas mercadorias ou tais circuitos de trocas. Trata-se de uma tautologia da indefinição: mercadorias são bens destinados à circulação e troca; as relíquias medievais não podem ser encaixadas nessa definição; contudo, as relíquias medievais sofriam as mesmas operações que quaisquer outras mercadorias medievais! Em meio a um percurso que desafia qualquer lógica, o autor perde de vista o fato de que não apenas permanece restrito à definição de mercadoria que atestou como inadequada para contemplar as relíquias medievais (sem propor-lhe qualquer alternativa), mas que também é, provavelmente, inadequada para contemplar até mesmo o que Geary chama de “qualquer outra mercadoria” medieval. Que mercadorias são essas e o que, exatamente, significa vender ou comprar no alto-medievo são perguntas ignoradas por completo pelo autor.

Apesar de um início tão insatisfatório – que não estabelece o que, de fato, define como mercadoria, nem se, e como, tal conceito pode ser aplicado ao alto-medievo, bem como a sua relação com as relíquias – Geary propõe que “o mundo das relíquias pode ser um

²⁵ PIRENNE, Henri. “Mahomet et...”, 1922.

²⁶ GRIERSON, Philip. “Commerce in the Dark Ages...”, 1959.

microcosmo ideal, ainda que pouco usual, para a análise da criação, valoração e circulação de mercadorias na Europa tradicional”²⁷, e ecoando o contexto teórico que informa a coletânea na qual o seu artigo está inserido, destaca que “tal como escravos, relíquias pertencem à categoria, pouco usual na Sociedade Ocidental, de objetos que são tanto pessoas quanto coisas”²⁸. A despeito do pouco que foi estabelecido até então, o autor argumenta que “refletir acerca da produção, troca, venda e mesmo roubo das relíquias sagradas nos permite melhor entender os parâmetros culturais do fluxo de mercadorias na sociedade medieval”²⁹. Que ainda não tenhamos uma idéia clara do que são as mercadorias na sociedade medieval, não parece constituir nenhum obstáculo para que Geary possa projetar “os parâmetros culturais de seu fluxo”. Trata-se de um percurso metodológico que atribui arbitrariamente a qualidade de mercadoria a determinado objeto para então acalentar a esperança que a análise da sua circulação seja capaz de esclarecer o sentido do conceito de mercadoria.

É revelador observar a sutileza com a qual Geary desliza para o abismo que mencionamos no início do capítulo. Ao desenvolver uma crítica ao núcleo do primitivismo, isto é, à noção de “economia natural”, o autor termina por enquadrar a questão unicamente nos termos dualistas de tal debate e, por fim, acaba por empreender uma análise calcada no modernismo. Pois se a economia natural pressupõe o *escambo* e os *pagamentos em espécie* como suas características centrais, trata-se então de estabelecer a enorme importância do *dinheiro*, da *cunhagem* e do *comércio* para períodos cada vez mais recuados. Tal esforço de negação (e não de crítica) orienta-se então não para a desestabilização da noção de economia natural, mas apenas para a rejeição de sua aplicabilidade ao medievo. E o esforço aqui contido é tão desmedido que parece razoável até mesmo negar o recurso ao conceito de “economia camponesa” (que estaria irremediavelmente vinculado à idéia de economia natural) em relação à Idade Média, pois “camponeses presumivelmente não usam capital, mas dinheiro; lucro e acumulação de capital em uma escala sempre crescente não devem fazer parte de estratégias camponesas”³⁰. Assim, sanciona Geary, “no Ocidente, mesmo por volta do século IX essa imagem [da economia camponesa] só pode ser aplicada com alguma dificuldade”³¹.

A conjugação de tais aspectos – isto é, uma extrema confusão conceitual acerca do termo mercadoria e uma análise que se dá, ainda que não explicitamente, no quadro do

²⁷ GEARY, Patrick. “Sacred Commodities...”, 1986, p. 169.

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ Idem, *ibidem*.

³⁰ Idem, p. 170.

³¹ Idem, *ibidem*.

modernismo – tem como conseqüência uma leitura extremamente deficitária do célebre artigo de Grierson, o qual aparece na análise de Geary como seu fundamento central. Tal insuficiência torna-se explícita quando Geary faz paráfrases de Grierson alterando bens (*goods*) por mercadorias (*commodities*), ou introduzindo a idéia de escambo (*barter*) no argumento daquele autor, um termo que não aparece em nenhum momento no artigo original. Assim, segundo Geary:

Grierson sugere, por contraste [com Pirenne e os historiadores que seguiram seus passos], que troca não é de forma alguma o único ou mesmo o meio mais usual pelo qual mercadorias [*commodities*] trocam de mãos. Boa parte da rede de trocas que conectava os monastérios do século IX provavelmente operava por escambo e não por venda [...].³²

Enquanto em Grierson encontramos as seguintes passagens: “A distorção da imagem emerge menos da confusão entre mercadores e troca, e mais da pressuposição que bens (*goods*) e dinheiro necessariamente trocam de mãos apenas por meio da troca”³³, e “em ambas as transações [entre monastérios], nos estamos na presença não de comércio, mas de uma forma de troca de presentes [*a form of gift-exchange*] a qual retornaremos em alguns momentos”³⁴.

O destaque de tal alteração não é mero preciosismo, mas demonstra que Geary utiliza os termos como plenamente intercambiáveis³⁵, como se não houvesse nenhuma diferença entre o conceito de “mercadoria” e a noção de “bem”, ou entre o “dom” e o “escambo”. Dessa forma, ainda que utilize o quadro geral estabelecido por Grierson como fundamento de sua análise, não faz sem alterações ou retrocessos.

Segundo Geary, “a circulação de relíquias [...] partilhava características da circulação de outras mercadorias valiosas no Ocidente Latino. Assim, nos devemos começar examinando esses mecanismos”³⁶, quais sejam, o dom, o roubo e a venda³⁷. A figura abaixo (Fig. 2) representa as proposições de Geary acerca da articulação entre as formas do

³² Idem, p. 172.

³³ GRIERSON, Philip. “Commerce in the Dark Ages...”, 1959, p. 129

³⁴ Idem, ibidem.

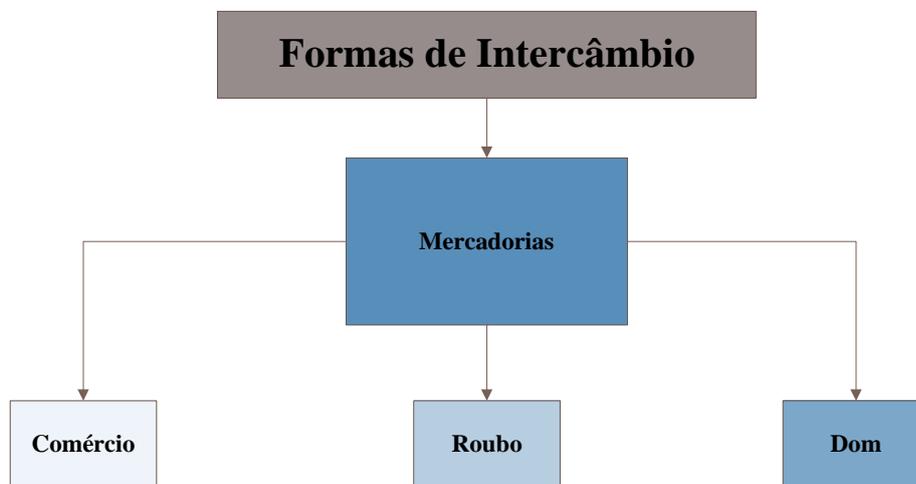
³⁵ Geary empreende tais alterações em, pelo menos, duas outras passagens. Ainda sobre Grierson, Geary destaca que “Na Alta Idade Média, Grierson argumentou, dom e roubo eram mais importantes que a troca para a distribuição de mercadorias [*commodities*]” (GEARY, Patrick. “Sacred Commodities...”, 1986, p. 172), enquanto no artigo de Grierson encontramos a seguinte passagem: “Existem outros meios pelos quais bens [*goods*] podem passar de mão em mão, meios os quais devem ter desempenhado um papel mais conspícuo na sociedade da Idade das Trevas do que eles iriam em períodos mais avançados e estáveis. Estes podem ser caracterizados mais brevemente como ‘roubo’ e ‘dom’” (GRIERSON, Philip. “Commerce in the Dark Ages...”, 1959, p. 131).

³⁶ GEARY, Patrick. “Sacred Commodities...”, 1986, p. 181.

³⁷ “Relíquias circulavam como outros objetos valiosos – isto é, através do dom, do roubo e da venda”. (GEARY, Patrick. “Sacred Commodities...”, 1986, p. 181).

intercâmbio alto-medieval de maneira semelhante à síntese da análise de Grierson que empreendemos anteriormente.

Figura 2 – Formas do Intercâmbio Medieval – Patrick Geary (1986).



A principal transformação que observamos no modelo de Geary (Fig. 2) em relação ao de Grierson (Fig. 1) é o papel central que ocupa o conceito de mercadoria³⁸. Se em Grierson permanecia em aberto o estatuto do objeto que circulava pelos diversos circuitos de intercâmbio (e provavelmente era a forma do intercâmbio o critério definidor do estatuto do objeto), em Geary todos os objetos são primordialmente mercadorias, as quais podem então circular através do dom, do roubo ou do comércio (venda). Também em contraste com o modelo proposto por Grierson, não há nenhuma relação que vincule o dom e o roubo como os extremos de um mesmo *continuum*. Ao contrário, dom e roubo aparecem como formas em tudo paralelas ao comércio. Para Geary:

Ainda que a sociedade alto-medieval fosse uma sociedade tradicional, não era de forma alguma simples ou homogênea. A troca de bens pode ter servido para criar laços entre doador e receptor, mas aqueles também eram desejados por si próprios. Podiam ser e de fato eram, em determinados momentos, convertidos em dinheiro ou mesmo capital³⁹; assim, coexistiam tanto um sistema de mercadorias objetificadas e alienáveis e um sistema de troca de presentes subjetivos e inalienáveis.⁴⁰

³⁸ A despeito de encarar como sinônimos *mercadoria* e *bens*, é razoável o destaque do termo mercadoria, pois este não apenas é mencionado mais vezes pelo autor, como parece ter também alguma prioridade conceitual na referida análise.

³⁹ Não há no artigo nenhuma tentativa ou esboço de conceituação de “*capital*”. Tal como argumentamos no Capítulo I, todo modernismo se apóia, em menor ou maior escala, no senso-comum e na aparente obviedade de seus conceitos centrais.

⁴⁰ *Idem*, p. 173.

De forma semelhante, ainda que o autor pareça, em breves momentos, caracterizar o dom como a forma de intercâmbio primordial no alto-medieval, estes sempre redundam em afirmações da vitalidade de um comércio “puro”. Por exemplo, Geary reconhece que “a circulação de artigos de elevado prestígio, dos quais as relíquias são apenas um tipo [...], não ocorria primariamente em uma estrutura comercial”⁴¹, ou que “mesmo quando uma compra encontra-se no coração de tais trocas, contemporâneos provavelmente as encaravam com suspeição ou as entendiam no contexto de uma ou outra forma de circulação de bens mais significativas, roubo e dom”⁴². Contudo, projeta imediatamente uma esfera mercantil independente e jamais caracterizada em seu artigo⁴³, pois “tais compras de fato ocorreram, e por vezes uma produção real e um sistema mercantil existiram para a criação e distribuição de mercadorias prestigiosas”⁴⁴.

É revelador, portanto, que ao enquadrar o comércio como mecanismo de transferência das relíquias, Geary não é capaz de empreender nenhum tipo de análise acerca de tal mecanismo, mas limita-se à mera descrição de dois casos específicos (e extremamente inconclusivos⁴⁵) e à projeção da possível existência de outros agentes⁴⁶.

Tal limitação, contudo, não é acidental, mas consequência direta de perspectivas metodológicas que o autor apresenta no próprio artigo. Pois, de acordo com Geary, não se trata de

postular um modelo de desenvolvimento da transição de uma economia fundada no dom para uma fundada na mercadoria, deve-se examinar as

⁴¹ Idem, p. 174.

⁴² Idem, ibidem.

⁴³ Assim, na seção em que discutiria o comércio como mecanismo de transferência de mercadorias e relíquias, Geary retoma o dom (como oposição) e o roubo (como mecanismo similar) para analisar o sentido do comércio: “O roubo ou a compra de relíquias objetificava esses objetos sagrados; transformava-os, ao menos temporariamente, em mercadorias; e permitia que o novo dono escapasse de ser colocado em débito com a Igreja Romana” (Idem, p. 186). Não é sem surpresa que destacamos aqui o *roubo* como um mecanismo que transformava as *reliquias* em *mercadorias*.

⁴⁴ Idem, p. 174.

⁴⁵ Tratam-se dos casos do diácono Deusdona e o inglês Electus. Sobre o primeiro, diz Geary: “O comércio [*trade*] de relíquias regular e melhor documentado ocorria entre eclesiásticos francos e mercadores italianos. O mais famoso mercador era Deusdona, um diácono romano que negociou para prover um número de associados de Alcuíno, entre eles Einhard, o abade Hilduin de Soissons e outros, com os restos mortais de mártires romanos nos anos de 820 e 830” (Idem, p. 185). Em primeiro lugar, é forçoso notar que o mercador italiano de Geary é um diácono, portanto, alguém inserido na hierarquia da Igreja. Para além disso, não se trata de um comércio impessoal, pois, segundo o próprio Geary, a esfera dos “clientes” de Deusdona era determinada pelos associados de Alcuíno (Idem, ibidem).

Sobre o segundo caso, Geary apenas menciona que “outros, como o inglês Electus, que operava ao longo da costa normanda, buscavam relíquias primariamente para vender a um patrono particular, nesse caso, o Rei Athelstan” (Idem, p. 185-186). Ainda mais explícito que o caso anterior, aqui é evidente que o “comércio” se dá em um quadro determinado por relações de patronato ou dependência.

⁴⁶ “Outros poderiam ser ambulantes que viajavam obtendo relíquias aleatoriamente conforme a oportunidade se apresentasse, e então as oferecendo em outras dioceses” (Idem, p. 185).

circunstâncias sociais e políticas específicas que podem favorecer a circulação de bens [*goods*⁴⁷] por um meio ou outros⁴⁸.

Assim, ainda que proponha um “exame geral da natureza do comércio alto-medieval”⁴⁹, termina por projetar um exame de cada momento singular (logo, de todos os infinitos momentos singulares que podem ser encontrados nas fontes). Dessa forma, ao concluir seu artigo, o autor é capaz de enumerar mais elementos que não foi capaz de analisar do que os resultados que sua investigação produziu – e se considerarmos o peso destes últimos, talvez sejam completamente inexistentes.

Em síntese, quase quatro décadas após a publicação do artigo de Grierson, Patrick Geary não apenas não avança nem um passo em relação àquele, mas faz parecer que o nosso conhecimento acerca das formas de intercâmbio alto-medievais retrocede em pontos fundamentais. Pois se Grierson, em uma análise pioneira e exploratória, foi capaz de destacar a importância central do dom em relação a outras formas de intercâmbio no alto-medieval, Geary reconhece que “gostaríamos de ser capazes de estabelecer a importância relativa da troca de presentes em oposição ao roubo ou a venda de relíquias. Mas aqui, novamente, não temos a menor idéia”⁵⁰!

Por fim, é quase paradoxal que o autor destaque a necessidade de “mais estudos comparativos e modelos teóricos da mercadoria, que possam elucidar alguns dos processos que foram discutidos”⁵¹, justamente elementos patentemente ausentes de sua investigação, e supostamente encontrados no conjunto que formam os artigos da coletânea editada por Appadurai⁵².

Claramente, nos deparamos com becos sem saída insolúveis sob o prisma de determinada historiografia de matiz pós-moderno⁵³. Pois a confusão conceitual extrema que detectamos na análise de Geary (juízo parcialmente referendado pelo próprio autor ao clamar por outros “modelos teóricos da mercadoria”) tem origem tanto na sua aparente aversão a

⁴⁷ Tal passagem também demonstra que Geary não apenas substitui bens [*goods*] por mercadorias [*commodities*], mas os intercambia livremente.

⁴⁸ Idem, p. 174.

⁴⁹ Idem, ibidem.

⁵⁰ Idem, p. 189.

⁵¹ Idem, p. 190.

⁵² É surpreendente que, por um lado, Geary faça referências explícitas no início do artigo ao “modelo teórico de mercadoria” desenvolvido por Appadurai e Kopytoff (Idem, p. 177) e, por outro lado, clame por outros modelos que sejam capazes de elucidar os pontos mais centrais da questão. Tal clamor, contudo, não é acompanhado de nenhuma crítica ou avaliação do modelo de Appadurai e Kopytoff.

⁵³ O artigo de Patrick Geary funciona aqui como espécime exemplar do estado da arte da corrente hegemônica da medievalística no que tange a análise das formas de intercâmbio. Para outro exemplo, cf. DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico**. Lisboa: Estampa, 1993, pp. 61-86.

qualquer tipo de modelo, conforme mencionamos acima, quanto no modelo pleno de indefinições desenvolvido por Appadurai e implicitamente adotado por Geary. Trata-se, portanto, de uma situação em que pressupostos metodológicos implícitos impedem a formulação de modelos teóricos explícitos, o que redundaria em uma confusão conceitual extrema que, ao fim e ao cabo, impede que a questão seja corretamente analisada. O rompimento com tal situação depende primordialmente de um esforço de clarificação dos principais conceitos relacionados ao problema das formas de intercâmbio no alto-medieval, dom e comércio. Estabelecidos alguns parâmetros básicos acerca de cada forma de intercâmbio específica, é imprescindível a elaboração de modelos provisórios que nos permitam enquadrar a questão sob nova ótica.

2. Modelos Provisórios.

Se pouco avançamos (e até nos desencaminhamos) desde a publicação do artigo de Philip Grierson, em 1959, trata-se agora de retomar as sendas que pareciam mais profícuas. Ou seja, a pretendida elaboração de modelos provisórios deve tomar como primeiro elemento a abordagem pioneira de Grierson e, através de sua progressiva crítica e refinamento, recolocar a questão em termos mais adequados.

Conforme a discussão acima demonstrou (e sintetizamos na “Figura 1”), Grierson estabelece três formas de intercâmbio alto-medievais: comércio, roubo e dom. Se no início de sua análise o autor caracteriza os dois últimos como os extremos de um *continuum*, em seu decorrer fica explícito que é designado um papel mais determinante ao dom, tanto em volume quanto em relevância. Soma-se a isso que o caráter involuntário do roubo (para aquele que tem algo subtraído de sua posse) concede-lhe uma especificidade importante tanto em relação ao dom quanto ao comércio. Tal especificidade o afasta das considerações que desenvolveremos, pois demandaria uma análise das formas de intercâmbio que ultrapassam a lógica cotidiana das relações entre os agentes medievais, isto é, uma lógica que condena e penaliza o roubo. Dessa forma, consideramos abaixo apenas o dom e o comércio como as principais formas de intercâmbio do alto-medieval.

Segundo Grierson, o dom pode ser brevemente caracterizado como “todas as [transferências] que ocorrem com o consentimento livre do doador”⁵⁴, constituía-se como “uma forma de atividade social primordial, tendo uma função análoga à do comércio em garantir a distribuição de bens e serviços”. Tal função ocorreria de maneira sempre recíproca,

⁵⁴ GRIERSON, Philip. “Commerce in the Dark Ages...”, 1959, p. 131.

pois “o costume requeria que todo dom fosse compensado, cedo ou tarde, por um contra-dom”, a qual difere do comércio por não ter como objetivo o “‘lucro’, material e tangível”, mas o “prestígio social vinculado a generosidade”. O “‘lucro’ consiste em colocar moralmente outras pessoas em dívida, pois um contra-dom é necessário para que o recebedor preserve a sua autoestima”⁵⁵.

O comércio, por sua vez, é definido sempre negativamente por Grierson. Conforme observaremos, esta é uma tendência bastante generalizada no medievalismo (e mesmo na antropologia), como se as relações que nos são contemporâneas se apresentassem de forma tão explícita e óbvia que seria desnecessária qualquer explanação. Dessa forma, o comércio (e a mercadoria) é sempre enquadrado como uma relação evidente, a qual dispensa maiores análises. No artigo de Grierson, tal relação jamais é caracterizada de fato, mas apenas expressa nas duas formas mencionadas pelo autor: o comércio de larga-escala e os mercados locais abastecidos e frequentados por camponeses. O primeiro seria responsável pela inserção da lógica do lucro na sociedade medieval, enquanto o segundo teria como consequência apenas um leve aumento no padrão de vida dos envolvidos. Ambos os tipos, contudo, estariam contrapostos à forma “natural” de reprodução econômica familiar, a autossuficiência como ideal⁵⁶.

No presente momento, não se trata de avaliar a adequação da análise de Grierson em relação ao alto-medieval, mas de enfatizar que as relações comerciais são encaradas, pelo autor, como relações transparentes, sobre as quais não é necessário oferecer nenhuma análise específica. Ao contrário, é ao dom o que o autor dedica parte importante seu artigo (ainda que o faça dentro de marcos extremamente introdutórios), especificando a origem do conceito e até mesmo seu caráter “residual” na sociedade contemporânea. Assim, empreendemos abaixo uma discussão que pretende estabelecer ambos os termos da questão de forma clara e aprofundada.

I. A troca de presentes (dom).

a) Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva.

Há oitenta e seis anos, Marcel Mauss publicava seu mais famoso estudo, “Ensaio sobre a dádiva – forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”⁵⁷. Como é de conhecimento geral, Mauss não foi nem o primeiro cientista social a se debruçar sobre este

⁵⁵ Idem, p. 137.

⁵⁶ Idem, p. 128.

⁵⁷ MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” IN: Idem. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 185-314.

conceito, nem o seu formulador⁵⁸. Foi, contudo, o primeiro a realizar uma síntese hábil e articulada – ainda que, por vezes, extremamente contraditória – do debate prévio à sua obra. Assim, o longo ensaio tem como questão central uma análise desbravadora do papel e da importância do dom nas “sociedades arcaicas”. Para desempenhar tal análise, cuja amplitude é significativa, Mauss recorre ao método comparativo. Arma-se com os instrumentos para efetuar não apenas comparações entre diferentes sociedades (no espaço – da Melanésia ao Noroeste americano – e no tempo – da Índia antiga ao medievo germânico), mas também entre diferentes formas do dom (potlacht, *kula*, os contratos romanos etc).

A caracterização do dom proposta por Mauss, por sua vez, adquire maior importância pelas questões que evoca do que pelas respostas que veicula. A clássica articulação do dom como encadeamento das três obrigações – dar, receber e retribuir⁵⁹ – é profícuo como uma caracterização geral, mas carece de especificidade. Com o intuito de salvaguardar o seu modelo, Mauss deriva desse uma hipótese – em larga medida baseada em pressupostos anistóricos, como a idéia de natureza humana – que acaba por minar seus esforços: explica a obrigatoriedade do dom e, portanto, a articulação necessária dos três momentos por uma força que existe na própria coisa.

Qual é a regra de direito e de interesse que [...] faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?⁶⁰

Ao perder de vista que as propriedades sociais devem ser explicadas através das *relações* que as possibilitam, reproduzem e desenvolvem, Mauss recorre a uma mistificação e confunde uma efetiva análise do dom com a figuração que uma determinada sociedade tem acerca do fenômeno. Alça a descrição do sábio maori Ranaipiri ao nível de teoria científica e toma o *hau* (o espírito da floresta que reside das coisas dadas) como fator explicativo do dom. A crítica de tal mistificação já foi empreendida há muito por Lévi-Strauss⁶¹ e Godelier⁶², apenas para citar as mais conhecidas. No entanto, o ponto que nos interessa aqui é que a explicação de Mauss, ao recorrer ao *hau*, não é uma explicação de todo, e se permanecemos nessa trilha abrimos mão de uma ciência social explanatória em prol de uma mera descrição das figurações dos atores imersos nessas relações. Cumpre, portanto, buscar em outras

⁵⁸ WAGNER-HASEL, Beate. “Egoistic Exchange and Altruistic Gift: On the Roots of Marcel Mauss’s Theory of the Gift” IN: ALGAZI, Gadi; GROEBNER, Valentin; JUSSEN, Bernhard. **Negotiating the Gift: Pre-modern Figurations of Exchange**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003, p. 160.

⁵⁹ MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva...”, p. 185.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 188.

⁶¹ LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

⁶² GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

hipóteses os fatores explicativos que desvelam o caráter de obrigação e de necessidade social do dom.

b) O enigma dos modelos: a releitura crítica de Mauss empreendida por Godelier.

Verdadeiro exemplo de obra contrária à corrente que se impõe, a pesquisa de Maurice Godelier, publicada em 1996 – *O Enigma do dom*⁶³ – constitui, simultaneamente, uma releitura crítica da clássica análise de Mauss e uma abertura de novas proposições acerca do dom.

Em que pesem as inúmeras críticas à análise de Mauss, Godelier empreende em sua obra um verdadeiro resgate de algumas proposições do ensaio. Tal resgate é efetuado principalmente nos pontos pouco explorados por Mauss, isto é, na estruturação do *potlacht* como desenvolvimento dos dons não-agonísticos, no papel que os dons ao sagrado desempenham como quarta obrigação encadeada às outras três e, ainda mais importante, na radicalização de alguns aspectos do ensaio. Dentre esses, constitui para nós um ponto essencial – e aqui a pesquisa de Godelier revela seu caráter de exceção – a recuperação do dom em sua lógica eminentemente *conflitiva*.

Ao articular o dom como prática que *obriga*, isto é, que engendra e fortalece a *dominação* e a *dependência*, Godelier recupera e radicaliza um aspecto presente – e pouco explorado – na análise de Mauss, praticamente ignorado pelas análises dos “autores herdeiros”. É no encadeamento das três obrigações – dar, receber, retribuir – que o dom revela todo o seu caráter de obrigação social e o seu papel na estruturação da sociedade. Não se trata aqui, como faz João Bernardo, de tomar o dom como a única – ou principal – estrutura da sociedade⁶⁴, mas de explicitar as suas influências e limites, usos e tendências. Nas sociedades pré-capitalistas, o dom existe como relação socialmente necessária para a reprodução social.

A obra de Godelier objetiva essa investigação do dom, mas o faz através de um sensível deslocamento da análise: concentra-se não nas coisas que são doadas – e nas relações que engendram essas doações –, mas busca tudo aquilo que é subtraído dos circuitos baseados no dom. Nos termos do autor, “seria necessário examinar com urgência as coisas que se guardam; e que o próprio dom ganharia muito se o examinássemos a luz daquilo que

⁶³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴ BERNARDO, João, **Poder e Dinheiro**. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV, Vol. 1, Porto: Afrontamento, 1995.

não se deve dar, mas guardar”⁶⁵. Assim, a análise dirige-se para um desvelamento das relações dos homens com o sagrado e é concluída com a idéia de que os objetos (nem sempre materiais), suprimidos de qualquer troca e intimamente relacionados com o sagrado, constituem os “pontos fixos” em torno dos quais todas as sociedades precisam se organizar.

Tal deslocamento é certamente enriquecedor da problemática aqui exposta, mas nos parece que constitui um desvio que não resolve os problemas levantados pela obra de Mauss. A análise de Godelier, contudo, pelo efetivo resgate e radicalização do ensaio, representa um ponto de partida sólido e disponibiliza alguns fundamentos conceituais preciosos.

c) Negociação: o dom como dissolução do conflito.

Em tempos de pós-modernismo e decretado o fim das metateorias e metanarrativas, configura-se como um fenômeno característico no campo das ciências sociais o abandono das temáticas que enfocam o conflito ou, mais recentemente, a promoção de sua dissolução do conflito em negociação. Dentre os diversos exemplos desse movimento, a coletânea de artigos *Negotiating the Gift*⁶⁶, como o título já revela, é um espécime dos mais característicos. Todos os artigos da obra são articulados em torno da temática do dom, e em grande parte o tendo como referência o contexto medieval. As considerações abaixo discorrem sobre a introdução do volume – “Doing things with Gifts” –, de Gadi Algazi, cujo papel é a explicitação de posições teóricas comuns aos artigos reunidos no volume.

A principal tese do artigo é uma feroz recusa de qualquer modelo generalizante do dom, calcada na objeção à formulação de modelos como ferramentas para a teoria social, em especial a história. O artigo de Algazi investe na destabilização de qualquer modelo através da explicitação (e exaltação) da multiplicidade de sentidos e significados que o dom assume. Para a autora, não apenas tal multiplicidade é absoluta e incomensurável por um único conceito do dom⁶⁷, como qualquer conceito é, inerentemente, menos uma ferramenta de análise e mais uma limitação extrema de qualquer perspectiva dela. Assim, a construção ou adoção de qualquer conceito de dom tornaria mesmo “qualquer discussão e comparação quase impossível”⁶⁸!

Tal proposição é central para a autora, e fundamenta a profissão de fé teórica da mesma:

⁶⁵ GODELIER, M., **O enigma do dom...**, p. 165.

⁶⁶ ALGAZI, Gadi; GROEBNER, Valentin; JUSSEN, Bernhard. **Negotiating the Gift: Pre-modern Figurations of Exchange**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.

⁶⁷ Idem, p. 16.

⁶⁸ Idem, p. 13.

Assim, procuramos não estipular a princípio o que os dons necessariamente são – recíprocos ou unilaterais; trocados entre equivalentes sociais ou não; livres, obrigatórios ou ambos ao mesmo tempo. Essa decisão articula a pluralidade de perspectivas de pesquisa que tentamos manter e a riqueza da evidência histórica.⁶⁹

Há aqui, de forma bastante clara, uma proposição digna de crítica: Algazi acredita ser possível, a partir da negação de qualquer conceito explícito, empreender uma pesquisa que seja, de fato, orientada por conceito nenhum. Parece ignorar, portanto, aquilo que é de conhecimento geral: qualquer discurso sobre teoria que não é explícito permanece implícito no resultado da análise, escamoteando pressupostos e recorrendo de forma enganosa a uma imagem de imparcialidade. Além disso, perde de vista também que a teoria (e os conceitos), desde que explicitamente formulada, está – e deve estar sempre – sujeita à reformulações diversas através do contraste com as evidências empíricas.

A negação de quaisquer modelos e conceitos, contudo, impele a análise para dilemas insolúveis. Em diversas passagens Algazi constata que, na ausência de qualquer instrumental teórico-conceitual que organize as evidências documentais, a única possibilidade é transformar a análise em uma descrição, mais ou menos densa – cujos fundamentos teóricos permanecem sempre implícitos: “porque distinções formais claras são difíceis de sustentar, é por vezes apenas a etiqueta cuidadosamente empregada que distingue “bons dons” de “maus dons”, um dom legítimo de um suborno corrupto”⁷⁰.

Toma-se então como objetivo – e única possibilidade! – uma “história dos usos” ou ainda, uma “história cultural das práticas econômicas”⁷¹. Na intercessão entre a multiplicidade de sentidos e a falta de aparato conceitual que a organize, tais pressupostos impedem a investigação científica de quaisquer relações reais.

A negação dos modelos, conceitos e teoria tem aqui, contudo, um intento maior: a dissolução de qualquer idéia de conflito em negociação. A suposta fluidez conferida ao dom, expressa nos múltiplos significados atribuídos a esse pelos sujeitos participantes da relação, não existe aqui nem mesmo como disputa entre sentidos contraditórios, mas apenas como o uso de “repertórios culturais” compartilhados por diferentes agentes, cujo sentido é dado através da negociação. Ao contrário do que afirma Algazi, dons não são, primordialmente, fatos e noções, produtos da semântica e dos “repertórios culturais”, mas relações entre

⁶⁹ Idem, *ibidem*.

⁷⁰ Idem, p. 18.

⁷¹ Idem, p. 15-18.

sujeitos (individuais ou coletivos), efetivamente existentes e fundadas em antagonismos explícitos, nas quais o conflito é parte centralmente constitutiva.

II. Comércio/Mercadoria.

Ao contrário do que ocorre com o dom, nem comércio nem mercadoria são conceitos ou categorias de larga tradição acadêmica, seja na economia, antropologia ou história. Não foram cunhados no conforto dos gabinetes nem sob as intempéries dos trabalhos de campo, mas invadiram o vocabulário acadêmico a partir do uso cotidiano que tais termos desempenham nas línguas modernas. Exceto por um caso específico – o qual examinaremos ao final da presente seção – poucos foram aqueles que dispensaram qualquer atenção mais detida para tais conceitos, sendo a regra um uso escudado nos sentidos oriundos do senso-comum e da prática cotidiana. No que tange as categorias de comércio e mercadoria, tudo se passa, na acadêmica e no cotidiano, como se seus significados fossem óbvios e evidentes.

O único elemento unificador das apreensões oriundas da medievalística e da antropologia acerca do binômio comércio/mercadoria é sua definição patentemente insuficiente. A partir desse princípio, fundado na aparente obviedade que tais termos carregariam consigo, florescem uma série de abordagens extremamente diversas, ainda que todas pretendam falar a mesma língua e da mesma coisa. Assim, por (in)definição, todo e qualquer medievalista que pretenda analisar o comércio como forma do intercâmbio (logo, as mercadorias como objeto de tal transação) imediatamente lança mão de tais termos sem jamais explicitar como os define. Conforme veremos mais adiante, é possível extrair algumas definições implícitas (e simplórias) de tais análises, mas permanece como um fato digno de nota que tais termos sejam tratados como obviedades extremas.

Assim ocorre, por exemplo, até mesmo com Marc Bloch. Em uma brevíssima síntese que elaborou do estado das “trocas” na “primeira idade feudal”⁷², tanto mercadoria quanto comércio aparecem sem nenhum tipo de definição ou qualificativo. Observa-se inclusive que o autor toma “troca” como sinônimo de “comércio”, e “mercadoria” é usada de forma intercambiável com “bens”. O resultado de tal expediente é uma efetiva operação de naturalização do capitalismo e de suas relações sociais historicamente específicas. Tal resultado torna-se evidente quando Bloch argumenta que “a atonia das trocas e da circulação monetária tinha uma outra consequência ainda e das mais graves; reduzia ao mínimo o papel

⁷² BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 83.

social do salário”.⁷³ Pois na falta de um suprimento regular de moeda (isto é, de dinheiro⁷⁴) para

assegurar os serviços de um grande oficial [...], contratar um guerreiro ou um moço de lavoura, era forçoso recorrer a um modo de remuneração que não se fundamentasse no pagamento periódico de uma quantia em dinheiro. Ofereciam-se duas soluções: albergar o homem em casa, alimentá-lo, fornecer-lhe aquilo que se chamava ‘cama e mesa’; ou então ceder-lhe, em paga de seu trabalho, uma terra que, por exploração direta ou sob a forma de foros pagos pelos cultivadores, lhe permitisse prover ele próprio sua manutenção.⁷⁵

Em todo caso, segundo Bloch, “qualquer um destes sistemas concorria, ainda que em sentidos opostos, para estabelecer laços humanos muito diferentes do salariedade”⁷⁶, o qual o autor caracteriza como a relação “que se cria entre um patrão e um empregado que, uma vez terminada a sua tarefa, é livre de se retirar com o dinheiro no bolso”⁷⁷.

A relação que envolve o salário, nos termos descritos, seria a escolha imediata, mas, uma vez encontrados os obstáculos citados para sua efetivação, é “forçoso recorrer a um modo de remuneração”⁷⁸ diverso. O pressuposto de tal interpretação, claro está, é uma posição que eleva o capitalismo à condição de natureza humana. Ou seja, removidos os obstáculos (nesse caso, a debilidade das trocas e, em especial, a irregularidade de um suprimento de dinheiro) históricos, a lógica do capitalismo (aqui expressa por uma idéia de trabalho assalariado e força de trabalho mercadoria⁷⁹) se afirma como padrão anistórico da humanidade.

Na obra de Georges Duby – *Guerreiro e Camponeses*⁸⁰ –, herdeiro de algumas perspectivas de Bloch, tais posições são mais desenvolvidas. Fiel à visão que enxerga uma grande transformação ocorrida, no Ocidente medieval, em meados do século IX⁸¹, Duby analisa as trocas da Alta Idade Média atento a essa distinção. Assim, para o primeiro período

⁷³ Idem, p. 85.

⁷⁴ A confusão conceitual que envolve os termos mercadoria e comércio talvez seja suplantada apenas por aquela envolve o conceito de dinheiro. Para duas apreciações bastante diversas, ainda que no interior do marxismo, cf. ARTHUR, Christopher J.. “The Concept of Money” IN: A. CHITTY, A; MCIVOR, M. (Eds.). **Karl Marx and Contemporary Philosophy**, Palgrave Macmillan, 2009; BERNARDO, João. O dinheiro: da reificação das relações sociais até o fetichismo de dinheiro. Revista de Economia Política, Vol III, N 1, 1983.

⁷⁵ Idem, p. 85.

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ Idem, p. 86.

⁷⁸ Idem, p. 85.

⁷⁹ Algumas linhas antes, “o mesmo acontecia com essa outra mercadoria que é o trabalho humano”. Idem, p. 85.

⁸⁰ DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses**: os primórdios do crescimento econômico. Lisboa: Estampa, 1993.

⁸¹ Posição semelhante aquelas de Jacques Le Goff [A **Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995] e Jérôme Baschet [A **civilização Feudal**: do ano 1000 à colonização da América São Paulo: Globo, 2006], analisadas em detalhe no Capítulo I.

(séculos VII-VIII), o autor oscila entre primitivismo e modernismo, incorrendo nos equívocos de ambos. Em relação ao segundo período (a partir do século IX), uma posição explicitamente modernista é expressa.

Assim, o autor enquadra o primeiro período a partir de uma diferenciação entre trocas e comércio, pois “havia muitas [trocas]; mas não se trata de uma questão de *comércio*”⁸². Contudo, tal como em outros autores que já analisamos, tal oposição não implica nenhuma definição ou consideração detida do tema, mas apenas revela que nem toda troca é comercial. Sobre as especificidades da forma comercial (ou mercantil), nada é revelado. Sabemos apenas, por oposição, que Duby entende por comércio uma troca que envolva mercadores e pagamentos, ainda que não vincule a circulação de mercadorias ao comércio⁸³.

Autor de conhecidos paradoxos, ainda que Duby alerte para os perigos dos “hábitos de pensamento impostos pelo mundo moderno, onde toda troca econômica é ponderada em termos de valores monetários”⁸⁴, é justamente tal diretriz que termina por orientar a sua análise. Pois o “renascimento da economia monetária”⁸⁵ após o ano 1000 é, para Duby, exatamente um “renascimento comercial”⁸⁶.

Ainda que faça menções à troca de presentes como uma forma importante de intercâmbio, o faz em termos extremamente simplórios e confusos, articulando uma idéia de “comércio da generosidade obrigatória”⁸⁷ e do dom como uma forma de “justiça social”⁸⁸.

Na antropologia, lamentavelmente, o quadro não é menos gravoso. Já discutimos as apreensões de Arjun Appadurai, e poderíamos multiplicar tais indefinições em diversos outros autores. Contudo, devemos lidar aqui também não com uma indefinição extrema – tal como encontramos na historiografia –, mas com algumas tentativas de definição que acabam por ser revelar insuficientes. Por exemplo, segundo James Carrier:

Não é o fato que o dinheiro é usado que torna essas transações mercantis, pois dinheiro é usado em transações de dom em muitas sociedades. Ao contrário, essas são transações mercantis pelas relações que vinculam os agentes uns com os outros e com os objetos que transacionam. Em resumo, em relações mercantis os objetos são alienados dos agentes: não são especialmente associados com cada agente, nem indicam nenhuma relação passada ou futura entre os agentes envolvidos na troca. *Ao contrário, tais*

⁸² DUBY, Georges. *Guerreiros...*, p. 69.

⁸³ *Idem*, p. 70.

⁸⁴ *Idem*, p. 75.

⁸⁵ *Idem*, p. 68.

⁸⁶ *Idem*, p. 111.

⁸⁷ *Idem*, p. 64.

⁸⁸ *Idem*, p. 65.

*objetos são tratados apenas como portadores de valor abstrato ou utilidade*⁸⁹. (Grifos nossos).

Tal caracterização das mercadorias como um agregado de “valor abstrato” ou “utilidade”, se traduzida para a terminologia marxista, parece se aproximar de caracterização inicial da mercadoria empreendida por Karl Marx, isto é, a mercadoria como a síntese do valor de uso e valor de troca⁹⁰. Examinaremos a caracterização marxiana em alguns momentos, mas antes é necessário compreender como tal abordagem inicial pôde ser transformada em uma caracterização final.

Na introdução de seu trabalho, Carrier reconhece o antropólogo C. A. Gregory⁹¹ como uma referência central para sua investigação. Por sua vez, a análise da definição proposta por Gregory para o conceito de mercadoria, fundada em uma apreensão determinada da obra marxiana, é capaz de explicar seus limites e, ao retomar a investigação marxiana, recolocar suas possibilidades.

A interessante análise de Gregory é construída a partir de uma oposição entre duas tradições que orientariam tanto a antropologia, quanto a economia contemporâneas: a Economia Política (*Political Economy*) e a Economia (*Economics*). A primeira tradição – Economia Política – reuniria teóricos como “Quesnay, Smith, Ricardo, Marx⁹² e Sraffa”⁹³, enquanto a segunda – Economia (*Economics*) – “é associada com o trabalho de seus fundadores: Jevons, Menger e Walras”⁹⁴.

Segundo o autor, tal oposição pode ser observada nos termos centrais desenvolvidos pelas duas tradições, em especial os conceitos de mercadoria e bens:

Os Economistas Políticos usavam o termo “mercadorias” [*commodities*] para descrever objetos de troca, um termo cuja etimologia sugere uma relação objetiva entre as coisas sendo trocadas, i.e., preços. Economistas, por outro lado, optaram pelo termo “bens” [*goods*]. Esse termo denota uma relação subjetiva entre um indivíduo e um objeto de desejo. A expressão “bens” é a epítome da abordagem “subjetivista” da Economia [*Economics*], da mesma forma que o termo “mercadoria” é a epítome da abordagem fundamentalmente “objetivista” da Economia Política [...].⁹⁵

⁸⁹ CARRIER, James. **Gifts and Commodities**: Exchange and Western Capitalism Since 1700. London and New York: Routledge, 1995, p. 20.

⁹⁰ MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 57-63

⁹¹ GREGORY, C. A., **Gifts and Commodities**. London: Academic Press, 1982.

⁹² Não é sem surpresa que encontramos o nome de Marx em meio a essas companhias, mas, conforme veremos, tal associação de Marx como um “economista político” é fundamental para os limites que encontramos no trabalho de Gregory.

⁹³ Idem, p. 6.

⁹⁴ Idem, p. 7.

⁹⁵ Idem, p. 7.

De acordo com Gregory, a superioridade da abordagem proposta pela Economia Política sobre a Economia fica patente através do confronto entre tais conceitos, pois, ao contrário de bens, o conceito de mercadoria não seria universal, mas historicamente específico, isto é, “pressupõe [...] certas precondições históricas e sociais objetivas”⁹⁶. Dessa forma, “se essas condições não são contempladas, então a abordagem da Economia Política diz que alguma teoria que não a das mercadorias se aplica”⁹⁷.

O conceito de mercadoria é então definido, a partir da análise marxiana, como

uma coisa socialmente desejável com valor de uso e valor de troca. O valor de uso de uma mercadoria é uma propriedade intrínseca de uma coisa desejada ou descoberta pela sociedade em diferentes estágios de sua evolução histórica. [...] “Valor de troca”, por outro lado, é uma propriedade extrínseca, e é a característica definidora da mercadoria. “Valor de troca” se refere a proporção quantitativa na qual valores de uso de um tipo são trocados por aqueles de outro tipo.⁹⁸

Em síntese, a mercadoria seria definida, supostamente com a chancela da análise marxiana, como um objeto que reuniria as qualidades de valor de uso e valor de troca⁹⁹.

Assim, argumentando em prol de uma complementaridade entre os conceitos de troca de presentes e mercadoria¹⁰⁰, Gregory afirma que Marx foi capaz de desenvolver uma proposição extremamente importante, ainda que implícita:

que a troca de mercadoria é uma troca de coisas alienáveis entre pessoas [*transactors*] que estão em um estado de independência recíproca. [...] O corolário disso é que a troca (dom) não-mercantil [*non-commodity*] é uma troca de coisas inalienáveis entre pessoas [*transactors*] que estão em um estado de dependência recíproca.¹⁰¹

⁹⁶ Idem, p. 8.

⁹⁷ Idem, p. 8.

⁹⁸ Idem, p. 10-11.

⁹⁹ Nas primeiras páginas de *O Capital*, Marx propõe a seguinte definição de mercadoria: “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas [...]”. (MARX, Karl. *O Capital...*, 2003, p. 57). E “A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas: valor-de-uso e valor-de-troca”. (Idem, p. 63).

Observe-se ainda as definições presentes em *O Dicionário do Pensamento Marxista*: “A mercadoria é a forma que o produto assume quando a produção [das condições materiais de existência que todas as sociedades humanas precisam produzir] é organizada através da troca [*exchange*]”; “Na troca, uma quantidade determinada de um produto muda de lugar com uma quantidade definida de outro. A mercadoria, portanto, tem dois poderes: primeiro, pode satisfazer uma necessidade humana, isto é, tem o que Adam Smith chamou de valor de uso; segundo, tem o poder de comandar outras mercadorias na troca, um poder de trocabilidade que Marx chama valor”; “A mercadoria, analiticamente, é a união dialética do valor de uso e valor”. FOLEY, Duncan. “Commodity” IN: BOTTOMORE, Tom (Ed.). *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford and Cambridge: Blackwell, 2005, p. 101.

¹⁰⁰ “Os conceitos, dom e mercadoria, ainda que diferentes, são, contudo, complementares: o conceito mercadoria, o qual pressupõe independência recíproca e alienabilidade, é uma imagem espelhada do conceito dom, que pressupõe dependência recíproca e inalienabilidade”. GREGORY, C. A., *Gifts...*, 1982, p. 24.

¹⁰¹ Idem, p. 12.

Ainda que tal formulação comparativa entre a troca de presentes e a troca de mercadorias seja valiosa, é necessário demonstrar que a apreensão da análise marxiana é insuficiente em Gregory e, portanto, suas proposições encontram limites precoces que poderiam ser superados se partissem de uma apreensão mais adequada.

a) Karl Marx.

De acordo com as perspectivas apresentadas acima, tanto entre os medievalistas quanto entre os antropólogos, predomina uma tendência de indefinição das categorias de mercadoria e comércio. Uns e outros se escudam na aparente obviedade de tais categorias para evitar qualquer tipo de caracterização efetiva, as quais, não obstante existem de forma implícita e bastante simplória.

Assim, no medievalismo encontramos tanto uma perspectiva que iguala comércio com troca e mercadoria com bens, e, portanto, pressupõe o capitalismo como natureza humana (Marc Bloch); quanto uma confusa diferenciação entre comércio como um tipo de troca, e o dom como outro tipo possível (ainda que esse seja apresentado como um “*comércio da generosidade obrigatória*”¹⁰²!). Nessa última, o comércio seria caracterizado pela ação de mercadores e do pagamento (monetário?) como forma de efetivação da troca (Georges Duby).

Na antropologia, para além de caracterizações tão indefinidas quanto as acima mencionadas, encontramos também algumas posições mais promissoras. A especificidade das relações mercantis não estaria necessariamente vinculada ao uso do dinheiro, mas às “relações que vinculam os agentes uns com os outros e com os objetos que transacionam”¹⁰³ (James Carrier). Dessa forma, em um só movimento, desloca-se o foco da questão da especificidade do comércio para a especificidade da mercadoria, forma do objeto que circula através de relações comerciais (ou mercantis), e se afirma as relações historicamente específicas que são pressupostas por tal forma de intercâmbio. A mercadoria aparece então como “uma coisa socialmente desejável com valor de uso e valor de troca”¹⁰⁴. E sua troca (troca de mercadorias, troca mercantil), como “uma troca de coisas alienáveis entre pessoas que estão em um estado de independência recíproca”¹⁰⁵ (Gregory).

Ainda que essa última perspectiva seja um avanço imenso em relação às primeiras apresentadas, se corrigidos seus equívocos, podemos refiná-la ainda mais.

¹⁰² DUBY, Georges. *Guerreiros...*, p. 64.

¹⁰³ CARRIER, James. *Gifts...*, 1995, p. 20.

¹⁰⁴ GREGORY, C. A., *Gifts...*, 1982, p. 10-11.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 12.

Não é tarefa simples destacar os aspectos centrais de uma obra com a profundidade e complexidade que encontramos em *O Capital*¹⁰⁶, contudo, talvez encontremos pouca oposição ao caracterizá-la como uma demonstração rigorosamente científica da historicidade do modo de produção capitalista, sendo esse elemento fundamental para enquadrá-lo enquanto forma de organização social passível de transformação e superação.

Não por acaso, é essa radical afirmação da historicidade do capitalismo (e, por extensão de todas as formas de organização social humanas) que confere a tônica geral ao trabalho de Nicole Pepperell – “*Disassembling Capital*”¹⁰⁷ –, uma brilhante reinterpretação dos capítulos iniciais de *O Capital* à luz da relação entre as obras de Marx e Hegel. Segundo a autora, por um lado:

Em um sentido mais imediato, esse trabalho é escrito como uma intervenção na Marxilogia, objetivando uma interpretação recente do maior trabalho publicada de Marx. Nesse nível, o tópico argumentativo mais importante é o que demonstra como [O] *Capital* pode ser lido como um texto que se auto-desconstrói, que inicialmente apresenta posições que devem ser entendidas como reencenações paródicas dos discursos da economia política, e não como as formas do argumento que Marx endossa. Onde o caráter auto-destrutivo e paródico não é reconhecido, intérpretes tomam como explícitas, e, portanto, atribuem à Marx, posições que ele está tentando criticar.¹⁰⁸

E, por outro lado:

Em um nível mais geral, esse trabalho opera como uma intervenção na teoria social crítica, objetivando a análise do trabalho de Marx como uma plataforma para sugerir novos caminhos para pensar sem reducionismos sobre o capitalismo e as possibilidades de sua transformação, a relação entre formas sociais de subjetividade e objetividade, e como capturar o caráter complexo e multifacetado da experiência social em nossas categorias teóricas.¹⁰⁹

Nos interessa aqui, primordialmente, a interessante interpretação proposta por Pepperell acerca da definição da categoria mercadoria empreendida por Marx no primeiro capítulo de *O Capital*. Já aqui é possível notar que a interpretação proposta por Gregory (reproduzida por Carrier e encontrada também em Foley¹¹⁰) é um caso clássico da abordagem mencionada por Pepperell acima, isto é, tomam-se as palavras de Marx em um sentido extremamente explícito, ignorando a estrutura da obra e de seu argumento mais geral, e acaba

¹⁰⁶ MARX, Karl. *O Capital*..., 2003.

¹⁰⁷ PEPPERELL, Nicole. **Disassembling Capital**. Melbourne, 2010. 291f. PhD Thesis. School of Global Studies, Social Science and Planning, Melbourne, 2010.

¹⁰⁸ Idem, p. 1.

¹⁰⁹ Idem, ibidem.

¹¹⁰ FOLEY, Duncan. “Commodity...”, 2005, p. 101.

por atribuir-se a Marx posições que, ao contrário, estão sendo criticadas no decorrer de seu argumento.

Dessa forma, se olhamos para o texto de *O Capital* não como um simples repositório de definições fixas e postuladas, isto é, se não aceitamos as primeiras respostas que o texto oferece, mas acompanhamos o autor no desenrolar de seu argumento, percebemos que Marx propõe pelo menos três “visões” – e suas correspondentes definições - bastante diversas sobre o conceito de mercadoria.

Segundo a interessante proposição de Pepperell, tais “visões” aparecem no primeiro capítulo de *O Capital* como três personagens em um palco, reencenando uma peça cuja primeira exibição teve lugar na obra de Hegel¹¹¹. Tais personagens a autora identifica como “empiricista”, “transcendental” e “dialético”¹¹².

O primeiro – “empiricista” – representaria para Marx a economia política vulgar e entraria em cena com a já mencionada definição que apresenta as mercadorias como “antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas”¹¹³. Tal valor de uso seria então uma substância transhistórica da riqueza, em contraste com a forma socialmente específica, no capitalismo, o valor de troca: “Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca”¹¹⁴.

O valor de troca, por sua vez,

“revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se troca, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria”¹¹⁵.

Nesse ponto, segundo Pepperell, se ignoramos algumas desestabilizações e intervenções curiosas a partir das notas de rodapé e de alguns termos usados no texto de Marx, “é como se soubéssemos o que é uma mercadoria: é uma unidade de propriedades sensíveis, incluindo tanto qualidades materiais, quanto proporções de troca socialmente convencionais”¹¹⁶. Não por acaso é justamente esse tipo de definição que encontramos em

¹¹¹ Em especial, na Fenomenologia do Espírito. HEGEL, G. W. F. *The Phenomenology of Mind*. New York, Courier Dover Publications, 2003.

¹¹² PEPPERELL, Nicole. “Disassembling...”, 2010, p.69 (n. 60).

¹¹³ MARX, Karl. *O Capital...*, 2003, p. 57.

¹¹⁴ Idem, p. 58.

¹¹⁵ Idem, p. 58.

¹¹⁶ PEPPERELL, Nicole. “Disassembling...”, 2010, p. 76.

Gregory, Carrier e outros. Trata-se, provavelmente, da definição de mercadoria mais popular em círculos marxistas.

Contudo, se seguimos a análise de Pepperell, torna-se clara a entrada do segundo personagem em cena, “transcendental”, associado com a economia política clássica:

Justamente quando parecia que tínhamos resolvido isso, um segundo personagem invade – entra pela esquerda do palco – protestando que essa concepção de mercadoria não é adequada para enquadrar a riqueza das sociedades capitalistas. Esse novo personagem nos diz que as características de uma mercadoria não são exauridas tendo como referência apenas suas propriedades sensíveis. Mercadorias são trocadas em um processo que as trata como equivalentes umas das outras. Para que isso possa acontecer, contudo, elas devem partilhar alguma propriedade em comum.¹¹⁷

Assim, de acordo com Pepperell¹¹⁸,

Essa propriedade em comum, contudo, não pode ser nada na forma sensível da mercadoria, uma vez que as propriedades sensíveis variam de uma mercadoria para outra. Deve ser, portanto, algo que transcende a sensibilidade inteiramente – uma propriedade supersensível cuja existência pode ser intuída pela razão, mas para a qual nossa percepção sensória permanece lamentavelmente cega.¹¹⁹

Tal como ficará evidente com a entrada do terceiro e último personagem em cena, não se trata aqui de apontar as duas primeiras posições (ou mesmo todas as três posições) como incorretas e absurdas, mas, a partir de um percurso analítico que supera os limites encontrados, demonstrar a íntima relação entre as formas de apreensão do real e as relações reais que as fundamentam. Dessa forma, a primeira posição não é incorreta, uma vez que as mercadorias de fato se apresentam como a síntese entre valor de uso e valor de troca, mas insuficiente, pois é incapaz de perceber que o valor de troca não pode ser mais do que a forma de expressão de uma essência (isto é, de uma relação mais fundamental), o valor.

A entrada em cena do último personagem – “dialético” e com um semblante hegeliano – segue esse mesmo roteiro, pois

esse novo personagem argumenta que as mercadorias não podem ser completamente compreendidas nem pela análise empiricista, nem pela análise transcendental, mas devem ser enquadradas através de uma análise dialética das interações sociais das mercadorias.¹²⁰

¹¹⁷ Idem, p. 77.

¹¹⁸ O trabalho de Pepperell, em especial no capítulo que estamos analisando, é extremamente cuidadoso ao apresentar uma análise bastante detida do texto marxiano, contrapondo cada afirmação e argumento com passagens de O Capital. Para fins de concisão, omitimos aqui tal trabalho de análise textual e nos concentramos na análise das perspectivas que a autora encontra no texto marxiano.

¹¹⁹ Idem, p. 77.

¹²⁰ Idem, p. 80.

Segundo Pepperel, essa seção de O Capital traça sensíveis paralelos com as preocupações da análise hegeliana¹²¹ da Força e da Expressão da Força, replicando tais preocupações em uma forma mundana, questionando como o valor pode ser expresso em sua forma de aparência: o valor de troca¹²².

Buscando derivar a forma-dinheiro a partir de uma análise especificamente dialética (impossível de ser realizada tanto do ponto de vista empiricista quanto transcendental), o argumento, a partir daí,

se desdobra em uma forma essencialmente idealista – demonstrando como “defeitos” específicos em formas pretéritas dirigem a análise para o desenvolvimento de formas posteriores nas quais os potenciais imanentes das formas pretéritas podem ser mais adequadamente manifestos.¹²³

De acordo com Pepperell, Marx usa uma série de estratégias nessa seção, tanto no texto principal quanto nas notas de rodapé para, aos poucos, desestabilizar a perspectiva do personagem dialético e explicitar que não se trata do ponto de vista da sua crítica, mas do objeto¹²⁴. Dentre essas, a interrupção da análise que o súbito questionamento acerca da incapacidade de Aristóteles em alcançar as conclusões que, nas seções anteriores, foram apresentadas como “auto-evidentes”, oriundas meramente da observação empírica e da lógica – seja convencional ou dialética. Não se trata, tampouco, de um completo engano de Aristóteles, mas de compreender que o valor depende de uma equalização de todas as coisas e, em seguida, descartar essa solução como razoável¹²⁵.

Quando Marx reaparece para explicar o limite encontrado pelas conclusões de Aristóteles, o faz nos seguintes termos:

Aristóteles, porém, não podia descobrir, partindo da forma do valor, que todos os trabalhos são expressos, na forma dos valores das mercadorias, como um só e mesmo trabalho humano, como trabalho de igual qualidade. É que a sociedade grega repousava sobre a escravatura, tendo por fundamento a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho. Ao adquirir a idéia da igualdade humana a consistência de uma convicção popular é que se pode decifrar o segredo da expressão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, por que são e enquanto são trabalho humano em geral.¹²⁶

O sentido de tal passagem para Pepperell é que

as formas de apresentação aparentemente descontextualizadas adotadas até então nesse capítulo [o primeiro capítulo de O Capital], as quais pareceriam

¹²¹ A referência de Pepperell nesse estágio da análise é sempre a Fenomenologia do Espírito, de Hegel.

¹²² PEPPERELL, Nicole. “Disassembling...”, 2010, p. 83.

¹²³ Idem, p. 83.

¹²⁴ Idem, p. 85.

¹²⁵ MARX, Karl. O Capital..., 2003, p. 81-82. PEPPERELL, Nicole. “Disassembling...”, 2010, p. 88.

¹²⁶ MARX, Karl. O Capital..., 2003, p. 81-82.

chegar as suas conclusões através da mera aplicação da percepção sensória e razão, podem, de fato, alcançá-las apenas às custas de experiências práticas distintivas que emergem apenas em uma forma muito específica da vida social.¹²⁷

Dessa forma, não se trata de uma falha ou incapacidade de Aristóteles para descobrir uma essência anistórica do valor, “uma característica inerente à prática da troca”, mas que “historicamente, essas características simplesmente não estavam lá para serem ‘deduzidas’”¹²⁸.

É importante ressaltar, mais uma vez, qual seria o objetivo de Marx ao empreender uma análise tão peculiar, avançando perspectivas diversas para, no momento, seguinte desestabilizá-las. A autora enfatiza ao longo de seu texto que isso não significa que rejeite inteiramente a validade de cada performance, mas sugere que

Marx conceitua todo o capítulo como uma demonstração – por meio de uma peça dentro da peça – de um mundo complexo e estruturado em camadas cujos elementos componentes nem sempre carregam as mesmas implicações, conseqüências ou potenciais. Aspectos desse mundo multifacetado podem diferir de – ou mesmo “inverter” – um ao outro, confrontando os habitantes desse mundo com interpretações múltiplas, coexistentes e socialmente plausíveis até mesmo da aparentemente evidente categoria da mercadoria.¹²⁹

É justamente no momento da análise em que o personagem idealista termina suas falas, que Marx introduz a famosa seção do Fetichismo das Mercadorias¹³⁰. Segundo Pepperell, trata-se de uma investigação do fetichismo como um fenômeno emergente a partir da forma mercadoria. Segundo a autora, “apenas o efeito agregado da combinação dessas partes [valor de uso e valor], nessa totalidade histórica e socialmente específica, responde pelo caráter fetichista da mercadoria”¹³¹.

Da extensa discussão de Pepperell acerca do fetichismo da mercadoria, nos interessa, sobretudo, a ênfase – a partir do texto marxiano – que a autora concede à especificidade histórica da mercadoria. Assim, em relação à produção que deve ocorrer como um ato de indivíduos privados cujos esforços agregados terminam por compor a soma total do trabalho social como precondição para o trabalho produtor de mercadorias, Pepperell destaca que Marx não está argumentando que a especificidade do trabalho produtor de mercadorias é ser produto de indivíduos privados (ou ser uma abstração conceitual que emerge do agrupamento

¹²⁷ PEPPERELL, Nicole. “Disassembling...”, 2010, p. 89.

¹²⁸ Idem, p. 90.

¹²⁹ Idem, p. 91-92.

¹³⁰ MARX, Karl. O Capital..., 2003, p. 92

¹³¹ PEPPERELL, Nicole. “Disassembling...”, 2010, p. 99.

dos resultados destes trabalhos privados), mas que é necessária a intermediação de um outro processo, socialmente específico, o processo da troca de mercadorias¹³². Para Pepperell,

Através da troca de mercadorias, os produtores aprendem, indiretamente, se os seus trabalhos individuais terão sucesso – em termos marxianos – em se “manifestar” como “um elemento do trabalho total da sociedade”. Eles aprendem isso ao observarem as proporções em que os produtos de seus trabalhos se trocam com os produtos dos trabalhos de outros produtores – ao observarem, em outras palavras, as interações sociais das mercadorias.¹³³

O trabalho produtor de mercadorias teria, portanto, características sociais específicas, como a igualdade entre todos os tipos de trabalho humano, a determinação do trabalho social pelo tempo de trabalho socialmente necessário¹³⁴, elementos, como já vimos, com uma radical historicidade (isto é, historicamente específicos) e em tudo ausentes de contextos pré-capitalistas.

III. Formas de intercâmbio alto-medieval: Modelo (1).

De posse dos instrumentos oriundos da análise crítica de posições diversas acerca da troca de presentes e do binômio comércio/mercadoria, estamos agora em posição de estabelecer um primeiro modelo das formas de intercâmbio no pré-capitalismo em geral, e no alto-medieval em específico. Tal modelo deverá, necessariamente, ser reelaborado conforme a análise da documentação específica e, ao final de tal processo, outro modelo deverá ser estabelecido. No presente momento, portanto, trata-se de estabelecer algumas linhas gerais de interpretação que possam orientar nossa análise do testemunho documental.

A conclusão primordial que decorre da análise precedente é a afirmação da troca de presentes como forma dominante do intercâmbio. Se, com a emergência do modo de produção capitalista o dom tornou-se, progressivamente, irrelevante – isto é, relegado a relações e práticas não-fundamentais para o processo e produção e reprodução do capital –, em todo o pré-capitalismo ele desempenha, se não um papel central, ao menos se configura como um elemento reconhecidamente importante¹³⁵.

¹³² Idem, p. 109.

¹³³ Idem, ibidem.

¹³⁴ Idem, p. 110.

¹³⁵ Por exemplo, algumas obras que articulam amplos panoramas sob a questão: para a antiguidade egípcia, cf. FRIZZO, Fábio. **A Baixa Núbia como Infra-Estrutura para Construção da Potência Hegemônica Egípcia na XVIIIª Dinastia (1550-1323 a.C.)**, Niterói, 2010, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010; para a antiguidade grega, GILL, Christopher *et all* (Eds.), **Reciprocity in Ancient Greece**. New York: Clarendon Press, 1998; para o medieval, dentre os inúmeros já citados, ALGAZI, Gadi; GROEBNER, Valentin; JUSSEN, Bernhard. **Negotiating the Gift: Pre-modern Figurations of Exchange**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003; para a antropologia, sobretudo GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Contudo, a análise de troca de presentes comporta ênfases e posições diversas. Do confronto de tais posições, estabelecemos que o encadeamento das três obrigações elaborado por Mauss permanece uma referência essencial e sintetiza com clareza a lógica do dom. No entanto, para torná-lo operacional em sociedades de classe (como a sociedade medieval), é necessário desenvolvê-lo de acordo com as linhas propostas por Godelier, isto é, explicitando seu caráter eminentemente conflitivo e, potencialmente, como forma da dominação. Tais elementos devem ser reforçados em vista das posições delineadas por Algazi, isto é, sua operação de dissolução do dom em mera negociação, não mais como a figuração de relações reais, mas como meros “repertórios culturais”.

A análise das diversas abordagens do binômio comércio/mercadoria nos alertou, sobretudo, para uma prática implícita que acaba por transpor irrefletidamente o conteúdo historicamente específico de termos contemporâneos para relações pré-capitalistas. Não se trata, é evidente, de uma recusa ingênua do uso do instrumental teórico-conceitual contemporâneo para a análise de realidades pretéritas, mas de uma prática que ignora o conteúdo teórico e toma as palavras como referenciais transparentes e inocentes.

Revestem-se, então, de especial interesse as propostas de C. A. Gregory, em especial aquela que versa sobre a complementaridade fundamental entre o conceito de dom e o de mercadoria. Não obstante, uma detida análise das posições marxianas (explicitadas por Pepperell) demonstrou que não é possível ignorar a radical historicidade que se constituiu como pilar fundamental da obra de Marx. Assim, ainda que tal complementaridade seja efetiva e primordial para a análise de sociedades tribais em contato (e sob o domínio de) com relações capitalistas, isto é, no contexto do processo neocolonialista, é necessário enfatizar a distinção de tal contexto em relação ao pré-capitalismo.

As proposições de Gregory, por outro lado, nos permitem reconhecer e analisar os íntimos vínculos entre um quadro de relações articulado pela troca de presentes e o papel da troca comercial em seu interior, desde que sejamos capazes de reelaborar o conceito de comércio.

Em síntese, a troca de presentes existe como relação central no alto-medieval (e como uma relação fundamental no pré-capitalismo em geral). Tal relação pode ser expressa no encadeamento de três obrigações: dar, receber e retribuir. Em sociedades de classes, tais obrigações expressam não o caráter igualitário da troca de presentes, mas o seu caráter efetivamente conflitivo e sua expressão como forma da dominação.

O comércio, por sua vez, deve ser analisado em relação à troca de presentes, mas sempre em um sentido historicamente específico e potencialmente distinto da mercadoria.

3. Estudos de caso.

Estabelecido um modelo geral e provisório, trata-se agora de confrontá-lo com os testemunhos documentais selecionados. Dessa forma, no decorrer de tal movimento analítico, teremos como resultado as bases para um novo modelo geral, desenvolvido e refinado através da investigação empírica, e uma compreensão renovada das relações expressas pela documentação.

Tal procedimento deve iniciar pela consideração de um conjunto de registros cuja interpretação desafia o modelo proposto. É a partir dessa interação dialética que pode emergir o segundo momento de nossa análise, a reelaboração do próprio modelo. Em seguida, trata-se de verificar, a partir de um amplo e variado conjunto, a documentação que sustenta e aprofunda as perspectivas centrais propostas pelo modelo 1. Dessa forma, será possível fundamentar de forma rigorosa tais propostas de interpretação.

Tendo em vista os limites da presente pesquisa, o recurso ao *corpus* documental teve como diretriz primordial o enquadramento das questões analisadas em termos amplos, ainda que não exaustivos. Dessa forma, as referências recolhidas e analisadas destacam-se por seu caráter exemplar no conjunto da documentação, e não se pretendeu empreender aqui uma análise da totalidade de referências às formas de intercâmbio que podem ser encontradas em conjuntos documentais tão amplos quanto os utilizados. No entanto, tal opção não significa que testemunhos contrários às propostas de interpretação provisórias foram ignoradas ou escamoteadas. Ao contrário, o movimento analítico aqui desenvolvido só pode ser efetivado no confronto com tais expressões. Dessa forma, o estabelecimento de casos exemplares teve como condição uma análise prévia capaz de identificar estes em meio à totalidade de referências encontradas na documentação.

Analogamente, a presente pesquisa não objetiva uma análise específica dos diversos tipos de documentação reunidos em seu corpus – hagiografias, atas conciliares e legislação régia. Ainda que seja reconhecida a especificidade de cada tipo de documentação (e que estas sejam contextualizadas tendo em vista tal especificidade), não se trata nem da ilusão positivista (ou empirista) que pressupõe a crença e caracterização dos fatos atestados pelas fontes como verdadeiros, nem da crítica narrativa, que toma tal documentação, em sua totalidade, como um conjunto de ficções. Ao contrário, uma vez que nosso objetivo é o desvelamento de relações (e das estruturas que as precedem) reais, é possível adotar uma postura de ceticismo em relação à veracidade de cada caso individual relatado na

documentação e, ao mesmo tempo, enfatizar que se expressam aí relações reais e efetivas, e não meras ficções narrativas. Ou seja, trata-se de enfatizar que não é necessário que determinado caso tenha sido testemunhado e registrado fielmente por um hagiógrafo (ou pelas atas conciliares etc.), mas reconhecer que a sua inserção no relato hagiográfico expressa a transposição de uma relação real (e assim enquadrada pelo autor da fonte) para o texto narrativo. Assim, conforme tem sido expresso aqui, os aspectos específicos de cada tipo de fonte são deixados de lado em favor de uma visão de conjunto.

As hagiografias selecionadas reproduzem uma identidade em meio à heterogeneidade que existe em um nível mais geral do *corpus* temático. Entre as *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*¹³⁶ (VSPE), a *Vita Sancti Aemiliani*¹³⁷ (VSA), a *Vita Fructosi*¹³⁸ (VF), e a “autobiografia” de Valério do Bierzo¹³⁹ (VB), há uma imensa diversidade de temáticas abordadas e, não obstante, uma explícita identidade de abordagem e forma. Para além da diversidade temática, certos temas são encontrados e abordados, por vias diversas, em todas as narrativas, tal como ocorre com o dom.

Em meio a toda heterogeneidade que marcou as hagiografias citadas, é necessário destacar um dos grandes pontos de identidade, isto é, seus objetivos. De forma bastante explícita, o autor das VSPE anuncia que o objetivo de sua obra é assegurar a “fé de todos que lêem e ouvem [as *vitae*]”¹⁴⁰. O mesmo ocorre com a VSA, na qual Bráulio destaca a brevidade da *Vita* “com o fim de que possam lê-la com suma rapidez na [...] sua missa [de celebração do santo]”¹⁴¹. Sintetizam assim o principal sentido das hagiografias: a exaltação de um modelo de santidade, dirigido a um público amplo, isto é, os fiéis que compareciam às missas, festas ou celebrações da Igreja visigoda.

Do acima exposto, pode-se deduzir que essas hagiografias compartilham também uma identidade de temas. Dada a amplitude que a ação dos santos atinge na Alta Idade Média, e o escopo temático que esse gênero literário permite, as hagiografias revelam-se como uma fonte privilegiada para a análise histórica de diversas estruturas da vida social. Através das

¹³⁶ GARVIN, J. N. (Ed.). **Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium**. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 1946.

¹³⁷ OROZ, José (Ed.) Sancti Braulionis Caesaraugustani Episcopi. **Vita Sancti Aemiliani**. Perficit, S/l., Segunda Serie, v. IX, n. 119-120, pp. 165-227, 1978.

¹³⁸ DIAZ y DIAZ, Manuel C. (Ed.). **La vida de San Fructuoso de Braga**. Estúdio y edición crítica, Braga, 1974.

¹³⁹ AHERNE, Consuelo Maria. **Valerio of Bierzo**. An ascetic of the Late Visigothic Period. Washington D.C., The Catholic University of America Press, 1949.

¹⁴⁰ GARVIN, J. N. (Ed.). *Vitas Sanctorum...*, 1946, p. 137.

¹⁴¹ OROZ, José (Ed.) Sancti Braulionis Caesaraugustani Episcopi. *Vita Sancti Aemiliani...*, 1978, p. 181.

narrativas das vidas dos santos, abordam-se temas tão diversos quanto o justo comportamento do rei, as visões do paraíso, o eremitismo etc.

Mais importante do que os temas que as hagiografias intentam veicular explicitamente, são aqueles que, implícitos, revelam uma certa figuração da sociedade partilhada por essa aristocracia e freqüentemente abalada pelos conflitos e tensões com outros grupos sociais.

No decurso das narrativas de tais eventos, mais do que apenas com uma extensa caracterização da santidade nos deparamos também com uma diversificada tipologia das relações dos santos com os diversos grupos sociais medievais, englobando uma extensa variedade. Contudo, ao contrário das hipóteses de Peter Brown¹⁴² acerca do caráter “não-classista” dos santos, encontramos aqui marcadas distinções em suas relações com a aristocracia laica e eclesiástica e o campesinato.

Há também nas hagiografias extensas passagens relativas a prescrições normativas, assim como julgamentos e juízos dos santos que as demandam. Tais prescrições, por sua vez, relacionam-se diretamente com certa figuração da sociedade e do mundo, questão central para nossa pesquisa.

Consideremos as *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium* (VSPE), obra de autor anônimo e redigida em algum ponto do século VII – provavelmente na primeira metade do século¹⁴³ – constitui a hagiografia que abrange período de tempo mais extenso, revelando uma narrativa que se estende de meados do século VI até a primeira metade do século VII. Em sua primeira parte discorre acerca de pessoas que viveram em Mérida – ancoragem espacial das *vitae* – (ou em suas proximidades) e figuram em relatos milagrosos. A segunda parte narra com detalhes a vida dos cinco bispos subseqüentes de Mérida no período focalizado pelas *vitae*. A despeito da autoria desconhecida, os especialistas afirmam com segurança que seu autor era um diácono, habitante de Mérida, e que certamente dispunha de algum papel central na basílica de Santa Eulália.¹⁴⁴

É bem conhecido o papel desempenhado pelas famílias aristocráticas na Primeira Idade Média e, em especial, na Península Ibérica. Por sua vez, as cidades, que convivem com a extrema ruralização do período, destacam-se como fontes de atração populacional por diversos fatores. A articulação dos dois elementos é bem conhecida e, segundo García Moreno, foram as cidades o *locus* privilegiado da “clara tendência das aristocracias fundiárias

¹⁴² BROWN, Peter. **The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity**, Chicago: University of Chicago Press, 1981, p. 19.

¹⁴³ GARVIN, J. N. (Ed.). *Vitas Sanctorum...*, 1946, p. 3.

¹⁴⁴ Idem, p. 1.

de caráter urbano a ocuparem os postos chave da administração do Estado ou da hierarquia eclesiástica”¹⁴⁵. De forma análoga, e conforme atestam diversos autores¹⁴⁶, na ausência de um poder público que assumisse a efetiva liderança das cidades, os bispos emergem como os representantes capazes de organizar resistências e acordos. Ascende, então, o episcopado tendo uma função-chave na administração das cidades de todo o Ocidente, e, conseqüentemente, ocupando um posto cobiçado que o tornava alvo de disputas ferozes. É em tal contexto que são produzidas as VSPE. Dentre os cinco bispos (Paulo, Fidel, Masona, Inocêncio e Renovatus¹⁴⁷) que recebem a atenção do hagiógrafo na *vita*, nos concentramos agora nos dois primeiros.

Narra o hagiógrafo que já decorriam muitos anos do bispado de Paulo quando um grupo de mercadores gregos [*negotiatores graecos*] aportou nas costas da *Hispania*, e ao chegarem à Mérida, “buscaram a presença do bispo, segundo o costume” e foram “graciosamente recebidos por este”. Após retornarem ao local onde se hospedavam, “enviaram a ele [o bispo] no dia seguinte um pequeno presente como símbolo de sua gratidão”. Tal presente foi enviado através de um menino que acompanhava os mercadores como um auxiliar. Após receber o presente, o bispo, grego por nascimento e oriundo da mesma região dos mercadores, faz diversas perguntas ao menino e descobre ser este seu sobrinho. Na seqüência do curioso episódio, o bispo demanda que os mercadores deixem o menino sob sua guarda: “Deixem este menino sob minha guarda e peçam o que desejarem”. Contudo, frente a recusa destes (que argumentam serem responsáveis pelo menino frente seus pais), enuncia “que se não o confiarem a mim [o bispo], vocês jamais retornarão a sua terra. Mas aceitem uma considerável soma de dinheiro¹⁴⁸ [*pecuniam copiosam*] que ofereço e vão sem preocupação, vão em paz”. Não é difícil imaginar o desfecho do episódio: o bispo envia “diversos presentes à sua irmã” por meio dos mercadores, e é também “muito esplêndido em presentes com estes mesmos marinheiros”, que “distinguidos com os presentes do bispo, retornam a sua pátria com grande alegria [*Qui diversa per eos numera mittens sorori, ipsi quoque nautis multa largitus est dona. Ac sic ditati eius muneribus regressi sunt in patriam suam cum gaudio magno*]”¹⁴⁹.

¹⁴⁵ GARCIA MORENO, L. A.. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Cátedra, 1998, p. 268.

¹⁴⁶ Por exemplo, BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Presença, 1999; e GARCÍA MORENO, L. A.. **Historia de España Visigoda...**, 1998.

¹⁴⁷ Optei por aproximar os nomes para sua grafia em português, como fazem para suas respectivas línguas nacionais os autores ingleses e espanhóis. Em latim, *Paulus, Fidelis, Masonae, Innocentius e Renovatus*. GARVIN, J. N. (Ed.). *Vitas Sanctorum...*, 1946.

¹⁴⁸ Sigo aqui a tradução de Garvin: “*a goodly sum of money*”. GARVIN, J. N. (Ed.). *Vitas Sanctorum...*, 1946, p. 170.

¹⁴⁹ GARVIN, J. N. (ed.). *Vitas Sanctorum Patrum...*, 1946, p. 170.

Para qualquer historiador que adote a visão primitivista, tal relato é inconcebível. A presença de mercadores, oriundos de uma região tão distante quanto à Grécia e as menções explícitas a dinheiro desafiam qualquer visão que projete uma imagem de Alta Idade Média pautada pela noção de economia natural.

O choque inicial, contudo, não deve nos empurrar para uma posição modernista. Reconhecer a presença e importância de elementos como comércio e dinheiro não devem implicar em uma transposição das categorias modernas. Ao contrário, devemos investigar os efetivos sentidos que esses termos (e as relações que expressam) adquirem no contexto alto-medieval.

Tal contextualização e redefinição dos termos em questão devem ser alcançadas pela elaboração de um quadro geral de relações que possibilitem a interpretação do relato em termos efetivamente históricos – e, portanto, nem primitivistas, nem modernistas. Contudo, em um nível muito mais simplório, a mera análise dos terminologia latina empregada pelo hagiógrafo e suas traduções contemporâneas é reveladora de transposições implícitas e insidiosas.

Consideremos apenas o termo *pecunia*, traduzido por Garvin¹⁵⁰ como *dinheiro*¹⁵¹. Ora, *pecunia*, não significa nada além de *riqueza*. A etimologia da palavra nos remete a *pecu*, isto é, gado (daí pecuária, tanto em latim quanto em português), imagem da riqueza para a sociedade romana. O termo efetivamente ganha o sentido de dinheiro em alguns contextos, mas seu sentido primário é a idéia de riqueza. A tradução empreendida por Garvin demonstra uma efetiva transposição do sentido contemporâneo para o texto medieval, pois se o dinheiro é a figura mais imediata da riqueza na sociedade capitalista, torna-se por meio da tradução, também uma figura medieval. Contudo, trata-se da única menção na *vita* – em muito suplantada por uma idéia mais geral de riqueza – e jamais especificada. Dessa forma, uma tradução tão específica quanto dinheiro, acaba por limitar as possíveis apreensões do contexto e, implicitamente, apresenta como evidente algo que, ao contrário, deve ser objeto de uma explicação. Disso não decorre, contudo, uma negação de aspecto primitivista acerca da existência do dinheiro na sociedade alto-medieval. O que é negado, portanto, é a equiparação imediata e completa entre o dinheiro medieval e o dinheiro contemporâneo.

No que tange a construção de um quadro geral de relações que seja capaz de posicionar tal relato de forma correta, parece profícuo dirigir nossa atenção para a relação que

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁵¹ Velázquez adota uma posição mais equilibrada e traduz o termo por “*fortuna*”. VELÁZQUEZ, Isabel (Ed.). *Vidas de los santos Padres de Mérida*, Madrid: Editorial Trotta, 2007, p. 74.

parece organizar toda a estrutura do relato. Segundo este, a atividade mercantil é regulada não pelo estabelecimento de uma troca de mercadorias com o bispo, potentado local, mas com troca de presentes – a recepção dos mercadores pelo bispo e os presentes que aqueles lhe enviam.

Da mesma forma, ainda que o oferecimento de riquezas seja utilizado pelo bispo como forma de atingir o objetivo desejado, é revelador que tal oferecimento se dê, primeiramente, em termos mais gerais, inespecíficos (“peçam o que desejarem”) e que a ação do bispo seja efetiva apenas quando o bispo expressa sua ameaça de um retorno impossível à Grécia (dada sua capacidade de intervenção no sagrado). Tal ameaça (e o poder que supõe) é, portanto, o elemento determinante para o aceite da oferta pelos mercadores. Da mesma forma, ao final do relato o que é destacado pelo hagiógrafo são os presentes que o bispo concedeu aos mercadores e a distinção que provocam. As relações efetivamente mercantis, estabelecidas com o bispo ou com qualquer outro, não são mencionadas em nenhum momento do relato, nem como índice do sucesso ou objetivo da viagem. .

Deixemos Mérida por alguns momentos e voltemos nossas atenções para a região do noroeste peninsular, palco dos relatos de Valério do Bierzo. Em meio ao conjunto de hagiografias peninsulares e alto medievais, a obra de Valério do Bierzo é um exemplar *sui generis*. Trata-se, com efeito, de uma “autobiografia”¹⁵², gênero literário pouco usual na Alta Idade Média ibérica. Escrita por Valério de Bierzo – um dado praticamente incontestado¹⁵³ –, sua datação é mais incerta, provavelmente entre 675-681. O autor, tal como é comum dentre os outros santos hagiografados que perfazem o nosso *corpus*, destaca-se como um monge eremita e relaciona-se diretamente com os mosteiros fundados por São Frutuoso.

Dentre os muitos relatos que encontramos na obra de Valério, um caso específico deve atrair nossas atenções por seu caráter sintético e extremamente revelador das formas de intercâmbio do período. Segundo Valério, enquanto habitava o topo de uma montanha,

instrui uma criança de bons pais, e escrevi para ele um pequeno livro especial, e quando seus pais tentaram me dar um pagamento [*cum autem parentes ejus mihi pretium dare niterentur*], eu disse à mãe do menino que ela deveria fazer apenas um manto de pele de cabra¹⁵⁴.

Na sequência do relato, Valério revela que decorridos um ou dois anos, a mulher esqueceu-se de “cumprir sua promessa” e, “preparando-se para celebrar o festival da vindima,

¹⁵² AHERNE, Consuelo Maria. **Valerio of Bierzo**. An ascetic of the Late Visigothic Period. Washington D.C., The Catholic University of America Press, 1949.

¹⁵³ Idem, p. 30.

¹⁵⁴ Idem, p. 118.

essa matrona, de nome Theodora, adoeceu”¹⁵⁵. A hagiografia passa então a narrar os sonhos enfermos da mulher, pois nestes, “foi revelado a ela” que em seu caminho para a igreja de São Félix para orar por saúde acompanhada de seu marido, filhos e filhas, encontrou na estrada um grupo de homens conduzindo um rebanho de bois. Ao encontrá-los, um boi enlouquecido perfurou a matrona sob o ombro com seu único chifre. E ele, sacudindo ferozmente sua cabeça, partiu o chifre na raiz deixando-o preso no corpo da mulher”. O marido de Theodora e os passantes tentaram, sem sucesso, extrair o chifre de seu corpo. Contudo, “enquanto seguravam seu corpo já meio-morto, vindo do espaço aberto e oposto a igreja de São Félix, apareceu um jovem e radiante homem”¹⁵⁶. Tal homem perguntou “como se não soubesse” qual era a causa de tão grande tristeza e inquietação. Quando mostraram a mulher e disseram que não podiam ajudá-la, o homem respondeu:

‘Vocês são muitos e não podem ajudá-la. O que vocês me darão se eu ajudá-la?’ E todos responderam: ‘se você realizar esse ato de piedade, e você pode, porque existe em você um glorioso esplendor de santidade que nada é impossível para você realizar’. Então ele se colocou frente a ela e disse-lhe: ‘Eu não vou ajudá-la de nenhuma forma, a menos que você me dê seu juramento que antes de ir a Bierzo, você fará o manto que você prometeu para o monge Valério’.¹⁵⁷

Imediatamente a mulher jurou que cumpriria sua promessa e apenas com dois dedos o homem retirou o chifre de seu corpo.

E então, colocando sua mão sobre a ferida, ele disse: ‘Veja, você está curada. E se você fizer o que prometeu, você irá ao Bierzo em segurança e retornará de lá em segurança. Mas se você negligenciar isso, pode culpar apenas a si mesma’. Ouvindo isso, ela estava completamente curada de toda dor.¹⁵⁸

Ao raiar do dia, a mulher acorda com grande ansiedade e

imediatamente se levanta da cama e chama suas filhas e serviçais [*ancillas*]¹⁵⁹, e sua habilidade acelerou tanto as coisas que ao terceiro dia estava [o manto] belamente feito e costurado e ela mesma o ofereceu a mim [Valério], com muita deferência na doação. E assim ela me contou como tudo aconteceu¹⁶⁰.

Novamente, é necessário explicitar que, tal como no relato acerca dos mercadores gregos em Mérida, a tradução aqui utilizada é rica em modernismos. Tal insistência não tem como objetivo a caracterização de tais trabalhos como displicentes ou de má qualidade, ao

¹⁵⁵ Idem, p. 118-120.

¹⁵⁶ Idem, p. 120.

¹⁵⁷ Idem, p. 122.

¹⁵⁸ Idem, p. 124.

¹⁵⁹ Aherne traduz *ancilla* por “*handmaids*”. Idem, p. 124.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*.

contrário, trata-se de demonstrar que mesmo trabalhos pioneiros e extremamente úteis, acabam por cair no abismo modernista simplesmente por não estarem cientes do mesmo. O que tentamos demonstrar é apenas como tais incompreensões acabam por limitar o escopo de possibilidades de análises oriundas dessa documentação.

No relato de Valério, a idéia de que o pequeno livro que o monge escreve para o menino é pago (segundo a tradução inglesa, “*to give me a payment*”¹⁶¹) por um manto pressupõe uma lógica mercantil e impessoal, como se a relação entre Valério e os pais do menino estivesse limitada pelo escopo da troca supostamente mercantil. Ao contrário, o relato nos oferece aqui inúmeros elementos para desestabilizar tal interpretação e mesmo tal tradução. Por exemplo, a palavra latina que Aherne traduz como “*payment*” é “*pretium*”¹⁶², cujo sentido primário é “recompensa”¹⁶³. Assim traduzido, o relato acima não indica nenhuma relação de valor direta e imediata entre o livro escrito por Valério e o manto produzido pela matrona, ao contrário, tratam-se de dois objetos que não são, em momento algum, comparados em valor ou utilidade.

Mais uma vez, se consideramos o relato em sua totalidade (e não apenas o momento imediato em que os objetos citados trocam de mãos), encontramos uma lógica social plenamente calcada na troca de presentes. O dom feito pelo santo ao menino (e a seus pais por extensão) – escrever o livro para sua instrução –, ao não ser retribuído por sua mãe – conforme os termos acordados com Valério, isto é, a produção de um manto – implica em uma série de penalidades e de uma relação que se torna extremamente desigual. Assim, ao ter vislumbre de um acidente mortal e efetivamente enferma, Theodora é explicitamente alertada de que precisa retribuir o dom do santo, sob pena de não poder desfrutar da piedade divina. A partir do momento que a troca de presentes se completa, Theodora retoma o seu estatuto anterior, desfrutando daquela proteção.

Contudo, nem todas as referências ao comércio encontradas na documentação podem ser completamente desconstruídas a partir da correção de uma tradução descontextualizada do original latino. O conjunto formado por alguns cânones conciliares é um exemplo especialmente interessante, pois apresenta o comércio de forma bastante direta, uma vez que tem uma função essencialmente normativa. Não se trata, portanto, de negar a existência de qualquer tipo de comércio no alto-medievo ibérico, mas de avaliar que tipo de comércio é

¹⁶¹ Idem, p. 118.

¹⁶² Idem, p. 119.

¹⁶³ Cf. DU CANGE, et al., **Glossarium mediae et infimae latinitatis**, éd. augm., Niort: L. Favre, 1883-1887, t. 6, col. 493c. <http://ducange.enc.sorbonne.fr/PRETIUM>

expresso pela documentação e não, como é regra na historiografia, considerá-lo como imediatamente idêntico à troca capitalista.

Ainda que as atas dos concílios visigóticos e hispanoromanos¹⁶⁴ sejam fontes de natureza bastante diversa das hagiografias, no que tange ao papel que desempenham em nossa pesquisa, suas características são bastante semelhantes. Os registros de trinta e sete concílios eclesiásticos – com participação diversificada da aristocracia laica ao longo do tempo – constituem uma fonte preciosa. A fonte abrange o período desde o Concílio de Elvira (300-306), o primeiro celebrado na *Hispania*, até o último registrado em ata, Toledo XVII (694).

Suas deliberações são diversificadas e legislam sobre o conjunto da vida social. Encontram-se nas atas diversas e extensas deliberações acerca da gestão do patrimônio eclesiástico, inclusive considerações sobre doações e presentes, normatizações referentes à liturgia e a resolução de conflitos e choques entre os poderosos do reino, característica indelével do explícito caráter estritamente pessoal das relações sociais na Idade Média. Dessa forma, os concílios não apenas destacam-se como o momento privilegiado para a resolução de conflitos entre seus participantes, mas veiculam, na descrição desses conflitos, outras figurações da aristocracia acerca da sociedade.

O cânone XIX do Concílio de Elvira (300-306), intitulado “Dos clérigos que se dedicam ao comércio e recorrem ao mercado [*nundinas*]¹⁶⁵” determina o seguinte:

Que os bispos, presbíteros e diáconos não negociem fora de seus lugares, nem andem de província em província em busca de grandes benefícios [*nec circumeuntes provintias quaestiosas mundinas*]¹⁶⁶ sectentur]. Verdadeiramente, para buscarem o sustento necessário enviem a seu filho, liberto, empregado [*mercennarium*], amigo ou qualquer outro. E se quiserem se dedicar ao comércio, que seja dentro da província [*et si voluerint negotiari, intra provinciam negotientur*].¹⁶⁷

Por sua vez, com objetivos semelhantes (e provavelmente fazendo referência ao cânone anterior), o cânone II do Concílio de Tarragona (516), intitulado “Que aos clérigos não se permita comprar a um preço baixo para vender mais caro [*Ut clerici emendi vilis vel vendendi carius non permittantur*]” decide que “Segundo estabelecem os cânones, qualquer

¹⁶⁴ VIVES, José (Ed.). **Concílios Visigóticos e Hispano-romanos**, Madrid, CSIC, 1963.

¹⁶⁵ Mercado [*nundinas*] tem aqui o sentido de “dia do mercado” ou “feira”, e não de esfera impessoal onde se realizam as trocas. Ainda que a tradução do termo, mais uma vez, adote uma palavra com conotação moderna, parece desnecessário enfatizar essa questão novamente. Cf. DU CANGE, et al., **Glossarium mediae et infimae latinitatis, éd. augm.**, Niort: L. Favre, 1883-1887, t. 5, col. 624b. Disponível online em: <http://ducange.enc.sorbonne.fr/NUNDINAE>

¹⁶⁶ A variação (*nundinas* e *mundinas*) ocorre na edição utilizada: VIVES, José (Ed.). **Concílios Visigóticos e Hispano-romanos**, Madrid, CSIC, 1963.

¹⁶⁷ Idem, p. 5.

um que queria permanecer no clero, não se dedique a compra a preço baixo para vender mais caro. E se quiser se dedicar verdadeiramente a tal, seja expulso do clero”¹⁶⁸.

As referências que mencionam eclesiásticos desempenhando atividades caracterizadas como comerciais poderiam ser multiplicadas. Contudo, os dois exemplares acima são suficientes para estabelecer o problema e uma proposta de enquadramento no complexo de relações que estamos delineando.

O primeiro aspecto que deve atrair nossa atenção é a especificidade do termo latino, *nundinas* – isto é, dia do comércio, dia da feira – em oposição à generalidade do termo *comércio*. Enquanto o primeiro denota uma situação específica, o segundo faz referência à uma esfera abstrata, impessoal, onde ocorrem as trocas de mercadorias. Conforme a análise empreendida na Seção 2 demonstrou, se o esforço de caracterização das mercadorias deve enfatizar, primordialmente, sua especificidade histórica, aparece como abusiva sua extensão para um contexto tão diverso quanto o alto-medieval (ou o pré-capitalismo em geral).

Estabelecido tal problema, duas soluções são possíveis: por um lado, seccionar o binômio comércio/mercadoria – vinculação extremamente orgânica com a qual trabalhos até esse momento – e estabelecer que embora mercadoria não seja um conceito operacional para o pré-capitalismo, comércio o é. Ou seja, trata-se de ignorar os íntimos vínculos que unem tal binômio – pois, efetivamente, um é definido em relação ao outro: mercadoria é a forma historicamente específica do objeto que circula através do comércio; comércio é a forma do intercâmbio através do qual circulam as mercadorias. Contudo, tal equívoco poderia ser encoberto, à maneira de Alain Guerreau¹⁶⁹, pela substituição da palavra comércio por algum termo em latim, por exemplo, *negotium*¹⁷⁰.

Por outro lado, se desejamos fugir das falsas soluções, outro caminho se apresenta: é possível, em um só movimento, reconhecer e enfatizar a especificidade histórica do conceito de comércio (em sua íntima vinculação com o conceito de mercadoria) e, com pequenas adaptações, salvaguardar sua extensão para contextos pré-capitalistas, como a Alta Idade Média. Pois se toda história é, forçosamente, retrospectiva, não é mera casualidade que as

¹⁶⁸ Idem, p. 35.

¹⁶⁹ GUERREAU, Alain. **L'Avenir d'un passé incertain**. Quelle histoire du Moyen Âge au xxi^e siècle?, Paris: Le Seuil, 2001.

¹⁷⁰ Deve ser evidente que tal expediente não é, em nenhum aspecto, uma solução efetiva. A transposição de um instrumental teórico moderno para termos coevos às fontes não tem nenhuma relação necessária com uma explicação. Ao contrário, trata-se apenas de um recuo estratégico, pois se fica demonstrado que a terminologia moderna não é inocente, isto é, que por trás de sua suposta obviedade, sua pureza virginal que tudo revelaria, escondem-se pressupostos e definições implícitas, recorre-se à terminologia medieval que se não é pura, certamente é sacra. Afastando toda a problemática teórica com um gesto displicente, recorreríamos ao termo *negotium* para louvar sua multiplicidade de sentidos no léxico medieval e, ao mesmo tempo, o trataríamos como um mero sinônimo de comércio.

relações que ora analisamos tenham sido identificadas pela historiografia como relações *comerciais*, muito embora não o sejam completamente. Tal movimento apenas reconhece que essas relações pré-capitalistas existiram como embrião a partir do qual emergiram relações capitalistas¹⁷¹. Ainda que o “comércio pré-capitalista” não possa ser, jamais, completamente identificado com o comércio (capitalista), não é possível ignorar a vinculação histórica que faz o primeiro aparecer como condição de possibilidade para a emergência do segundo.

O seccionamento do binômio comércio/mercadoria não é, aqui, mero golpe de força, ocultação intelectual, mas o reconhecimento que tal vinculação (que se apresenta como extremamente orgânica) é, de fato, produto da história, e não do sagrado. Tal proposição defende que antes da vinculação entre comércio e mercadoria ocorrer, era possível distinguir um “comércio pré-capitalista” como a forma de circulação não de mercadorias, mas de meros objetos¹⁷².

Especificar que a forma do intercâmbio pré-capitalista que a historiografia denomina como comércio é, na verdade, “comércio pré-capitalista” significa, por um lado, reconhecer a história como procedimento retrospectivo – o qual, necessariamente, figura relações e práticas do passado a partir do presente – e, por outro lado, enfatizar que tal identidade é real a partir de uma lógica histórica de desenvolvimento e emergência. Dessa forma, tal procedimento analítico é capaz de reconhecer os vínculos entre duas relações historicamente específicas e afirmar sua diversidade. O que está em questão, portanto, é a análise das relações historicamente específicas que se articulam em torno da forma de intercâmbio que denominamos como “comércio pré-capitalista”.

Observar então a articulação do comércio pré-capitalista com o sistema de relações expresso pela troca de presentes e as especificidades deste último no alto-medieval ibérico pode ser um caminho profícuo para, através do contraste, desvelar a especificidade do comércio pré-capitalista.

Consideremos então, inicialmente, tal articulação entre o comércio pré-capitalista e a troca de presentes. É importante ressaltar que, em parte, tal análise já foi empreendida nas considerações acima. Não podemos ignorar que toda a análise das referências ao comércio

¹⁷¹ Uma possível resposta para o problema das “formas antediluvianas” que encontramos na obra marxiana.

¹⁷² Parece-nos que tal formulação é capaz de detalhar um procedimento que é apenas indicado por Marx nos Grundrisse: “Os preços são antigos; a troca também; mas a crescente determinação dos primeiros pelos custos de produção, assim como a predominância da última sobre todas as relações de produção, só se desenvolvem plenamente, e continuam a desenvolver-se cada vez mais completamente, na sociedade burguesa, a sociedade da livre concorrência. Aquilo que Adam Smith, em autêntico estilo do século XVIII, põe no período pré-histórico, no período que antecede a história, é pelo contrário um produto da história”. MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 104.

pré-capitalista, em maior ou menor medida, se revelou também como a análise de relações que existem no quadro da troca de presentes.

A relação que os mercadores gregos desenvolvem com o bispo Paulo de Mérida, conforme a análise precedente indicou, não ocorre a partir de uma lógica mercantil, mas está plenamente inserida na lógica da troca de presentes. No início do relato, não é a atividade comercial que estabelece a relação entre o bispo e os mercadores, mas a troca de presentes: os mercadores “buscaram a presença do bispo, segundo o costume” e foram “graciosamente recebidos por este”. Após retornarem ao local onde se hospedavam, “enviaram a ele [o bispo] no dia seguinte um pequeno presente como símbolo de sua gratidão”¹⁷³. Ora, as duas partes desempenham papéis plenamente congruentes com a lógica do dom: no primeiro movimento, a atitude dos mercadores em buscar a presença do bispo (dom) é respondida pela graciosidade do bispo ao recebê-los (contra-dom); no segundo movimento, tal graciosidade é reciprocada com os presentes que os mercadores enviam ao bispo.

Nesse momento, contudo, tal roteiro é bruscamente interrompido em prol da afirmação da superioridade da posição do bispo. Ao reconhecer seu sobrinho, tem início um novo circuito do dom: o bispo, de forma bastante explícita, vincula a cessão do menino (dom) e sua retribuição (contra-dom) - “Deixem este menino sob minha guarda e peçam o que desejarem”¹⁷⁴. A recusa dos mercadores, um ato extremamente violento em qualquer relação que se dê no quadro da troca de presentes – ao contrário do que ocorre na troca mercantil –, é, mais uma vez, respondida com a afirmação do poder superior do bispo. Poder que se expressa, por um lado, em sua capacidade de intervenção no sagrado – “saibam que se não o confiarem a mim, vocês jamais retornarão a sua terra” – e, na sequência imediata, novamente nos termos do dom – “Mas aceitem uma considerável fortuna¹⁷⁵ que ofereço e vão sem preocupação, vão em paz” (contra-dom).

Incapazes de recusar o dom oferecido pelo bispo (agora acrescido da garantia de um retorno seguro à sua pátria), o desfecho do relato permanece no mesmo quadro anteriormente estabelecido. Tal interpretação é reforçada se atentamos para os termos utilizados pelo hagiógrafo: “enviando vários *presentes* a sua irmã por meio deles [os mercadores], foi também muito esplêndido em *presentes* com estes mesmos marinheiros [*Qui diversa per eos numera mittens sorori, ipsis quoque nautis multa largitus est dona*]”¹⁷⁶.

¹⁷³ GARVIN, J. N. (Ed.). *Vitas Sanctorum...*, 1946, p. 168-169.

¹⁷⁴ Idem, p. 170-171.

¹⁷⁵ Idem, ibidem. Sigo aqui a tradução de Velázquez: “*una copiosa fortuna*”. VELÁZQUEZ, Isabel (Ed.). **Vidas de los santos...**, 2007, p. 74.

¹⁷⁶ GARVIN, J. N. (Ed.). *Vitas Sanctorum...*, 1946, p. 170. Grifos nossos.

O caso relatado por Valério do Bierzo, por sua vez, no decorrer de sua análise anterior e desveladas as aparências que envolviam o momento específico em que os objetos mudam de mãos, revelou-se completamente diverso da troca comercial e plenamente inserido na troca de presentes, pois toda a estrutura narrativa do caso funda-se na falta de retribuição (prometida) ao dom feito pelo santo (o livro que foi escrito para o filho de Theodora) e os percalços e alertas que daí decorrem. Uma vez completo o circuito da troca de presentes, isto é, efetivado o contra-dom (com a entrega do manto prometido a Valério), a relação retorna ao seu patamar anterior e cessam as sanções.

Por outro lado, as duas deliberações conciliares analisadas não podem ser imediatamente enquadradas na lógica do dom, mas revelam as especificidades do comércio pré-capitalista. A normatização pretendida tem dois objetivos: por um lado, definir o escopo de ação no qual é permitido aos eclesiásticos o recurso ao mercado (aqui, sempre no sentido de local físico: mercado local, feira etc., em oposição à esfera impessoal e abstrata onde ocorrem as trocas de mercadorias). No primeiro cânone, do Concílio de Elvira (300-306), encontramos uma determinação bastante flexível, pois os eclesiásticos não apenas podem recorrer ao mercado “para buscar o sustento necessário [*Sane ad victum sibi conquirendum*]”¹⁷⁷, como, se desejarem se dedicar ao comércio [*negotiari*], podem fazê-lo, desde que no interior da província.

Ao comparar tal cânone com o citado cânone II do Concílio de Tarragona (516), portanto, dois séculos posterior em relação ao primeiro, encontramos uma transformação sensível nas determinações conciliares, pois a participação em tais práticas comerciais é explicitamente proibida aos eclesiásticos, sob pena de expulsão do clero.

Ora, tal comparação revela, em primeiro lugar, uma transformação efetiva desde o domínio romano na península até o estabelecimento dos visigodos; e, em segundo lugar, a progressiva redução do papel da forma de intercâmbio comercial em prol de sua alternativa principal, nomeadamente, a troca de presentes. Tal transformação na relevância comparativa de cada forma é expressa, por exemplo, no crescente número de determinações conciliares que buscam a normatização das doações, heranças e manumissões, formas clássicas da troca de presentes. Dentre essas, podemos citar o cânone VII do Concílio de Braga (561) – “Dos bens da Igreja. Dos bens eclesiásticos, como devem ser divididos” – acerca da correta repartição das doações que são entregues às igrejas¹⁷⁸; o cânone III do Terceiro Concílio de

¹⁷⁷ VIVES, José (Ed.). Concílios Visigóticos..., 1963, p. 5.

¹⁷⁸ Segundo o cânone, “os bens eclesiásticos [se dividem] em três partes: uma para o bispo, outra para os clérigos, e a terceira para a restauração ou iluminação da igreja”. Idem. p. 72.

Toledo (589) – “Que nada se aliene das coisas da igreja sem necessidade”¹⁷⁹, em que se indicam as situações específicas em que é permitido doar posses da igreja, “respeitando os direitos da igreja”¹⁸⁰; o cânone VI do mesmo Concílio – “Que o servo da igreja manumitido pelo bispo nunca se afaste do patrocínio da Igreja, e os que os libertos de outros sejam defendidos pelo bispo”¹⁸¹; ou o cânone LXXII do Quarto Concílio de Toledo (633) – “Dos libertos encomendados ao patrocínio da igreja”¹⁸² – o qual versa sobre a “proteção” que os bispos devem desempenhar em relação aos libertos sob o patrocínio da igreja.

Tal como argumentamos antes, não se trata de registrar todos os inúmeros cânones que testemunham a crescente normatização eclesiástica da troca de presentes como forma de intercâmbio alto-medieval e, portanto, evidenciam a sua também crescente importância. Ao contrário, nosso objetivo é delinear uma dinâmica geral que se encontra plenamente fundamentada na análise do testemunho documental.

Soma-se a isso a posição relativa que tais formas de intercâmbio assumem na legislação régia visigótica. Assim, tomando como exemplo o Livro V do *Forum Iudicum* - "*De Transactionibus* [Sobre as transações/acordos]"¹⁸³, dos sete títulos que compõem o livro em questão quatro legislam acerca de relações que envolvem diretamente a troca de presentes – Títulos I (“Assuntos eclesiásticos”), Título II (“Das doações em geral”), Título III (“Das doações dos patronos”) e Título VIII (“Da libertação e dos libertos”) –, e apenas três – Título IV (“Sobre trocas e vendas”), Título V (“Da responsabilidade sobre a propriedade alheia e empréstimos”) e Título VII (“Das garantias e dívidas”) – versam sobre relações que poderíamos caracterizar como parte do complexo que articula o comércio pré-capitalista.

Também na legislação régia, tal como nas atas conciliares, toda a variedade de questões relacionadas às formas do intercâmbio pressupõem e indicam frequentemente considerações sobre os estatutos dos agentes envolvidos nas relações e, em especial, a preocupação de vincular tais agentes através de relações de dependência. Contudo, tendo em vista os níveis de nossa análise, só teremos oportunidade de considerar os sentidos de tais elementos no próximo capítulo (III).

¹⁷⁹ Idem, p. 125-126.

¹⁸⁰ Idem, p. 126.

¹⁸¹ Idem, p. 127.

¹⁸² Idem, p. 216.

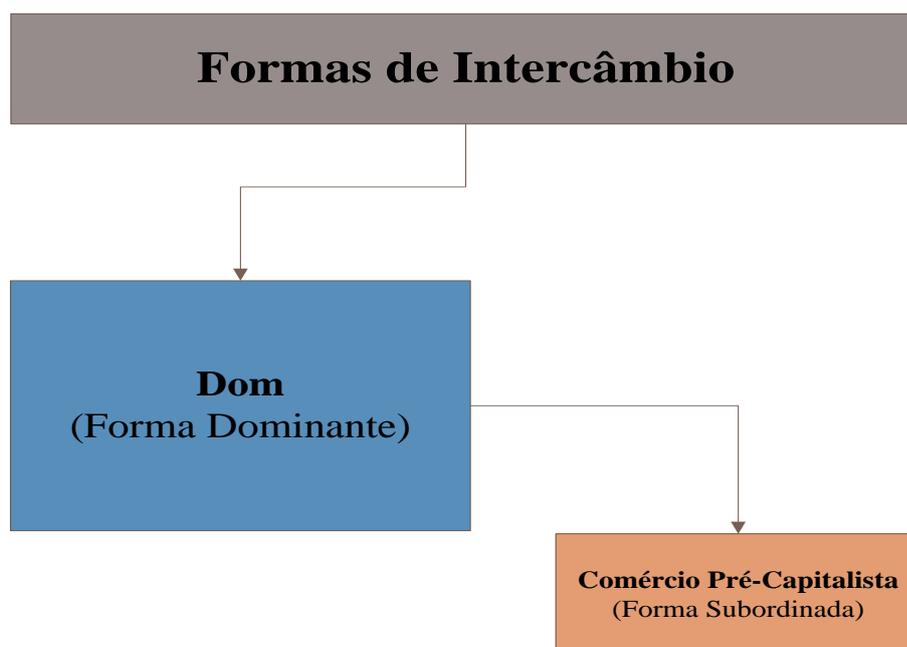
¹⁸³ ZEUMER, K., & WERMINGHOFF, A.. *Leges Visigothorum*. Hannoverae et Lipsiae, Impensis Bibliopolii Hahniani, 1902, p. 351.

4. Modelos reelaborados e interpretação geral.

O presente capítulo elencou dois objetivos centrais: a) uma caracterização rigorosa das principais formas de intercâmbio do alto-medievo ibérico – dom e comércio pré-capitalista; b) a articulação de tais formas em um quadro geral das formas de intercâmbio alto-medievais. A elaboração de um novo modelo das formas de intercâmbio do alto-medievo ibérico é capaz de sintetizar os resultados da análise precedente e, ao mesmo, explicitar as questões que permanecem abertas e devem ser perseguidas no próximo capítulo. Tal Modelo (2) é fruto da reelaboração do Modelo (1) após seu confronto com a análise documental específica do contexto que constitui nosso objeto, o alto-medievo ibérico. Assim, no Modelo (2) alguns elementos são alterados ou corrigidos, enquanto outros são aprofundados em relação ao Modelo (1).

De acordo com o Modelo (2), o *dom* aparece como a forma de intercâmbio *dominante*, e o *comércio pré-capitalista* como a forma de intercâmbio *subordinada*. O dom é caracterizado primordialmente por seu caráter conflituoso e existe aqui como forma da dominação ou modo de afirmação do poder do agente superior na relação. O comércio pré-capitalista é caracterizado por sua especificidade histórica em relação ao comércio (capitalista), tendo como aspecto central não ser a forma de circulação de mercadorias, mas de meros objetos. Dom e comércio pré-capitalista se articulam como forma dominante e subordinada pois o primeiro fornece o quadro de relações a partir do qual o segundo se desenvolve. Conforme a análise precedente demonstrou, em casos diversos o dom se manifesta através de relações mercantis pré-capitalistas, mas a análise da totalidade das relações envolvidas é capaz de desvelar o caráter de troca de presentes que subjaz a tais relações. Quando o comércio pré-capitalista não é passível de imediata identificação (ainda que essa seja alcançada apenas através da análise da relação em questão) com o dom, o primeiro ainda depende do segundo como estrutura geral da relação em que se desenvolve. Desta forma, aparece em oposição (e, portanto, em relação) ao dom e, como tal, é extensamente normatizado.

Figura 3 – Formas do Intercâmbio Medieval – Modelo 2.



A Figura 3 expressa tal articulação ao localizar o comércio pré-capitalista como forma de intercâmbio necessariamente *em relação* ao dom. Dessa forma, o comércio pré-capitalista não apenas é forma subordinada do intercâmbio alto-medieval, mas forma subordinada do próprio dom. É possível então retomar o sentido de complementaridade entre o dom e o comércio expresso por Gregory como uma efetiva complementaridade *desigual* – pois o desenvolvimento da troca de presentes não depende do desenvolvimento do comércio pré-capitalista, enquanto não é possível existir comércio pré-capitalista que não esteja em relação à troca de presentes – entre as formas de intercâmbio alto-medieval.

O Modelo proposto, portanto, é capaz de oferecer um quadro geral de articulação das principais formas de intercâmbio do alto-medieval ibérico e, ao mesmo tempo, caracteriza cada uma das formas analisadas através de uma consideração dupla: por um lado, o devido desenvolvimento teórico e, por outro lado, a apreciação das evidências documentais.

O desenvolvimento de tal modelo deve ser, portanto, vertical, orientando pelo aprofundamento da análise de seus pressupostos e condições de possibilidades, tarefa que nos espera no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA PESSOAL E ESTRUTURA SOCIAL.

“A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma a sua conexão social. Essa conexão social é expressa no *valor de troca* [...]. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso”.

Karl Marx¹

1. Introdução.

No capítulo anterior (II), avançamos uma análise das principais formas de intercâmbio da Península Ibérica Alto-Medieval: troca de presentes e comércio. Tal análise demonstrou que a primeira existe como forma dominante, e a segunda como forma subordinada. Acerca da natureza dessas formas de intercâmbio, acentuamos que ambas se realizam no domínio do empírico, sendo, portanto, formas de manifestação (aparência²) de uma essência determinada (uma estrutura ou a interação de um conjunto de estruturas)³. Assim, a organização dos capítulos desta dissertação, implicitamente, avança uma proposição metodológica: partimos de uma análise das relações investigadas tal como elas se apresentam empiricamente (capítulos I e II) e, progressivamente, aprofundamos a apreensão de nosso objeto (capítulo III), tentando desvelar as dinâmicas estruturais que podem, em um novo movimento analítico, iluminar as relações que se apresentam de forma mais imediata. Dessa forma, cada movimento em direção ao nível mais profundo deve, no mesmo movimento, adicionar elementos à análise do nível anterior.

¹ MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 105.

² Em *O Capital*, Marx discute e analisa amplamente como as aparências não são ilusões, mas formas de manifestação determinadas e relacionadas com a essência de um fenômeno. Por exemplo, na análise do fetichismo da mercadoria, uma aparência, Marx não está lidando com um engano, um erro dos indivíduos submetidos ao modo de produção capitalista. Ao contrário, o fetiche é *real*, é um fenômeno socialmente necessário nesse modo de produção: “para os últimos [os produtores], as relações sociais entre os seus trabalhos privados *aparecem de acordo com o que realmente são*, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos” (MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 95) [grifos nossos]. Cf. ainda Patrick Murray, que discute a dialética essência e aparência em Hegel e Marx em contraposição à Economia Política Clássica (MURRAY, Patrick. **Marx's Theory of Scientific Knowledge**. Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1988).

³ Trata-se aqui de vincular dois enquadramentos do real. Por um lado, a dialética da essência e aparência (Marx) e, por outro lado, a divisão da realidade nos níveis do *empírico*, *efetivo* e *real* (Realismo Crítico).

O presente capítulo apresenta, portanto, uma efetiva mudança de nível da análise, e almeja um primeiro enquadramento estrutural das relações que analisamos anteriormente em sua forma fenomênica. Contudo, para explicitar os objetivos centrais do movimento que agora efetivamos, devemos recuperar o sentido do percurso que empreendemos até aqui.

A revisão crítica da historiografia que apresentamos no capítulo I é o nível mais fenomênico, mais aparente, ao qual temos acesso. Trata-se, portanto, de explicitar que a realidade medieval não é plenamente acessível a nosso escrutínio, que nossas análises sobre o passado são sempre mediadas e determinadas por um conjunto de relações contemporâneas que envolvem também o conjunto disponível de análises e figurações sobre este passado. Nesse sentido, um dos objetivos do capítulo I foi identificar as principais linhas de análise da sociedade alto-medieval em geral, e das suas formas de intercâmbio em específico.

No capítulo II, empreendemos uma análise que pretendeu evitar os limites e equívocos identificados no capítulo I, além de tomar como ponto de partida teórico as conclusões ali evidenciadas (principalmente em sua última seção). De acordo com esta organização da análise, ambos os capítulos restringiam-se ao domínio do empírico, mas é necessário explicitar também a diferença que essa caracterização assume para o capítulo II e a relação desse com o capítulo I.

Por um lado, tal caracterização explicita os limites da análise que empreendemos naquele nível. Pois a nossa apreensão das formas de intercâmbio medieval é limitada pelas apreensões dos sujeitos medievais. Tal restrição é ainda mais sensível se considerarmos que são reduzidas tanto em número quanto em diversidade as efetivas apreensões às quais temos acesso, já que apenas um ínfimo número sofreu um processo de materialização documental e um número ainda menor sobreviveu à ação inclemente do tempo. Assim, não apenas estamos limitados a analisar nossos objetos mediados pelas apreensões dos sujeitos medievais, como também pelo pequeno número desses sujeitos que refletiram sobre esses e descreveram sua existência nos vestígios documentais que o passado nos legou. Em meio a esse quadro quase desesperador, é compreensível a posição dos medievalistas que travestem de análises históricas produtos acadêmicos que não passam de descrições ou atualizações desses vestígios.

Por outro lado, é essa mesma caracterização que revela suas possibilidades de análise. Pois, o que aparece como termo central nos limites acima descritos é a nossa ineliminável circunscrição temporal, a qual, se abandonamos o empiricismo inocente que orienta inúmeros

medievalistas⁴, revela-se como um “ponto de vantagem” que, ao fim e ao cabo, demonstra a própria possibilidade do ofício do historiador.

Assim, analisar as formas de manifestação de uma relação qualquer, apreensível e apreendida pelos sujeitos contemporâneos, não significa limitar a investigação à mera paráfrase das fontes, pois é justamente esta circunscrição temporal que diferencia qualitativamente a análise empírica que fazemos hoje daquela apreensão que os sujeitos do passado realizaram. Dessa forma, é porque a nossa apreensão destes objetos também é determinada por um conjunto de relações e estruturas que nos são contemporâneas, que podemos enquadrar as figurações medievais em análises interditas para aqueles sujeitos.

Deve-se notar, portanto, que tal diferença qualitativa torna não apenas redutora, mas também impossível, a investigação histórica que pretende fazer uso apenas do instrumental teórico coevo ao seu objeto. Pois não é possível despirmos nossos cérebros de toda contemporaneidade e observar as relações medievais tal como elas apareciam para aqueles sujeitos. O medievalismo contemporâneo atesta, em um só movimento, a sua irrelevância e inocência epistemológica ao pensar que produz apenas atualizações das figurações medievais, mas ignora que nem isso é capaz de realizar.

Estabelecida a diversidade necessária e determinada entre as apreensões contemporâneas e pretéritas acerca das relações aqui analisadas, trata-se de demonstrar a maior eficácia explanatória de uma em relação à outra. Recorremos, então, às indicações metodológicas de Karl Marx, assim sintetizadas:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida.⁵

Assim, ainda que a análise empreendida no capítulo II tenha seus limites no domínio do empírico, essa não se confunde com as apreensões medievais dos fenômenos analisados. Ao contrário, distingue-se qualitativamente, dada a nossa inescapável circunscrição temporal

⁴ Para uma crítica detida desse empiricismo da atual medievalística, cf. BASTOS, Mário Jorge da Motta; PACHÁ, Paulo Henrique de C.. **Por uma negação afirmativa do ofício do Medievalista!**, 2011. Trabalho apresentado no *IX Encontro Internacional dos Estudos Medievais: O ofício do medievalista*, Cuiabá, 2011.

⁵ MARX, Karl. **Grundrisse...**, 2011, p. 58.

e a sua superioridade explanatória, já que parte necessariamente das formas contemporâneas, mais desenvolvidas. O único caminho que se apresenta para a análise científica do passado, portanto, é assumir e explicitar o caráter retrospectivo da história como seu principal elemento metodológico.

Dessa forma, a análise estrutural que objetivamos nesse capítulo parte tanto de apreensões do empírico – analisado no capítulo anterior e o único meio de que dispomos para acessar a realidade medieval, ainda que não se limite a essas – quanto de uma consideração inicial das relações contemporâneas. Difere do capítulo anterior por apresentar outro enquadramento do problema, qual seja, pensar que essas relações (cuja análise pode ser mais ou menos parcial) sejam a expressão de estruturas generativas (ou, no vocabulário marxista, formas de expressão de uma essência⁶). No presente momento, trata-se de considerar que a realidade histórica sobre a qual nos debruçamos existe como uma realidade estruturada em níveis, que podemos dividir à maneira do Realismo Crítico (e, claro, esquematicamente), do mais superficial ao mais profundo, em *empírico, efetivo e real*⁷.

Tendo em vista que o objetivo geral a orientar o presente capítulo é o desvelamento das relações de dependência pessoal como as relações sociais fundamentais do alto-medievo ibérico, trata-se não apenas de atestar a sua importância para a organização dessa sociedade⁸, mas, além disso, sua efetividade como quadro geral no qual existem as outras relações sociais. Assim, trata-se de explicitar como as relações que não são, imediatamente, de dependência pessoal, de fato, podem existir apenas neste quadro.

Para atingir este objetivo, devemos ser capazes de demonstrar, nas páginas seguintes, 1) a *centralidade* das relações de dependência pessoal, isto é, estabelecê-las como as relações sociais fundamentais do Alto-Medievo Ibérico; 2) sua *historicidade*, investigar sua emergência e desenvolvimento no contexto do próprio desenvolvimento da transição do mundo antigo à Idade Média, e, em termos conceituais, sua dissolução como pressuposto para a emergência do capitalismo; 3) seu *caráter estrutural*, o qual existe como conteúdo que se manifesta em formas diversas; e, por fim, 4) sua *realidade* como objeto do conhecimento histórico.

⁶ Para ampla discussão acerca das relações entre essência e aparência no pensamento marxiano, cf. MURRAY, Patrick. **Marx's Theory of Scientific Knowledge...**, 1988.

⁷ Tal procedimento foi analisado mais detidamente na última seção 1.4 do Capítulo I da presente dissertação. Para a proposição original, cf. BHASKAR, Roy. **A Realist Theory of Science**. London: Verso, 1997, p. 13.

⁸ Como fazem, de forma muito hábil, autores como BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. **La formación del feudalismo en la Península Ibérica**. Barcelona, Editorial Crítica, 1986; BERNARDO, João. **Poder e Dinheiro**. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Parte I, Porto, Afrontamento, 1995; e, em menor medida, GARCÍA MORENO, L. A.. **Historia de España Visigoda**, Madrid, Cátedra, 1998.

Tais objetivos não se organizam de forma linear, mas se relacionam dialeticamente e serão desenvolvidos em um mesmo movimento. Prosseguimos, portanto, em nossa investigação, com uma caracterização do estatuto da força de trabalho sob o capitalismo. As análises que seguem encontram aqui, contudo, não apenas um limite, mas também suas condições de possibilidade: é apenas porque caracterizamos o estatuto da força de trabalho sob o capitalismo que, retroativamente, somos capazes de focar o estatuto da força de trabalho no medievo.

Por fim, tal “entrada” na realidade medieval – a força de trabalho – não é arbitrária, mas demonstrá-la neste momento da exposição seria adiantar resultados que ainda não foram estabelecidos. Em linhas gerais, tal percurso encontra seus fundamentos nas questões discutidas na última seção do capítulo I. De forma específica, os resultados do presente capítulo almejam uma justificativa deste ponto de partida e das conclusões do capítulo I.

2. Relações de Produção Capitalistas: força de trabalho.

Dado o acima exposto, nossa primeira tarefa é caracterizar a força de trabalho no capitalismo. Só então podemos proceder, de forma retroativa e caracterizar nosso objeto, a força de trabalho no pré-capitalismo. Para considerar essas questões, seguimos as análises de Marx – especialmente em *O Capital*⁹.

Segundo o pensador alemão, no processo de transformação do dinheiro em capital, é necessário que o possuidor do dinheiro encontre, no mercado, o trabalhador livre – em dois sentidos, quais sejam: “o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender”¹⁰. Em outra passagem, Marx pontua que a esfera da circulação aparece como é, um

verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria – a força de trabalho – por exemplo, são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas iguais, juridicamente iguais. [...] Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois cada um só cuida de si mesmo.¹¹

⁹ MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 199.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 206.

É importante destacar, contudo, que tal caracterização encontra-se num elevado nível de abstração, orientada para as formas de manifestação do fenômeno – a aparência. Em outros momentos da obra de Marx encontramos considerações que decorrem diretamente desta primeira aproximação mas que, em seu desenvolvimento, desvelam o véu da aparência e demonstram como estas são as formas de manifestação socialmente necessárias de relações causais outras, mais profundas.

Assim, englobando e superando as análises da economia política clássica, Marx demonstra como o reino da liberdade, igualdade, propriedade e Bentham, isto é, o reino da pura individualidade, deve, ao contrário, ser caracterizado pela dependência multilateral dos produtores entre si. Segundo o autor, “a produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros”¹². Que o mercado, ou mais propriamente o valor, seja a forma de efetivar esta dependência generalizada, portanto uma efetivação estranhada, não faz decorrer daí qualquer independência, muito embora essa seja constituinte das formas de manifestação desse processo, portanto, real em determinado aspecto.

3. Relações de Produção Alto-medievais: as relações de dependência pessoal.

Na seção anterior estabelecemos, seguindo a análise de Marx, que um pressuposto fundamental para a emergência do modo de produção capitalista é a “a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção”¹³. Na seção que agora iniciamos, trata-se de aplicar a metodologia desenvolvida pelo Realismo Crítico e *retroduzir* as condições de possibilidade das “relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção”¹⁴, isto é, da força de trabalho alto-medieval.

Ou seja, até aqui acompanhamos Marx e caracterizamos a força de trabalho sob o capitalismo. A partir da análise (teórica) de suas características e dinâmicas centrais, verificamos que o pensador alemão foi capaz de estabelecer as suas condições de possibilidade – portanto, de avançar proposições sobre a emergência do próprio modo de produção capitalista – e, no mesmo movimento, de caracterizar em linhas muito gerais a força de trabalho medieval. No atual momento da análise, trata-se de desenvolver essa

¹² MARX, Karl. *Grundrisse...*, p. 104.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 104.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 104.

caracterização com uma investigação que possa remodelar a análise conceitual através de sua interação dialética com a documentação do período em questão. O método ao qual recorreremos permanece sendo a retrodução e, se antes a questão era como deveria ser a força de trabalho sob o capitalismo, trata-se agora de perguntar como deve ser a força de trabalho que foi transformada na transição do medievo ao capitalismo, cujas relações foram dissolvidas nesse processo. Assim, a demanda que devemos atender nesse momento é a caracterização da força de trabalho alto-medieval e ibérica, tendo como ponto de partida o seu processo de dissolução estabelecido anteriormente. Por mais que tal percurso analítico possa causar surpresa, trata-se de uma forma rigorosamente científica e congruente com os elementos que avançamos até aqui.

A caracterização que empreendemos na sequência é uma primeira aproximação, abstrata e calcada no aspecto retrospectivo que enunciamos acima. No decorrer da seção, tal caracterização deverá ser rompida e remodelada “do ponto de vista da crítica que a investigação empírica ulterior suscita”¹⁵. Assim, as relações de dependência pessoal (RDP) são *desiguais*, articulam um pólo superior e outro inferior; *pessoais*, pois estabelecem um vínculo de homem a homem; *hereditárias*, ainda que tendencialmente; *amplas*, posto que dispõem de uma dinâmica interna expansiva; *estruturantes*, sendo as relações mais básicas que servem de modelo para outras; e *sintéticas*, já que emergem de uma síntese histórica de outras relações. A análise de cada um destes elementos deverá tornar postos os pressupostos, isto é, concretizá-los.

I. Historicidade.

Demonstrar a historicidade das RDP, isto é, investigar sua emergência e desenvolvimento no contexto do próprio desenvolvimento da transição do mundo antigo à Idade Média, e, em termos conceituais, sua dissolução como pressuposto para a emergência do capitalismo implica uma análise que se debruça sobre duas dinâmicas completamente diversas. Se a análise da segunda dinâmica – a dissolução das RDP como pressuposto para a emergência do capitalismo – é aqui empreendida apenas de maneira teórica (e constitui nosso efetivo ponto de partida da análise), a primeira dinâmica deve retomar aqui, ainda que com uma brevidade abusiva, uma análise de determinados aspectos da transição da antiguidade ao medievo.

¹⁵ THOMPSON, E. P.. An open letter to Leszek Kolakowski. IN: Idem, **The poverty of theory and other essays**. New York: Monthly Review Press, 2008, p. 139.

No decorrer do Capítulo I, tivemos oportunidade de analisar e criticar uma série de abordagens acerca da referida transição, e os resultados daquela avaliação constituem nosso primeiro passo na análise que agora empreendemos. Se a desagregação da estrutura imperial romana teve consequências diversas e seu impacto não pode ser jamais ignorado, não se trata de apresentar tal processo nem como uma transformação catastrófica, nem como meros episódios que possam ser circunscritos na travessia de um rio congelado ou no saque de uma capital. Trata-se aqui, ao contrário, de um processo de transformação estrutural – uma verdadeira transição – e, portanto, de longa duração. A transição deve, portanto, ser enquadrada a partir de processos que enfatizem tanto o seu caráter de continuidade quanto de ruptura entre a sociedade romana e medieval.

Em tal contexto, o processo de emergência das RDP como uma relação social fundamental e sua progressiva generalização atende a essa determinação e vincula de forma intrincada a progressiva expropriação do campesinato independente e a homogeneização da classe servil. Antes de delinear brevemente esses processos específicos, é necessário discutir alguns aspectos conceituais acerca da expropriação.

O conceito marxiano de expropriação encontra sua forma mais completa no capítulo XXIV do Livro I de *O Capital*¹⁶ (“A chamada acumulação primitiva”). Em síntese, no referido capítulo Marx parte das condições de possibilidade da produção capitalista, isto é, torna postos os seus pressupostos¹⁷ e investiga quais foram os processos responsáveis pela emergência do indivíduo livre (em dois sentidos, porque “não são parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, com o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles”¹⁸) e assalariado na transição ao capitalismo. O conceito indica, portanto, o processo pelo qual os trabalhadores foram separados de seus meios de produção.

Nas palavras de Marx: “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”¹⁹. Sendo a Europa

¹⁶ MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁷ Segundo Bellofiore e Taylor, o capítulo XXIV constituiria uma quebra na “sistemática progressão dialética das categorias” em “O Capital”. Ao contrário, me parece que o capítulo XXIV é a coroação dessa análise extremamente rigorosa, quando os pressupostos do modo de produção capitalista – trabalho assalariado, acumulação de capital etc – são postos. Efetivamente, Marx não é capaz de fazê-lo sem recorrer à história, mas isso, aliado ao caráter imane da investigação, apenas atesta as raízes históricas desse modo de produção. BELLOFIORE, R.; TAYLOR, N. (Eds.). **The Constitution of Capital: Essays on Volume I of Marx's 'Capital'**, Palgrave, 2004, p. 15, n20.

¹⁸ MARX, Karl. *O Capital...*, 2008, p. 828.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

medieval uma sociedade majoritariamente agrária, a “expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo processo”²⁰. Nesse processo, secular, imensas massas de trabalhadores são privados de seus direitos sobre os meios de produção e atirados ao mercado como meros possuidores de força de trabalho, sujeitos disponíveis para o capital.

Contudo, é importante salientar a observação de Marx de que “o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador”²¹, e se “o progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista”²², a análise histórica desse mesmo processo pode voltar-se para períodos mais recuados e traçar a gênese dessa sujeição em processos outros, ainda que semelhantes à expropriação que fundamenta a acumulação primitiva.

Interessa-nos, portanto, a atualização e conseqüente alargamento do conceito empreendido por Virgínia Fontes, na obra *O Brasil e o capital-imperialismo*²³. Segundo Fontes, “a expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias [...] permanece e se aprofunda, ao lado de *expropriações secundárias*, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo”²⁴. Por um lado, o processo de expropriações primárias é, portanto, atualizado, dado que a separação dos camponeses de seus meios de produção ocorre com acelerado ritmo em áreas do globo que, apenas nas ultimas décadas, constituíram-se como efetiva fronteira para a produção capitalista. Por outro lado, o conceito de expropriação é alargado, de forma que sintetiza não apenas o processo de separação entre trabalhadores e seus meios de produção (como ocorre nas expropriações primárias), mas engloba também os processos que ocorrem nos países centrais do modo de produção capitalista, isto é, uma efetiva expropriação de direitos sociais e trabalhistas²⁵. As expropriações secundárias constituem-se ainda de expropriações de conhecimentos, do próprio Estado e, no limite, da própria natureza²⁶.

Na obra da autora o conceito que, originalmente, sintetizava o processo de separação dos trabalhadores de seus meios de produção, é alargado a partir de seus *resultados*, a

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ Idem, p. 829.

²² Idem, *ibidem*.

²³ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo** – Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

²⁴ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o...*, 2010, p. 44.

²⁵ “Nas últimas décadas do século XX, ocorreu um extenso dismantelamento de direitos sociais e trabalhistas que contou com forte apoio parlamentar. De maneira surpreendente, uma verdadeira expropriação de direitos se realizou [...]” (Idem, p. 55).

²⁶ Idem, pp. 55-62.

“exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado”²⁷, e de suas *formas*, a expropriação de conhecimentos, do Estado ou da própria natureza.

Contudo, tal alargamento conceitual deve ser fundamentado também a partir do *conteúdo* do processo que figura. No caso em questão, trata-se da apropriação privada de propriedade²⁸ comum (dos trabalhadores ou da humanidade), levada a cabo pelo capital. Parece profícuo, contudo, empreender um alargamento ainda maior do conceito, formulando-o em termos mais abstratos e, assim, iluminando outros processos análogos.

Não é redundante lembrar – no mínimo, porque a nossa prática cotidiana nos assegura a todo tempo do exato oposto – que *ser propriedade (privada) não é um atributo das coisas em si*. Ao contrário, a qualidade de propriedade (privada) indica não uma característica das coisas, mas determinada relação entre os homens. Tornar algo propriedade privada é, genericamente, tornar o acesso a esse algo mediado por determinadas relações (historicamente específicas e extremamente variadas). O acesso àquilo que denominamos propriedade comunal passa, necessariamente, pelo pertencimento à comunidade em questão, mas é, ao menos a princípio, imediato para os membros dessa comunidade.

O processo de expropriação é, portanto, menos uma transferência da propriedade (privada) sobre alguma coisa e mais uma interdição ao acesso (até então imediato, no interior da comunidade) àquela coisa, a imposição de uma mediação qualquer – uma “separação” entre trabalhador e meios de produção – (em nossa sociedade o título de propriedade privada). Em sua forma mais abstrata o processo de expropriação seria a apropriação privada da propriedade comum. Ou seja, a expropriação é a transformação do acesso aos meios de produção de imediato em mediado, de livre em restrito, em síntese, de apropriação privada. A forma dessa apropriação é, contudo, necessariamente histórica e específica: sob o capitalismo é empreendida pelo capital, nos modos de produção pré-capitalistas, em geral, pelo Estado ou pela aristocracia.

Esse percurso teórico nos permite então enquadrar por outro ângulo os processos de fusão aristocrática e homogeneização servil na transição do mundo antigo ao medievo, isto é, enquadrá-los como formas complementares da expropriação.

A crise do Império Romano constitui, por si só, um terreno de intensos e imensos debates. Suas causas e dinâmicas aparecem na historiografia de formas extremamente diversas, e é possível encontrar até mesmo defensores da posição de que nenhuma crise

²⁷ Idem, p. 54.

²⁸ Para uma discussão da propriedade enquanto aquilo que é apropriado pelo homem através de seu trabalho, Cf. MARX, Karl. “Forms Preceding Capitalist Production”, IN: MARX, Karl. **Economic Works: 1857–61**, volume 29 (Marx-Engels Collected Works). International Publishers: New York, 1987.

ocorreu. Dados os objetivos desse trabalho, é suficiente considerar uma caracterização do Baixo Império (genericamente, no Ocidente, os séculos IV e V) como um período de intensas transformações, inicialmente restritas à organização do Estado, mas cujos impactos afetaram a sociedade como um todo. Segundo Jairus Banaji²⁹, essas transformações podem ser sintetizadas na reforma do exército e sua profissionalização, que teve ressonância direta na burocracia estatal e na emergência de uma nova aristocracia no interior do próprio Estado. A reforma monetária de Constantino garantiu um fluxo renovado de riquezas e acumulação no interior da aristocracia, que encontrou uma força de trabalho suficientemente domesticada através das determinações que tornaram os colonos (*coloni*) – até então camponeses com contratos de arrendamento e uma força de trabalho frequentemente móvel – adstritos à terra³⁰. Segundo Chris Wickham³¹, o trabalho escravo realizado em grandes equipes já no século III d.C. não era mais generalizado no Império, tendo início o processo de alocação dos antigos escravos em pequenos lotes e sua transformação em camponeses dependentes³².

Para Pierre Dockés³³, trata-se dos primeiros indícios de um processo que cindia a sociedade romana em duas classes fundamentais, não mais livres e não-livres (como no auge da escravidão), mas em grandes proprietários e camponeses dependentes³⁴. Conforme veremos, o processo só encontra sua efetivação durante a Alta Idade Média.

No mesmo sentido, o peso dos impostos recolhidos pelo Estado é crescentemente insuportável para os camponeses independentes, que têm como única opção a entrada na *patrocinium* de um grande senhor. Tal entrada na dependência de um grande aristocrata, frequentemente se dá através da expropriação da terra do camponês, que a entrega ao senhor em troca de sua proteção (não apenas dos impostos recolhidos pelo Estado, mas da violência dos próprios senhores) e passa a cultivá-la como camponês dependente, cujo trabalho (i.e. o vínculo com os meios de produção) é mediado pela dependência desse senhor.

Conforme a aristocracia é cada vez mais independente do Estado para extrair o excedente dos camponeses, e o campesinato independente encontra-se crescentemente submetido à aristocracia, o Estado perde suas bases de sustentação e sua crise é ainda mais efetiva. Ou seja, e expansão das relações de *patrocinium* começa a tomar espaços às relações

²⁹ BANAJI, Jairus. **Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation**. Leiden: Brill, 2010.

³⁰ Idem, p. 185-186.

³¹ WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400–800**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

³² Idem, p. 262-263. O debate sobre o fim da escravidão no mundo antigo (ou na Alta Idade Média) é imenso, reunindo posições extremamente díspares. Contudo, sua consideração escapa aos objetivos desse trabalho.

³³ DOCKÉS, Pierre. **La liberación medieval**, Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1995.

³⁴ Idem, p. 101.

institucionais que permitiram o crescimento colossal do Império e sua administração. No limite, tais relações de *patrocinium* envolvem, potencialmente, todos os estratos sociais, vinculando os homens a seus patronos e ameaçando o seu vínculo imediato com o Estado.

De forma análoga, a organização social das tribos germânicas que se estabeleceram no Ocidente no alvorecer da Idade Média dependia também de uma relação central, pessoalizada, que vinculava grupos de guerreiros a alguns chefes notáveis. Tal relação, cuja procedência, podemos conjecturar, tinha sido o vínculo direto de cada membro da tribo com o líder eleito para comandar as campanhas militares sazonais, ameaçava estabelecer as bases de uma hierarquização mais rígida e permanente. Se o Império Romano nos legou uma documentação fragmentária e muitas vezes ambígua, as tribos germânicas constituem um objeto ainda mais fugidío. Dispomos, contudo, de dois relatos separados por um século que nos permitem vislumbrar a organização social germânica e sua evolução em linhas gerais.

O relato mais antigo, de autoria do próprio Júlio César³⁵ e datado do século I a.C., constitui uma caracterização dos elementos mais gerais da sociedade dos “germânicos”. Importa aqui enfatizar que César observa uma hierarquização social extremamente simples (determinada, primordialmente, por sexo e idade), além de um acesso indiferenciado e imediato aos meios de produção fundamentais (rodízio no acesso à terra e à guerra, acesso imediato ao sagrado etc).

Pouco menos de um século depois, em I d.C., outro romano, Tácito³⁶, nos legou um relato de sua observação dos germânicos. A comparação entre os dois documentos demonstra que o processo de hierarquização, incipiente no relato de César, encontra-se então bastante avançado: destacam-se as menções aos reis e príncipes, além de uma hierarquização presente na atividade econômica fundamental, a guerra. Também a religião encontra-se em meio ao processo de hierarquização, conforme nos atesta a existência de sacerdotes. O acesso à terra permanece como um rodízio, mas passa a ser mediado também pela “a categoria social dos agricultores”³⁷.

Interessa-nos aqui considerar a convergência de ambas as relações, que desempenhavam um papel progressivamente mais importante na estruturação das respectivas sociedades. Com a desagregação da estrutura imperial e o estabelecimento das tribos germânicas no território antes ocupado pelo Império, tais processos convergentes deságuam na síntese que possibilitou a emergência de uma nova sociedade calcada prioritariamente nas

³⁵ CÉSAR. **Comentários sobre a Guerra Gálica** (*Comentarii de Bello Gallico*). Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

³⁶ TÁCITO. **Germânia** (*De Origine et situ Germanorum*). Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.ger.shtml>.

³⁷ Idem, *ibidem*.

relações pessoais de dependência e exploração (e, portanto, na necessária expropriação do campesinato independente). Ou seja, a tendência de generalização dos laços de dependência pessoal funciona aqui como uma mediação que se interpõe entre os camponeses e seu acesso aos meios de produção fundamentais (notadamente, a terra). Ao contrário do que ocorria com o campesinato independente romano que se apropriava desses meios de produção diretamente e os assegurava através do seu vínculo direto com o Estado; ou do campesinato germânico, que tinha como fundamento de sua apropriação o pertencimento à comunidade, o campesinato dependente medieval tem seu vínculo com os meios de produção apenas quando e enquanto for dependente de um grande senhor. Apropriação que é estruturada pelos termos que emergem da luta de classes entre aristocracia e campesinato, os quais variam enormemente de uma região para outra.

O desenvolvimento tendencial de tais relações aponta para a expansão das RDP no medievo e para o progressivo desaparecimento do insipiente campesinato independente medieval. Nenhuma esfera da vida social, sagrada ou profana, escapou de tais processos.

II. Relações desiguais e pessoais.

Consideremos novamente o conjunto de hagiografias³⁸ reunidas sob o título de *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*³⁹ (VSPE). De autoria anônima e elaborada entre os séculos VI e VII (provavelmente da primeira metade do século VII⁴⁰), trata-se de um testemunho hagiográfico das vidas de diversos santos, antigos bispos da região, e tem como elemento central a íntima relação com a cidade de Mérida, na *Hispania*, e o controle da basílica de Santa Eulália ali edificada⁴¹.

Segundo a hagiografia, Paulo, “grego por raça e médico por profissão”, chega do “Oriente” a Mérida e, através de uma série de feitos, dos quais se destacam as virtudes da bondade e humildade, tem concedida por Deus a graça de tornar-se bispo e pacificar o

³⁸ Já tratamos em detalhe dos sentidos e objetivos das hagiografias alto-medievais no capítulo II. No momento é suficiente recordar que essas podem ser sintetizadas como narrativas acerca da vida e do cotidiano dos santos, englobando tanto a adaptação e atualização de antigos *topoi* quanto a emergência de um novo modelo de santidade. As hagiografias contemplam as relações travadas entre o santo e os mais diversos grupos sociais, explicitando em diversos momentos os juízos do hagiógrafo sobre os objetos da narrativa.

³⁹ GARVIN, J. N. (ed.). *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 1946.

⁴⁰ *Idem*, pp. 1-6.

⁴¹ A *vita* também conta com uma seção inicial dedicada a acontecimentos milagrosos que ocorrem nas proximidades ou na própria cidade de Mérida, e que não envolvem os bispos supracitados. Contudo, seu peso é minoritário no conjunto da obra.

turbulento episcopado local⁴². Acerca do mesmo bispo Paulo, narram as VSPE um acontecimento cujo interesse não se reduz à sua qualidade de pitoresco: quando a esposa de um grande aristocrata de Mérida, membro da classe senatorial e uma das lideranças da cidade, cai enferma, diversos médicos são mal sucedidos em recuperar sua saúde. Tendo concebido uma criança que morre em seu útero, a saúde da mulher torna-se extremamente fragilizada e a morte apresenta-se como um destino próximo. Inconformado e desesperado pela situação, o marido corre ao santo bispo e requisita a sua ajuda, seja através de preces à Deus, ou mesmo através da ação de suas mãos:

(3) (...) correu ao santo homem e, prostando-se aos seus pés, em lágrimas implorou, já que ele era um servo de Deus [*Dei servus*], que pedisse ao Senhor em suas preces pela saúde de sua esposa ou mesmo, dado que ele era um médico, que não pensasse ser inapropriado conceder à mulher enferma a graça de curá-la com sua própria mão.⁴³

Se o bispo inicialmente recusa o pedido do aristocrata, o faz no quadro de sua relação (de dependência) com o divino. Pois suas obrigações com Deus limitam as ações que poderia efetivar no caso em questão.

(4) O homem de Deus imediatamente respondeu, dizendo: “não é correto fazer o que você me pede, porque, ainda que indigno, eu sou um padre do Senhor e ofereço sacrifício com as minhas mãos. Portanto, eu não posso fazer o que você pede, no mínimo porque traria mãos poluídas para o santo altar e imediatamente incorreria na ira do Amor Divino”. (5) Ele acrescentou: “Nós iremos em nome do Senhor. Nós lhe visitaremos, e a entregaremos aos médicos da igreja que farão uso de remédios e, através da extensão do nosso conhecimento, mostraremos então como atingir a cura. Mas nós não podemos fazê-lo com as nossas próprias mãos”.⁴⁴

Para o bispo, contudo, trata-se de temer não a reprimenda divina, mas as condições instáveis de sua posição e a disputa pelo poder episcopal que ocorria em Mérida. Assim, após outra sessão de súplicas do marido da enferma, às quais se juntam os irmãos leigos da basílica, o bispo revela seus temores:

(7) Quando ele [o bispo] não concordou nem deu seu consentimento [de operar a cura na mulher enferma], todos os irmãos leigos vieram a ele e com lágrimas pediram que ele fosse. Ele respondeu: “Eu sei que a piedade do Senhor é grande, e sou confiante que se eu for, Ele devolverá à mulher doente sua saúde anterior e imediatamente me perdoará pela minha

⁴² Idem, p. 162-163.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ Idem, p. 162-165.

presunção. Mas não devo ter nenhuma dúvida de que os homens maus irão, em seguida, jogar essa responsabilidade em mim”.⁴⁵

Apaziguados os seus temores pela promessa de segredo dos seus irmãos, o bispo finalmente responde à súplica do aristocrata, mas não sem antes buscar a permissão dada pelo próprio Deus, seu senhor, e ouvir Sua vontade.

(8) Quando todos os irmãos responderam: “Nenhum de nós dirá nada sobre isso; mas vá, senhor e, com toda a velocidade faça aquilo que o recompensará [*et omni celeritate age illud quod mercedi tuae proficiet*]”, finalmente, compelido pelas suas preces, ele prometeu ir; decidiu, no entanto, que primeiro iria procurar a vontade do Senhor ao menos para, por proceder impetuosamente, ele sem querer poderia fazer algo pelo qual seria punido pelo julgamento de Deus e, com dificuldade, receber o perdão. (9) Assim, imediatamente, ele foi até a basílica da santa virgem Eulália e deitou-se lá por todo o dia, prostrado sobre o pavimento, e continuou perseverando incansavelmente em orações durante a noite que seguiu.⁴⁶

Apenas após estabelecer a concordância de seu senhor, isto é, liberado da restrição divina por seu *Dominus*, pode o bispo empreender a tão desejada cura.

(10) Então, aconselhado pela voz de Deus, ele imediatamente levantou e foi sem hesitar e correndo para a casa da mulher doente, fazendo uma prece, deitou sua mão sobre a mulher doente em nome do Senhor e, (11) confiando em Deus, muito cuidadosamente, fez uma pequena incisão com uma lâmina e retirou em pedaços, membro por membro, o já corrompido corpo do infante. A mulher estava quase morta e apenas meio-viva, ele imediatamente a restaurou para o seu marido com a ajuda de Deus (12) e impôs a ela, dali em diante, não conhecer seu marido: em qualquer tempo que ela conhecesse os abraços [*coitum*] de seu marido os piores perigos cairiam sobre ela.⁴⁷

A intervenção do bispo Paulo, efetuada com as suas próprias mãos – que realizam a retirada do aborto (produto de um provável caso de abortamento retido)⁴⁸ –, é a todo tempo na hagiografia remetida à ação divina, que teria encontrado no bispo apenas o seu instrumento. A sequência do relato é emblemática: ao dom que restabelece a saúde da mulher segue-se a retribuição ao bispo através da doação imediata de metade de todo o patrimônio do casal e, após a morte desse, da totalidade de suas posses. O bispo recusa diversas vezes a retribuição mas, frente à insistência do casal, acaba por aceitá-la, ainda que sublinhe a destinação dos bens não para seu próprio uso, mas para as necessidades dos carentes:

⁴⁵ Idem, p. 165.

⁴⁶ Idem, p. 165.

⁴⁷ Idem, p. 165-167.

⁴⁸ REZENDE, Jorge de. **Obstetrícia**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p. 706-707. Agradeço a minha esposa, Cynthia Pulcherio, por apontar o provável diagnóstico em condições de exame tão adversas.

(14) Alegria inestimável e felicidade sem limites caíram sobre aquela casa e todos, gritando e rezando a Deus, rezando e dançando, disseram que verdadeiramente Deus enviou Seu anjo para ter compaixão dela. (15) Então o casal fez um documento em que providenciavam que o santo homem deveria, imediatamente, receber metade de tudo o que eles possuíam e que a outra metade deveria pertencer a ele inteiramente e completamente depois das suas mortes. Eles tinham tantas posses que nenhum dos senadores na província da Lusitânia era mais rico do que eles. (16) Esse dom o bispo recusou em absoluto e declinou e não iria aceitar. Mas como eles pediram e insistentemente ofereceram, ele foi finalmente compelido a aceitar; mas, ao tomá-lo, ordenou que isso deveria servir não tanto ao seu próprio uso, mas às necessidades dos pobres [*quod accipiens non tantum propriis usibus quantum egentium praecepit deservire necessitatibus*].⁴⁹

Após um curto período de tempo, o casal de aristocratas foi “intimado pelo chamado de Deus para a sua casa celestial”, e o relato é concluído com a elevação do bispo Paulo à posição suprema e incontestável de mais rico proprietário naquela região.

(18) Depois de suas mortes, o santo bispo Paulo recebeu seus patrimônios e ele, que chegou como um estranho com nada, tornou-se tão rico que todos os nobres ricos e todos os recursos da Igreja eram considerados como nada em comparação às suas posses.⁵⁰

Dois aspectos do relato acima concorrem para a caracterização das relações de dependência como *desiguais*. Por um lado, a submissão do casal de aristocratas em relação ao santo é sempre uma dependência potencial. Realizado o milagre que restabelece a saúde (e, no limite, que conserva a vida) da mulher, o casal de aristocratas encontra-se em uma posição explicitamente inferior em relação ao santo. Se considerarmos também as inúmeras súplicas do esposo e as igualmente variadas recusas do santo, a narrativa acima explicita ainda mais a disparidade das posições envolvidas. Contudo, é necessário considerar também que tais posições desiguais são equilibradas na imediata sequência do milagre, pois o casal de aristocratas compromete imediatamente uma parcela de sua fortuna e, no futuro próximo, sua totalidade. Retribui-se à intervenção curativa e milagrosa do santo com um conjunto patrimonial inigualável na região. Conforme mencionamos (e o prosseguimento da *vita*⁵¹ reafirma), em meio à intensa disputa pelo controle do episcopado a propriedade de tão volumoso patrimônio é a efetiva garantia de reprodução das condições nas quais esse controle é exercido.

⁴⁹ GARVIN, J. N. (ed.). *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium...*, p. 167

⁵⁰ *Idem*, p. 169.

⁵¹ *Idem*, p. 175-ss.

Por outro lado, as relações de dependência também se manifestam nos laços que vinculam o santo homem e a própria divindade. Pois o bispo é apresentado como o “servo de Deus [*Dei servus*]”⁵², com o qual se relaciona de maneira desigual (teme incorrer na ira divina e ser punido por seus atos impróprios) à cuja vontade deve submeter seus propósitos. Apenas quando é “aconselhado”⁵³ por Deus, pode o santo atender ao pedido do esposo da mulher enferma. E quando opera a cura milagrosa, o faz apenas na posição de instrumento da divindade, pois “confiando em Deus”⁵⁴ faz a incisão, e “com a ajuda de Deus”⁵⁵ restaura a saúde da mulher. Até mesmo para os espectadores trata-se de um acontecimento que tem em Deus o seu agente, pois reconhecem que “Deus enviou Seu anjo”⁵⁶. Ao contrário da primeira relação, entre o santo e o casal de aristocratas, a dependência manifesta entre o santo e Deus não é passível de equalização, permanecendo desigual dada à potência do ato criador da divindade, ao qual nenhuma retribuição poderia se equiparar.

Contudo, tal relato também é profícuo em explicitar uma lógica que articula tais relações através da *peçoalidade*. Pois se o bispo, ao efetuar a cura, atua como instrumento divino e representante da hierarquia eclesiástica, a necessária retribuição do casal de aristocratas não é empreendida nem diretamente com a divindade – possibilidade inexistente nos quadros do cristianismo da época e aspecto das práticas pagãs duramente combatida pela Igreja⁵⁷ –, mas tampouco enquadra-se completamente na “institucionalidade” da Igreja. Conforme veremos, a despeito das inúmeras tentativas de normatização conciliar acerca da separação do patrimônio da igreja e dos eclesiásticos, a linha de separação entre um e outro era tênue. No caso examinado, portanto, a doação não é feita ao patrimônio da Igreja de Santa Eulália, mas, diretamente, à figura do bispo Paulo. Da mesma forma, não é acidental que tal fortuna viesse a desempenhar papel fundamental na problemática sucessão do referido bispo⁵⁸.

Da investigação das relações envolvidas no relato acima outras conclusões são possíveis. Contudo, essas podem ser enriquecidas com a análise de outra narrativa hagiográfica, cuja menção a outros grupos sociais esclarecerá a distinção fundamental que as

⁵² Idem, p. 162-163.

⁵³ Idem, p. 165-167.

⁵⁴ Idem, ibidem.

⁵⁵ Idem, ibidem.

⁵⁶ Idem, p. 167.

⁵⁷ Cf., por exemplo, as inúmeras determinações conciliares sobre a proibição e punição àqueles que façam ofertas em nascentes de rios, troncos de árvores etc. VIVES, José (Ed.). **ConcÍlios VisigÓticos e Hispano-romanos**, Madrid, CSIC, 1963.

⁵⁸ Quando a sucessão de Fidel ao episcopado de Paulo é ameaçada, o recurso ao imenso patrimônio herdado de seu tio é suficiente para dissipar qualquer oposição. GARVIN, J. N. (ed.). *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium...*, p. 175.

relações de dependência engendram, bem como a intervenção da troca de presentes como sua forma de manifestação.

A *Vida de São Milão*⁵⁹, redigida por Bráulio, bispo de Saragoça, aproximadamente em 636, narra em cores vibrantes a trajetória de Milão, santo de origem humilde, rapidamente alçado à condição de homem digno, purificado de sua vilania através do contato com o próprio Deus⁶⁰. A *vita* é profícua em detalhar como o santo, o escolhido de Deus, é hábil em remover – ou mesmo destruir – os obstáculos que se interpõem em seu caminho. Após um longo período em que se isola na região escarpada ao norte da península, Milão passa a ser procurado e reconhecido por sua capacidade de intercessão junto ao sagrado, sendo alvo de assédio por multidões que lhe imploram pela realização de milagres diversos como curas, exorcismos e provisão de alimentos.

Segundo o hagiógrafo, cada milagre realizado apenas aumentava ainda mais a fama e o prestígio de Milão, elevando em torno deste a multidão que buscava seu auxílio⁶¹. A enorme diversidade dos contatos do santo com grupos sociais vários salta aos olhos em qualquer leitura da hagiografia: além da provisão de alimentos para a multidão de famintos que o seguia, por exemplo, “com um pouco de vinho sacia muita gente”⁶²; o santo realiza milagres diversos: “devolve a visão a uma *ancilla* do *senator* Sicório”⁶³, “livra do demônio o servo de um tal Tuêncio”⁶⁴, “cura a outro endemoniado, servo do conde Eugenio”⁶⁵, “livra do demônio o *senator* Nepociano e sua mulher Proseria”⁶⁶, e mesmo “profetiza a destruição da Cantábria”⁶⁷. Dessa diversidade de contatos, Peter Brown sublinhou o caráter não-classista da santidade⁶⁸, possibilitando que esse transitasse entre as diversas classes sociais. De acordo com a caracterização avançada por Brown, o santo permanece indefinível. Pode-se dizer que mantém algo de seu caráter sagrado, ou, no mínimo, misterioso.

Um milagre em específico relatado na hagiografia, por outro lado, é revelador da real inserção do santo nesta sociedade. Narra a hagiografia que na casa de um *senator*, Honório,

⁵⁹ OROZ, José (ed.) Sancti Braulionis Caesaraugustani Episcopi. **Vita Sancti Aemiliani**. Perficit, S/l., Segunda Serie, v. IX, n. 119-120, pp. 165-227, 1978.

⁶⁰ Idem, p. 188-187.

⁶¹ Idem, p. 188-189.

⁶² Idem, p. 205.

⁶³ Idem, p. 197.

⁶⁴ Idem, ibidem, p. 199.

⁶⁵ Idem, ibidem.

⁶⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷ Idem, p. 211.

⁶⁸ BROWN, Peter. **The Cult of the Saints - Its Rise and Function in Latin Christianity**. Chicago: University of Chicago Press, 1996, p. 19.

habitava um demônio terrível, “extremamente nocivo e promotor de alvoroços”⁶⁹. Por exemplo, durante um banquete misturava na comida restos de lixo e ovos de animais mortos, ou durante a noite retirava as roupas de homens e mulheres enquanto estes dormiam e as pendurava no teto⁷⁰. Aflito por uma situação tão terrível, Honório toma conhecimento da fama de Milão e manda chamar o santo, enviando os meios para seu transporte. Após ouvir as súplicas dos mensageiros enviados por Honório, o santo encaminha-se para a mansão do *senator*, mas recusa o transporte enviado e caminha por seus próprios meios, segundo Bráulio, para demonstrar “a potência de nosso Deus”⁷¹. No local, Milão reúne os presbíteros da região, decreta o jejum e, ao terceiro dia, exorciza a casa e põe em fuga o combativo demônio.⁷²

Tal milagre, aparentemente apenas mais um caso de exorcismo dentre os muitos que constam na hagiografia, é revelador se articulado com outro episódio narrado posteriormente. Em outra ocasião, cercado por uma multidão que o acompanhava, o santo ordena que repousem e se alimentem. Informado por seu servidor de que “não havia sobrado nada que pudessem comer”⁷³, Milão repreende o homem e “pede a Cristo que providencie o alimento necessário”⁷⁴. A sequência do relato é emblemática: “Ainda não havia concluído a oração quando, de repente, entram pela porta algumas carroças abundantemente carregadas, que lhe havia mandado o *senator* Honório”⁷⁵. Manifestando a submissão do santo não ao *senator*, mas a Deus, o hagiógrafo continua: “O amado de Deus recebe a remessa, dando graças ao Criador do mundo por ter escutado a sua oração; serve manjares suficientes aos convidados e manda guardar o resto para aqueles que chegassem depois”⁷⁶.

Tal como no caso que analisamos anteriormente, encontramos uma relação intra-aristocrática que é *desigual* por breve período, mas termina por se equalizar novamente. O intenso jogo de submissão das vontades do qual participam Honório e Milão é expresso, por um lado, pelas súplicas do primeiro e a recusa do último e, por outro lado, pelo envio do transporte pelo *senator* e pela recusa do Santo, afirmação de sua potência e de seu Senhor. A relação tem seu desequilíbrio efetivado quando Milão é capaz de “pôr em fuga” o demônio que assombrava a casa de Honório. Contudo, são breves as páginas até que a relação seja

⁶⁹ OROZ, José (ed.) Sancti Braulionis Caesaraugustani Episcopi. **Vita Sancti Aemiliani**..., p. 201.

⁷⁰ Idem, *ibidem*.

⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁷² Idem, *ibidem*.

⁷³ Idem, p. 204-205.

⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

novamente equalizada, dessa vez com o envio, por Honório e para o Santo, de inúmeras carroças carregadas de alimentos.

A estrutura do relato é explícita ao demonstrar que se tratava de um momento de delicada necessidade para o santo, o qual deveria ser capaz de alimentar a multidão que o acompanhava. Devemos lembrar ainda que o estatuto do santo homem mantinha-se apenas pela sua capacidade cotidianamente renovada de intervenção junto ao sagrado e operação de milagres, sem a qual seu poder de atração e controle seria imediatamente reduzido. Assim, após a ação de Honório, a relação é novamente equalizada, minando a superioridade do santo sobre o aristocrata através da retribuição que empreende esse último.

Ao contrário, entre o santo e a multidão de famintos que tem suas condições de reprodução possibilitadas pelo primeiro – através da doação de alimentos –, nada resta para retribuir além de seus próprios corpos e vidas. Instituí-se aqui não uma mera subordinação política, mas uma efetiva *dependência* econômica, localizada no momento específico de produção e reprodução da vida.

Novamente, ao lado da desigualdade (temporária na relação entre Milão e Honório, mas tendencialmente renovável entre Milão e a multidão que o seguia), se expressa imediatamente a *pessoalidade* nas relações observadas. Pois, tal como no caso que envolvia o bispo Paulo e o casal de aristocratas, também aqui Milão é, a todo tempo, caracterizado pelo hagiógrafo como instrumento divino, de quem decorreria todo o seu poder. Contudo, tal como no caso anterior, a relação entre santo e aristocrata – Milão e Honório –, ou mesmo entre o santo e a multidão de famintos, não se estabelece diretamente com a divindade, nem é mediada pela Igreja enquanto instituição, mas articula-se imediatamente *na* figura do santo.

Em meio ao conjunto de hagiografias ibéricas e alto-medievais, encontramos outros registros da íntima articulação entre desigualdade e pessoalidade no quadro das relações de dependência pessoal. Consideremos, por um momento, a *Vita Fructosi*⁷⁷ (VF), hagiografia de São Frutuoso de Braga, eremita de origem aristocrática e famoso fundador de diversos mosteiros. A VF é semelhante em sua estruturação a outras hagiografias (como a *Vita Sancti Aemiliani*⁷⁸ (VSA)) e tem como provável data de autoria as décadas de 670 e 680⁷⁹. Contudo, o estabelecimento da datação e autoria – possivelmente de Valério de Bierzo – é um debate em curso.

⁷⁷ DIAZ y DIAZ, Manuel C.. **La vida de San Fructuoso de Braga**. Estudio y edición crítica, Braga, 1974.

⁷⁸ OROZ, José (ed.) Sancti Braulionis Caesaraugustani Episcopi. **Vita Sancti Aemiliani**. Perficit, S/l., Segunda Serie, v. IX, n. 119-120, pp. 165-227, 1978.

⁷⁹ DIAZ y DIAZ, Manuel C.. La vida de San Fructuoso..., 1974, p. 15.

Um dos aspectos mais centrais da VF é a atuação de Frutuoso como fundador de inúmeros mosteiros⁸⁰. Um dos primeiros casos retratados na *vita* é a construção do cenóbio de Compludo por Frutuoso, o qual, herdeiro de uma família extremamente rica⁸¹,

sem reservar nada para si segundo os preceitos divinos, oferecendo até o último grão de sua propriedade, o dotou [o cenóbio] abundantemente e encheu com um exército de monges tanto de entre aqueles de seu serviço, como de convertidos que se juntaram *espontaneamente* de todas as regiões da *Hispania*.⁸² (Grifos nossos).

Ora, “aqueles de seu serviço” não são outros além dos camponeses dependentes que integravam o rico patrimônio da família de Frutuoso. Uma vez feita a dotação do monastério com as terras de tal patrimônio, aqueles que as habitavam e nela trabalhavam provendo o sustento da aristocracia, tornam-se integrantes da hierarquia eclesiástica, ainda que seja razoável supor que isso pouco alterasse suas condições de vida cotidianas. O que nos interessa aqui é, sobretudo, a explicitação de uma relação – entre Frutuoso e seus dependentes (“aqueles de seu serviço”) – que articula fundamentalmente desigualdade e pessoalidade. Pois a *desigualdade* se expressa, antes de qualquer outro elemento, na caracterização destes camponeses como dependentes de Frutuoso, situação enfatizada, por exemplo, quando o hagiógrafo nota que os outros monges “se juntaram espontaneamente” ao monastério. No que tange os dependentes, não se trata de uma escolha. De forma semelhante, a *pessoalidade* é patente ao considerarmos a questão em sua totalidade. Pois a fundação do monastério é feita por Frutuoso não como um indivíduo plenamente inserido na hierarquia eclesiástica, mas como alguém impulsionado por inspiração divina, como registra o hagiógrafo⁸³. Dessa forma, o recém-criado monastério é dotado com o patrimônio pessoal do mesmo Frutuoso, o qual é também responsável pelo estabelecimento de uma regra monástica e da nomeação do abade⁸⁴. Ora, a pessoalidade é explícita em cada momento da narrativa em questão, estabelecendo Frutuoso como o nexos central das principais relações que envolvem o monastério.

Frente à expansão e multiplicação das relações que se articulam através da pessoalidade, qual foi a reação da Igreja como instituição? As volumosas determinações conciliares são testemunho claro de uma iniciativa de normatização e limitação de tal

⁸⁰ Para uma apreciação da intensa atividade de Frutuoso como fundador de mosteiros, cf., por exemplo: SILVA, Leila Rodrigues. “As adversidades na construção de um herói: reflexões sobre a *Vita Sancti Fructuosi*” IN: BASTOS, M. J. M.; FORTES, C. C. (org.). **Idade Média**: abordagens interdisciplinares. Rio de Janeiro: PEM, 2009. p. 115-120.

⁸¹ DIAZ y DIAZ, Manuel C.. *La vida de San Frutuoso...*, 1974, p. 83.

⁸² *Idem*, p. 85.

⁸³ *Idem*, p. 83.

⁸⁴ *Idem*, p. 87.

dinâmica, além de evidências de sua generalidade. A contradição que se manifesta entre a institucionalidade da igreja e a generalização das relações baseadas na pessoalidade revela-se como a expressão de uma contradição mais fundamental, a qual podemos observar ao considerarmos que os mesmos bispos que se reúnem nos concílios⁸⁵ e projetam uma série de limitações para as relações pessoais têm como bases de sua posição superior a habilidade em fazer convergir para seu prestígio um enorme conjunto de relações fundadas na mesma pessoalidade que pretendem limitar.

Assim, o cânone XV do Segundo Concílio de Braga (572) – “Da administração dos bens eclesiásticos” – determina que

O que pertence à igreja deve conservar-se para a igreja com toda diligência e boa consciência e fidelidade a Deus, que vê e julga todas as coisas. [...] Deve estar manifesto tudo o que pertence à igreja aos olhos daqueles que rodeiam os bispos, sejam presbíteros ou diáconos, para que todos estes saibam quais são as coisas próprias da igreja, e se ocorre o falecimento do bispo, não possa ocultar-se coisa alguma das que pertencem à igreja [...]. Tampouco devem ser molestados os bens próprios do bispo a causa dos bens da igreja.⁸⁶

Tal iniciativa não parece ter resultado em grandes transformações, pois no Terceiro Concílio de Toledo (589), o cânone XX – “Que o bispo não imponha prestações nem tributos na diocese” – retoma a questão dos abusos episcopais em relação às igrejas e os prejuízos daí decorrentes. Segundo referido cânone:

A queixa de muitos reivindica esse decreto, porque sabemos que os bispos se comportam em suas dioceses não de uma maneira sacerdotal, mas cruelmente e ainda que esteja escrito “seja o exemplo de vosso rebanho e não dominadores dos eleitos”, impõem tributos e prejuízos a sua diocese. Por isso, excetuando o que as determinações dos antigos ordenam que o bispo receba de cada igreja, lhes será negado tudo o que até agora têm pretendido, a saber: *que não molestem os presbíteros nem aos diáconos com prestações pessoais, nem exações*. [...] E aqueles clérigos, tanto os da sede episcopal, quanto os das igrejas rurais que se sentirem molestados pelo bispo, não deixem de apresentar suas queixas ao metropolitano, e este não demore em reprimir severamente tais abusos.⁸⁷ (Grifos nossos).

Tais decisões se repetem ao longo do século VII (por exemplo, no Quarto Concílio de Toledo (633)⁸⁸, Sexto Concílio de Toledo (638)⁸⁹, e no Nono Concílio de Toledo (655)⁹⁰)

⁸⁵ Já discorremos sobre o sentido dos concílios visigóticos no Capítulo II. VIVES, José (Ed.). **Concílios Visigóticos e Hispano-romanos**, Madrid, CSIC, 1963.

⁸⁶ Idem, p. 90.

⁸⁷ Idem, p. 132.

⁸⁸ Cânone XXXIII do Quarto Concílio de Toledo (633) – “Que o bispo não tome nada dos bens da igreja, além da terceira parte das oferendas”. Idem, p. 204.

culminando em uma determinação extremamente reveladora em 675. Segundo o cânone VIII do Terceiro Concílio de Braga (675) – “Que reitores das igrejas não se dediquem mais a fazer produzir seus próprios bens que aos bens eclesiásticos”:

Não é correto que os reitores da igreja apareçam diligentes em suas coisas, e relutantes nas eclesiásticas. Pois corre por aí a opinião de alguns que *certos bispos exploram os servos da igreja em seus próprios trabalhos, aumentando as rendas de suas propriedades, mas causando prejuízos aos bens do Senhor*. Assim, qualquer um que por essa negligência deixar de cultivar as coisas divinas deve ser obrigado a um compromisso exposto de que se aumentam com os bens ou frutos da igreja o produto ou o trabalho de seus próprios bens, e de que disso se segue um cultivo descuidado ou alguma insuficiência ou perda, qualquer prejuízo que possam sofrer os bens da igreja restituirá totalmente de seus bens patrimoniais àquela igreja com cujos bens e ajuda é culpado de aumentar seus cultivos. *Mas se gasta algo em favor da igreja ou de suas propriedades ou sofre algum dispêndio ou perda e puder prová-lo, tudo será pago do patrimônio daquela igreja em cujo favor provou gastar.*⁹¹ (Grifos nossos).

Tal cânone revela, portanto, que a *pessoalidade* (sempre pressuposta a *desigualdade* entre os estatutos sociais) que a generalização das relações pessoais não apenas penetra em determinados aspectos da estrutura da Igreja, mas que aparece como recurso da própria reprodução material de seus membros na alta-hierarquia eclesiástica. Assim, tanto a recorrente imposição de prestações pessoais ou exações a presbíteros e párocos, quanto a sistemática apropriação de rendas em trabalho dos dependentes das igrejas, demonstram que a própria reprodução material dos bispos dependia de sua posição na estrutura eclesiástica e os vínculos pessoais daí decorrentes. Cria-se uma dinâmica que se retroalimenta, em que a posição episcopal depende da sua capacidade de fazer convergir em torno de si dependentes, ao mesmo tempo em que tal capacidade é potencializada pela sua posição na hierarquia eclesiástica.

É necessário enfatizar também que tal contradição devia ser percebida pelo conjunto dos bispos reunidos nos Concílios, pois os cânones mencionados, sempre que possível, são céleres em criar possibilidades de escape às suas próprias determinações. Assim, explicita-se que “Tampouco devem ser molestados os bens próprios do bispo a causa dos bens da

⁸⁹ Cânone V do Sexto Concílio de Toledo (638) – “Que os bens atribuídos aos clérigos não devem sair da Igreja”. Idem, p. 237-238.

⁹⁰ Cânone IV do Nono Concílio de Toledo (655) – “Qual divisão dos bens adquiridos deve ser feita entre a igreja e os herdeiros do bispo”. Idem, p. 299-301.

⁹¹ Idem, p. 377-378.

igreja”⁹², ou que se o bispo tem algum dispêndio com determinada propriedade da igreja, “*e puder prová-lo, tudo será pago do patrimônio daquela igreja em cujo favor provou gastar*”⁹³. Dessa forma, a freqüente preocupação com a proteção do patrimônio individual de cada bispo, acaba por tornar insuficientes todas as determinações em sentido contrário, isto é, que pretendem limitar a extensão do poder episcopal e sua capacidade de apropriação do patrimônio eclesiástico. A consequência primordial da contradição é a expansão e generalização dos vínculos *pessoais* fundados em relações *desiguais*.

III. Relações de dependência pessoal e estrutura social.

Dentre os objetivos do presente capítulo, indicamos que seria necessário demonstrar a *centralidade* das relações de dependência pessoal (RDP), isto é, estabelecê-las como as *relações sociais fundamentais* do Alto-Medievo Ibérico. Outro objetivo do capítulo seria a explicitação de seu *caráter estrutural*, o qual existe como conteúdo que se manifesta em formas diversas.

Na primeira aproximação, propusemos uma caracterização determinada das RDP, a qual tomamos como modelo de análise até o presente momento. Em meio a essa caracterização, destacamos que as RDP são *estruturantes*, sendo as relações sociais *mais básicas* que servem de *modelo* para outras.

Assim, o primeiro modelo busca sintetizar os objetivos que estabelecemos na própria caracterização das RDP, ou seja, demonstrar sua *centralidade* e seu *caráter estrutural*, de fato, realiza-se no mesmo movimento, proposto por meio de sua caracterização como *relações estruturantes*. É porque as RDP são as *relações sociais fundamentais* e, portanto, as relações sociais *mais simples* da formação-social em questão, que existem como um *conteúdo estrutural* que se manifesta de formas diversas, isto é, que existe como *modelo* para outras relações sociais.

A demonstração de tal caráter estrutural, contudo, não é simples, mas realiza-se através de dois movimentos complementares. Em primeiro lugar, podemos estabelecer as RDP como as relações sociais fundamentais através da retrodução, pois, tendo sido verificada sua existência, estas aparecem como as condições de possibilidade para a emergência de diversas relações medievais outras e sua dinâmica. Em seguida, é necessário fazer o caminho de volta, ou seja, demonstrar como essas condições de possibilidade se manifestam. Tendo

⁹² Idem, p. 90.

⁹³ Idem, p. 377-378.

em vista os aspectos que estamos analisando aqui, é necessário explicitar como essas condições de possibilidade efetivamente possibilitam a emergência de outras relações sociais, isto é, demonstrar como esse caráter modelar se manifesta.

Para tal, analisaremos as RDP conforme se manifestam em dois complexos relacionais: como forma de organização da estrutura eclesiástica e como relações de produção. Não se trata de negar – ao contrário, o objetivo é justamente afirmar – a emergência de outros complexos de relações estruturados pelas RDP, mas, tendo em vista o recorte da presente pesquisa, tais escolhas serão justificadas.

a) Forma de organização da estrutura eclesiástica.

A estrutura textual do presente capítulo (e, a rigor, de toda a presente dissertação) pretende uma articulação progressiva que, em momentos específicos da análise, enfatiza como as análises prévias informam, imediatamente, a análise posterior. Dessa forma, a análise que empreendemos anteriormente, acerca do caráter *desigual e pessoal* das RDP, informa imediatamente a investigação acerca de seu aspecto *estruturante*. Pois a análise anterior, em larga medida, teve como resultado lateral a investigação das RDP como mecanismo fundamental para a forma de organização da hierarquia eclesiástica e sua reprodução. Assim, observamos que tanto a desigualdade quanto a personalidade que existem como aspectos da RDP são fundamentais para o desenvolvimento e manutenção do poder episcopal.

No atual estágio de nossa investigação, contudo, enquadraremos a questão do caráter estrutural das RDP lançando luz sobre a forma de organização da hierarquia eclesiástica a partir de outro ângulo. Trata-se agora não mais de analisar as formas de produção e reprodução da camada superior do clero, mas as relações que envolvem a sua camada inferior. De forma semelhante, é importante enfatizar que a análise que empreendemos aqui acaba por informar também a análise pretérita, como logo veremos.

Se a principal preocupação conciliar ao longo do século VII em relação aos bispos é limitar a expansão de seu poder em detrimento da expansão da própria igreja, a preocupação em relação aos clérigos⁹⁴ é bastante diversa. Consideremos um tipo específico de restrição imposta aos clérigos, mas cuja enorme freqüência na documentação conciliar é evidência de sua importância e desrespeito à normatização eclesiástica: a fuga ou deserção de clérigos.

⁹⁴ Ainda que clérigo seja um termo genérico para eclesiástico, sua utilização nas fontes é em oposição aos níveis superiores da hierarquia eclesiástica, os quais são sempre mencionados de forma específica, em especial o bispo. Tal posição será referendada no decorrer da análise.

O registro mais antigo no conjunto dos concílios hispano-romanos acerca dessas temáticas é o cânone XII do Primeiro Concílio de Toledo (397-400) – “Que nenhum clérigo se separe de seu bispo e se dirija a outro”. Segundo o referido cânone: “Igualmente, que nenhum clérigo seja livre para abandonar ao seu bispo e entrar em comunhão com outro bispo, a não ser aquele clérigo que um bispo católico recebe com gosto por apartar-se do cisma herético, ou por voltar à fé católica”⁹⁵.

Não é possível empreender aqui uma análise das relações entre as igrejas católica e ariana, mas apenas assinalamos que, segundo o referido cânone, a única situação em que é lícito o abandono do bispo pelo clérigo e sua vinculação a outro é quando se abjura do arianismo.

Se articularmos a análise de tal cânone com o cânone X do mesmo concílio – “Que ninguém admita que entre no clero aquele que está obrigado a outro sem o consentimento do senhor ou patrono” – é possível tornar nossas conclusões um pouco mais abrangentes. Segundo referido cânone X, “Não deve ordenar-se clérigos aos que se encontram obrigados a outros por justo *contrato* ou por *origem familiar*, a não ser que sejam de vida muito provada e se adicione ademais *o consentimento dos patronos*”⁹⁶ (Grifos nossos).

De tal articulação resulta uma explícita homologia entre a qualidade do vínculo que une patronos e dependentes com aquele que une clérigos e bispos. Um vínculo calcado no poder explícito e socialmente reconhecido de um homem sobre outro, seja por *contrato* ou por *origem familiar*. Tais aspectos são extremamente reveladores, e retornaremos a estes em um momento posterior.

Mais de cem anos após o Primeiro Concílio de Toledo, ocorre o segundo concílio na mesma cidade. Novamente, a mesma preocupação é expressa, mas dessa vez adiciona-se outro componente à antiga determinação. De acordo com o cânone II do Segundo Concílio de Toledo (527) – “Do clérigo que passa a outra igreja e daquele que o receber”:

Do mesmo modo se teve por bem estabelecer que nenhum daqueles que recebem essa educação [sacerdotal], forçados por qualquer ocasião se atrevam, abandonando sua própria igreja, a passar a outra. E o bispo que por acaso se atrever a recebê-los sem o conhecimento do bispo anterior, saiba que se fará culpado ante todos os seus irmãos, porque é muito duro que um arrebatado e se aproprie ao que outro desbastou da rusticidade e da debilidade da infância.⁹⁷

⁹⁵ Idem, p. 22-23.

⁹⁶ Idem, p. 22.

⁹⁷ Idem, p. 43.

Assim, não apenas é reafirmada a interdição ao clérigo do abandono de uma igreja em prol de outra, mas determina-se também que aquele que recebe o fugitivo também será punido por seu ato – ainda que a punição não seja estabelecida, como ocorre em inúmeros outros cânones.

Algumas décadas mais tarde, no Segundo Concílio de Braga (572), tal questão reaparece nas atas conciliares, em especial no Cânone XXXIV – “Dos clérigos desertores”:

Se algum presbítero, ou diácono, abandonando a própria igreja for a outra igreja, e ali permanecer durante muito tempo, nunca mais oficiará entre o clero, e se admoestado por seu bispo para que volte a sua diocese, não quiser regressar, ali onde se encontra será deposto de seu ofício, de tal modo que nunca poderá recuperar seu grau a custa de seu pecado de deserção. E se lhe recebe outro bispo que teve notícia de sua culpa, convém que esse bispo não seja admitido na assembléia comum [*concilio communi*], sem a devida repreensão, para que adiante não viole a norma eclesiástica.⁹⁸

Em tal cânone, não apenas as determinações anteriores são reafirmadas, como as punições são especificadas e endurecidas. Em relação ao clérigo desertor (*desertoribus* – e este parece ser o primeiro momento em que tal terminologia é utilizada para qualificar um comportamento que, como vimos, era mais antigo) recorre-se à ameaça da efetiva e permanente deposição de sua posição eclesiástica, enquanto o bispo que acolhe os desertores é confrontado com a ameaça de repreensão antes que possa integrar a assembléia conciliar.

As tentativas de normatização eclesiástica da questão, à medida que se revelam patentemente infrutíferas, ainda mais nos interessam, pois acabam por expor suas determinações em termos cada vez mais claros. Assim, no cânone III do Segundo Concílio de Sevilha (619) – “Que os clérigos desertores sejam devolvidos aos seus bispos”, encontramos inclusive um breve relato de um caso concreto. Segundo o referido cânone:

Na terceira sessão nos foi apresentada a súplica do nosso reverendíssimo irmão Cambra, bispo de Itálica, acerca de certo clérigo chamado Espasando, que abandonando o fiel cuidado de sua igreja na qual havia sido consagrado desde sua mais tenra infância, se dirigiu a igreja de Córdoba; acerca do qual determinamos que se não houvesse outra coisa a alegar a respeito deste, que fosse devolvido sem mais demora ao seu próprio bispo, *pois está escrito nas leis civis, sobre os colonos das fazendas [colonis agrorum], que ali onde cada um começou a habitar, ali continue. E não de outra forma ordenam os cânones a respeito dos clérigos que trabalham os campos da igreja [in agro ecclesiae operantur]*, se não que permaneçam ali onde começaram. Para tanto, decidimos por bem que se algum clérigo, abandonando o serviço da própria igreja se transladar a outra, forçando o bispo junto ao qual se refugiou, seja devolvido à igreja a qual serviu primeiramente. E aquele que o recebeu e não decidiu devolvê-lo imediatamente e sem alegar desculpa,

⁹⁸ Idem, p. 96.

saiba que será privado da comunhão até que o devolva. E ao clérigo desertor convém que seja despojado do cingulo de sua honra e de seu cargo, seja fechado durante algum tempo em um monastério, e assim pode ser depois restituído ao serviço de natureza eclesiástica, *pois não se poderá suprimir o abuso desse andar de um lado para outro se não lhe seguir algum castigo como correção disciplinar.*⁹⁹ (Grifos nossos).

A respeito do cânone em questão, dois aspectos são essenciais para vislumbrar a dinâmica que estamos delineando: por um lado, aqui novamente encontramos uma normatização mais intensa acerca dos clérigos desertores (em prol de outra igreja que não a sua originária), expressa tanto no endurecimento das punições relativas ao clérigo desertor e ao bispo que o recebe (ainda que seja evidente a diferença relativa entre umas e outras); por outro lado, a homologia que destacamos ao articular os cânones X e XII do Primeiro Concílio de Toledo (397-400) – isto é, uma homologia entre a qualidade do vínculo que une patronos e dependentes com aquele que une clérigos e bispos – aqui é expressa no próprio cânone (ainda que sob um aspecto ligeiramente diverso) ao fundamentar a determinação que os clérigos permaneçam em suas igrejas originárias recorrendo às “leis civis, sobre os colonos¹⁰⁰ das fazendas [*colonis agrorum*], que ali onde cada um começou a habitar, ali continue”, pois os primeiros “trabalham os campos da igreja [*in agro ecclesiae operantur*]”. O recurso aqui é claramente metafórico, mas não menos significativo, pois expressa uma homologia entre o estatuto, fundado na dependência, dos colonos e da camada inferior da hierarquia eclesiástica.

Consideremos, por fim, o cânone XI do Décimo-terceiro Concílio de Toledo (683) – “Que ninguém receba ao clérigo alheio ou ao monge fugitivo”.

Acerca de esse particular existem muitas sentenças dos Padres anteriores nas quais repetidamente se proíbe que ninguém se atreva a chamar ao clérigo de outro, nem a receber ao fugitivo, nem a ocultá-lo ou ordená-lo; mas, sempre que crescendo a iniquidade e arrefecendo a caridade não se atende ao dever nem se refreia a codícia, *deve tratar-se que os que não se corrigem com simples avisos sejam castigados com sentença condenatória pública.* Para tanto se tem por bem que *ninguém receba a um presbítero alheio, abade, diácono, subdiácono¹⁰¹ nem a qualquer outro clérigo, nem tampouco a um monge fugitivo ou vagabundo, nem aconselhe a fuga, nem oculte o fugitivo, nem preste seu favor hospedando-lhe ou retendo-lhe em sua casa, nem com torpe oposição finja pretextos, mediante os quais, fazendo-o ignorante o oculte em outra parte; porque em todos esses casos não apenas sofre o dever, mas também frequentemente danifica-se a caridade com amargas dores. E se alguém diz que recebeu o clérigo alheio com ânimo humilde e*

⁹⁹ Idem, p. 164-165.

¹⁰⁰ Sobre as leis do colonato, cf. DOCKÉS, Pierre. **La liberación medieval**, Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1995; BANAJI, Jairus. **Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation**. Leiden: Brill, 2010; e WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400–800**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

¹⁰¹ Tal referência exemplifica com extrema clareza a tendência que explicitamos na nota 96.

sem saber que se tratava de um fugitivo, então deverá provar a evidente verdade de sua inocência, apresentando ao juiz no prazo de oito dias aquele que admitiu, conforme o prescrito nas leis, e devolvendo o fugitivo dentro do prazo legal ao lugar de onde o vagabundo escapou fugindo. (Grifos nossos).

E qualquer bispo, sacerdote ou ministro ou outro religioso que violar esse nosso estatuto, se o tal acolhedor é bispo, restituirá sem demora, àquele a quem recebeu juntamente com todas as coisas que pode obter da pessoa da qual saiu em fuga, e ademais o bispo será excomungado e separado de seu cargo, como verdadeiramente sacrílego e infrator dos mandatos dos maiores durante tanto tempo quanto o fugitivo esteve sob seu poder. *Mas se aquele que faltou com essa nossa decisão é um presbítero, diácono ou qualquer outro dos religiosos, depois de devolver o fugitivo juntamente com as suas coisas, estará ele durante todo o ano obrigado as normas da penitência sob o controle daquele cujo fugitivo recebeu.*

E qualquer um que conceder seu favor aos tais [clérigos fugitivos] saibam que serão perseguidos e obrigados com as mesmas penas legais com as quais se avisa que serão castigados pelo ministério da lei os que recebem aos fugitivos [...] ¹⁰², ¹⁰³ (Grifos nossos).

Duzentos e oitenta e três anos após o primeiro cânone acerca da questão ¹⁰⁴, a decisão acima se apresenta como a mais explícita (e longa!). Infelizmente, encontramos em tal cânone um limite intransponível, pois não há como verificar qual seria a dinâmica de evolução de tal questão nas décadas seguintes. Em 725 (apenas como um horizonte-limite ¹⁰⁵, pois o processo em questão já se desenvolvia desde a década anterior) o reino visigodo, tendo sido alvo da invasão muçulmana, já não exista mais como estrutura de poder articulada. Em primeiro lugar, observa-se no cânone supracitado o recurso à punições ainda mais duras que as mencionadas no cânone anteriormente analisado (cânone III do Segundo Concílio de Sevilha (619)), sendo este acompanhado de um detalhamento e especificações ímpares, tanto em relação às punições como também às ofensas. É importante enfatizar também a preocupação do cânone em estabelecer punições que variam de acordo com o grau da dignidade eclesiástica – *grosso modo*, seccionando a hierarquia da Igreja em dois grupos: os bispos e aqueles que lhes são inferiores.

De forma geral, é possível notar aqui o último estágio de uma evolução das determinações conciliares no que tange essa questão, que parte da proibição e subsequente punição do clérigo que abandona sua igreja originária em prol de outra para,

¹⁰² O cânone segue normatizando os casos em que a culpa é atribuída aos antecessores nos cargos eclesiásticos e quando a acolhida se faz publicamente como refúgio e reúne judicialmente o fugitivo com seu bispo anterior. Idem, p. 430.

¹⁰³ Idem, p. 429-430.

¹⁰⁴ Ou seja, o cânone XII do Primeiro Concílio de Toledo (397-400). Poderíamos citar ainda o cânone VIII do Primeiro Concílio de Braga (561) – “Da ordenação do clérigo de outro. Que nenhum bispo se atreva a ordenar a um clérigo alheio sem consentimento do bispo próprio deste”. Idem, p. 72-73.

¹⁰⁵ GARCÍA MORENO, L. A.. Historia de España Visigoda..., 1998, p. 190.

progressivamente, estabelecer como alvo prioritário das determinações os agentes (os quais não são, no primeiro cânone, nem aos menos caracterizados dessa forma) complementares da relação, isto é, os bispos e outros eclesiásticos que recebem os clérigos fugitivos.

Decorrencia direta dessa transformação é um aspecto quase implícito do cânone, ainda que mencionado em momentos diversos, o qual reveste de importância ainda maior o papel desse aparente agente complementar na efetivação da relação. Ou seja, torna-se claro para os bispos reunidos no concílio que não se trata apenas de determinar que “ninguém receba a um presbítero alheio, abade, diácono, subdiácono nem a qualquer outro clérigo, nem tampouco a um monge fugitivo ou vagabundo”, mas que tampouco “aconselhe a fuga, nem *oculte* o fugitivo, nem *preste seu favor* hospedando-lhe ou *retendo-lhe* em sua casa”¹⁰⁶. Da mesma forma, parece necessário aos bispos reunidos no referido concílio especificar que a imediata restituição dos clérigos fugitivos ocorrerá “juntamente com todas as coisas que pode obter da pessoa da qual saiu em fuga” e, em uma passagem posterior, sublinha-se a necessidade de restituição do “fugitivo juntamente com as suas coisas”.

Contudo, nos interessa aqui, sobretudo, a homologia que articulamos a partir dos primeiros cânones analisados e que veio a se explicitar nos registros dos concílios posteriores. Tal como se toda a sutileza fosse deixada de lado, não se recorre aqui a metáforas acerca da natureza semelhante da dependência dos colonos e dos clérigos, mas se expressa com clareza invejável que aqueles que concederem seus favores aos clérigos fugitivos “serão perseguidos e obrigados com *as mesmas penas legais* com as quais se avisa que serão castigados pelo ministério da lei *os que recebem aos fugitivos*”¹⁰⁷. Os fugitivos mencionados por último, em direta homologia com os clérigos fugitivos, são camponeses dependentes (em níveis diversos de dependência e com estatutos jurídicos também diversos, mas imersos nos mesmos tipos de relações, tanto horizontalmente – em meio ao próprio campesinato dependente – quanto verticalmente – em sua relação com a aristocracia¹⁰⁸) que recorrem à fuga como forma de resistência à expansão da dominação senhorial.

A análise mais detalhada de tal homologia depende de uma investigação da legislação régia acerca das questões relativas às freqüentes fugas de camponeses dependentes.

¹⁰⁶ VIVES, José (Ed.). Concílios Visigóticos..., 1963, p. 429-430. Grifos nossos.

¹⁰⁷ Idem, ibidem. Grifos nossos.

¹⁰⁸ Para um amplo panorama da questão, cf. BONNASSIE, P. “Supervivencia y extinción del régimen esclavista en el Occidente de la Alta Edad Media (siglos IV-XI)” IN: Idem. **Del esclavismo al feudalismo en Europa occidental**. Barcelona: Crítica, 1993; BASTOS, Mário Jorge da Motta. Escravo, servo ou camponês? “Relações de produção e luta de classes no contexto da transição da Antiguidade à Idade Média (Hispania – séculos V-VIII)” IN: **POLITEIA: História e Sociedade**, V. 10, N. 1, 2010, pp. 77-105.

b) Relações de produção e dominação: o campesinato dependente.

No decorrer do estabelecimento e caracterização das RDP como *relações estruturantes* da hierarquia eclesiástica – tanto a partir das relações que vinculam os indivíduos na camada superior de tal hierarquia (ou seja, relações entre os bispos), quanto nas relações que envolvem estes e os indivíduos com posições inferiores na mesma estrutura hierárquica (relações que envolvem bispos e outros clérigos de posição inferior) – a partir de uma lógica que articula *desigualdade* e *pessoalidade*, observamos uma clara e progressivamente mais explícita homologia entre a dependência que se expressa nas relações entre bispos e clérigos com aquelas que vinculam patronos e dependentes.

A partir da percepção de tal homologia, trata-se agora de verificar seus limites no que tange às relações de produção, isto é, se são aqui as RDP também estruturantes, desiguais e pessoais. Conforme já analisamos, as relações produtivas mais básicas no alto-medieval são aquelas que articulam aristocracia e campesinato dependente. Se o funcionamento “normal” do sistema põe dificuldades para a sua análise, uma vez que os testemunhos são extremamente escassos, são os momentos de ruptura em tal dinâmica que revelam as tensões e contradições da mesma. Dentre esses momentos, a fuga de camponeses dependentes é um acontecimento extremamente disruptivo para a continuidade do processo de produção e reprodução material alto-medieval.

Com o intuito explícito de combater tais ocorrências, foi produzido um amplo conjunto legislativo ao qual temos acesso através do *Liber Iudicum*¹⁰⁹, isto é, a legislação régia visigótica cuja promulgação data do reinado de Recesvinto (653–672), mas contém também leis preparadas por seu pai, Chindasvinto (642–653), anteriores, de Recaredo (586–601) e Sisebuto (611/12–20), e em versões posteriores do código, outras adicionadas por Wamba (672–680), Ervigio (680–687), Egica (687–700) e Witiza (700–710)¹¹⁰. As bases de tal código parecem ser as compilações empreendidas por Eurico (466–484)¹¹¹ e Alarico (484–507)¹¹² dos códigos romanos imperiais. O *Liber Iudicum* teria como uma de suas bases

¹⁰⁹ Também chamado de *Liber Iudiciorum* ou *Lex Visigothorum*. ZEUMER, K., & WERMINGHOFF, A.. *Leges Visigothorum*. Hannoverae et Lipsiae, Impensis Bibliopolii Hahniani, 1902. Disponível online em <http://daten.digital-sammlungen.de/0000/bsb00000852/images/index.html?id=00000852&nativo=3>. Tradução inglesa [The Visigothic Code (*Forum Iudicum*). De SCOTT, S. P. (Ed.), Boston Book Company, 1910] disponível online em <http://libro.uca.edu/vcode/visigoths.htm>.

¹¹⁰ GARCIA MORENO, L. A.. *Historia de España Visigoda...*, p. 325.

¹¹¹ Segundo Roger Collins, os fragmentos do Código de Eurico que sobreviveram indicam que este era “predominantemente, ou mesmo exclusivamente, romano em seus conteúdos e estrutura”. COLLINS, Roger. **Visigothic Spain: 409-711**. Oxford: Blackwell Pub, 2004, p. 227.

¹¹² Para Collins, o “Breviário de Alarico” não contém nenhuma das dificuldades de seu antecessor no que tange o estabelecimento de sua datação (506) e autoria. Contudo, seu conteúdo aproxima-se do anterior como uma “compilação reduzida da lei romana e jurisprudência”. Idem, p. 230.

também a revisão legislativa empreendida por Leovigildo (572–586) dos dois códigos anteriores, a qual não sobreviveu em nenhuma versão independente. Por fim, em 654 é promulgado o *Liber Iudicum*, tornando obsoletas e ilegais todas as versões anteriores. Segundo Collins, “em adição às leis de Chindasvinto e Recesvinto, o *Liber Iudiciorum* também incluiria outras 315 leis carecendo de atribuição real, mas intituladas *Antiqua*”¹¹³. Estas seriam derivadas do “Código de Leovigildo” e incluiriam textos revisados de artigos que podem ser encontrados no “Código de Eurico”¹¹⁴. Evidência de que apenas as leis anteriores a Leovigildo seriam agrupadas sob esse título é a presença de três leis atribuídas no próprio código à Recaredo.

A despeito do conhecimento extremamente fragmentário acerca do *Liber Iudicum*, seu valor para a investigação histórica é indiscutível. Tendo em vista esse aspecto, García Moreno argumenta ser possível, uma vez que o material encontra-se datado a partir do reinado de Recaredo, atribuindo cada lei ao seu autor real, “obter uma visão diacrônica e evolutiva”¹¹⁵ da organização administrativa do Reino de Toledo.

Sendo os nossos objetivos comparativamente mais modestos, trata-se de seguir a proposta de García Moreno no que tange a verificação de um padrão de desenvolvimento da legislação acerca da fuga de servos¹¹⁶.

Consideremos então o Livro IX do *Liber Iudicum*, intitulado “Sobre fugitivos e refugiados”, em especial o Título I: “Sobre fugitivos, e aqueles que os escondem, e os ajudam em sua fuga”. Sob a designação de *Antiqua* – portanto, conforme as hipóteses de Collins¹¹⁷ e García Moreno¹¹⁸, formulada antes de 586 –, o Item I – “Onde se descobre que um livre [*ingenuus*] ou dependente [*servus*] escondeu um fugitivo” – determina:

Se um livre esconde um fugitivo, ele deve ser obrigado a entregá-lo ao seu senhor, juntamente com outro servo de igual condição [*alium paris meriti*]. Se um servo, sem o conhecimento de seu senhor, esconder outro servo que é um fugitivo, ambos devem receber cem chibatadas; e o senhor não deve ser de nenhuma forma responsável pelos danos.¹¹⁹

¹¹³ Idem, p. 234.

¹¹⁴ Idem, ibidem.

¹¹⁵ GARCIA MORENO, L. A.. Historia de España Visigoda..., p. 325.

¹¹⁶ Por “servos” traduzimos toda uma gama de termos latinos como “*servus*” e “*mancipium*”. Não se trata aqui de reeditar o extenso debate acerca do fim da escravidão – sendo suficiente apontar a recente revisão que Wickham faz do mesmo [WICKHAM, Chris. Framing the..., 2005.] -, mas lembrar que, a despeito dos estatutos jurídicos diversos – servos, escravos, livres –, o conjunto do campesinato dependente agrupava indivíduos imersos nas mesmas relações sociais.

¹¹⁷ COLLINS, Roger. Visigothic Spain..., 2004, p. 235.

¹¹⁸ GARCIA MORENO, L. A.. Historia de España Visigoda..., p. 325.

¹¹⁹ ZEUMER, K., & WERMINGHOFF, A.. Leges Visigothorum..., 1902, p. 352.

Assim, no melhor espírito de concisão da legislação antiga, a referida lei caracteriza o crime – esconder um servo em fuga – e dispõe sobre as penalidades daí decorrentes. Tal como observamos na legislação conciliar, as penas são variáveis de acordo com o estatuto daquele que comete o crime: se livre, deverá entregar juntamente com o servo fugitivo, outro de igual condição; se também dependente, isto é, servo, ambos, o fugitivo e aquele que o acolheu, devem receber cem chibatadas, cuja responsabilidade não pode recair sobre o senhor.

É necessário notar, portanto, que a lei objetiva o combate à duas práticas, qualitativamente diversas: por um lado, o dependente que acolhe outro sem o conhecimento de seu senhor. Se as penas aqui são extremamente mais duras, é razoável supor que isto ocorre não apenas porque o estatuto dos envolvidos seja inferior (o que certamente é um aspecto primordial), mas também porque esta constitui uma ofensa mais grave, uma vez que rompe a relação de dependência previamente estabelecida e desafia a lógica fundamental dessa sociedade, os vínculos pessoais; por outro lado, a lei combate também a prática senhorial de acolher dependentes alheios em fuga. Comparativamente, a apropriação de dependentes alheios é uma ofensa que também causa preocupação – do contrário não seria tipificada na legislação régia – mas é comparativamente mais leve. A pena constituiu-se como a restituição do dependente fugitivo ao seu senhor original, acrescida da cessão de um dependente daquele que havia se apropriado do fugitivo.

Por sua vez, uma lei de Chindasvinto (642–653) – XVIII. Sobre aqueles que recusam restaurar os servos fugitivos aos seus senhores” – retoma a questão, demonstrando que esta permanecia objeto de preocupações e determinações ainda mais específicas e penosas. Segundo a referida lei:

Uma vez que muitas pessoas estão inclinadas à controvérsia, e frequentemente pervertem o sentido das leis, e porque foi declarado em uma lei antiga que sempre que um senhor encontra seu servo ele deve retomá-lo; e porque as pessoas mencionadas frequentemente se recusam a restituir um servo fugitivo, e, sob tais circunstâncias, causam atraso, para que possam se beneficiar dos serviços do mencionado servo por um tempo; e também, uma vez que tal atraso é inteiramente sem sentido e injusto que o senhor, por um vil servo, seja forçado a permanecer, por um período indefinido, duas ou três centenas de milhas longe de casa; e porque tais procedimentos são mais um resultado do artifício que da verdade; nós, portanto, declaramos que doravante, sempre que alguém recuse a restituição de um servo fugitivo ao seu senhor, ou ao agente do último, ou o resgate após este ter sido preso, deve ser obrigado a restaurar o dito fugitivo ao seu senhor, juntamente com quatro outros servos de igual condição [...]. E se um servo, sem o conhecimento de seu senhor, cometer qualquer uma das ofensas aqui descritas, e seu senhor está disposto, deve dar dois [servos] de igual

condição, como compensação, ao senhor do fugitivo; mas se ele não estiver disposto à fazê-lo, o servo deve ser entregue ao senhor do fugitivo para servi-lo para sempre. A mesma regra se aplicará no caso de servas.¹²⁰ (Grifos nossos).

Observa-se em tal determinação uma sensível transformação em relação à lei que analisamos anteriormente. Até esse momento, ainda que tenha sido reconhecida a atitude de alguns senhores que se apropriavam dos dependentes alheios, a legislação não alcançava tal nível de especificidade ou clareza. Aqui, ao contrário, não só é explicitado a frequência com que tal apropriação ocorria, mas também um elemento novo, a *recusa* da restituição do fugitivo ao seu antigo senhor. Segundo a própria legislação, esta teria como objetivo que aqueles que se apropriaram do fugitivo “*possam se beneficiar dos serviços do mencionado servo por um tempo*”.

Acompanhando as transformações acima analisadas, as punições definidas pela lei também são comparativamente mais duras. Se na primeira lei analisada a pena para a apropriação efetuada por um senhor era definida como a restituição do servo acompanhado de *outro* dependente de igual condição, aqui se trata da restituição do servo acompanhado de *outros quatro* dependentes de igual condição.

Por fim, encontramos uma lei extremamente reveladora, e a mais tardia das aqui analisadas, atribuída a Egica (687–700) - XXI. “Sobre os servos fugitivos e aqueles que os abrigam”. O preâmbulo de tal lei é bastante sugestivo ao afirmar que

Foi claramente estabelecido em leis anteriores por quais meios e investigações a fuga secreta de escravos pode ser reprimida. Mas, sob vários pretextos legais de juízes, ou através da fraude daqueles que os abrigam, sua fuga é ocultada, e o cumprimento da lei torna-se difícil, e com os crescentes números de fugitivos as facilidades para sua ocultação tornam-se maiores, em tal extensão cresceu este mal que dificilmente existe uma cidade, castelo, vila ou aldeia, onde um número de fugitivos não seja conhecido.¹²¹

Ao atestar com tanta clareza em um só movimento o desrespeito à legislação anterior, a crescente ocorrência e generalização das fugas de dependentes, Egica nos fornece um testemunho precioso da expansão das relações de dependência na produção.

A continuidade da lei é ainda mais eloqüente, pois determina que

Mantendo as determinações das leis anteriores acerca das fugas de servos em pleno vigor, nós decretamos que doravante, qualquer um que abrigue um

¹²⁰ ZEUMER, K., & WERMINGHOFF, A.. *Leges Visigothorum...*, 1902, p. 362-363.

¹²¹ ZEUMER, K., & WERMINGHOFF, A.. *Leges Visigothorum...*, 1902, p. 363-364.

servo fugitivo pertencente a outro, deve imediatamente submetê-lo ao exame judicial, ainda que ele proclame que é livre, para que seja assegurado se este é um livre ou servo, e provando-se que é um servo, deve ser retornado ao seu senhor. Se, contudo, a referida pessoa não apresentar o fugitivo à corte, ou restaurá-lo ao seu senhor, provando-se que é livre ou servo, tal pessoal deve receber cento e cinquenta chibatadas, e deve pagar também uma libra de ouro ao mestre do escravo fugitivo, e se não dispor dos meios para pagar tal soma, deve receber duzentas chibatadas. Todos os outros residentes daquela vizinhança, sejam nativos, estrangeiros, livres ou escravos, pertençam ou não ao clero ou esteja a serviço da Coroa, são suscetíveis de penas similares, se não derem conhecimento [da presença] do fugitivo, ou dirigi-lo da posse daquele que o esconde, quando estiverem cientes da presença do dito servo.¹²²

Completa a evolução da legislação régia, tal como observamos com as determinações conciliares acerca dos clérigos fugitivos, encontramos uma formulação extremamente explícita da questão, tanto no que concerne os meios quanto os objetivos da conduta criminosa, e um radical endurecimento das penalidades daí decorrentes. Ao menos no texto legal, são reduzidas as variações acerca das punições em relação ao estatuto dos infratores, pois livres e servos devem ser punidos com chibatadas, ainda que os livres possam reduzir sua pena através do pagamento de determinada quantia. Contudo, o que deve ser alvo de nossas atenções é a responsabilização da comunidade como um todo pela ocultação dos fugitivos, sendo a totalidade dos membros desta penalizados no caso de não denunciarem a conduta criminosa de seus vizinhos.

Verificada a homologia entre as determinações conciliares acerca dos clérigos fugitivos e da legislação régia acerca dos camponeses dependentes, nos deparamos com uma dependência que se manifesta de forma generalizada na sociedade alto-medieval. Tendo atingindo o nível mais fundamental de tal sociedade, isto é, as relações entre campesinato dependente e aristocracia, foi possível demonstrar a extrema preocupação da legislação régia no seu intento de normatização as relações de produção através do combate à fugas e apropriações de fugitivos por outros senhores. De posse de tais resultados, trata-se agora de empreender “o caminho de volta”, isto é, demonstrar que a dependência que analisamos em âmbitos diverso e caracterizamos como uma relação fundamental da sociedade alto-medieval é, de fato, um componente das RDP. Dessa forma, tais relações de *dependência* se revelam imediatamente, quando conjugadas com as análises anteriores, também como relações *pessoais* e *desiguais*. Ou seja, o estabelecimento das RDP como *relações estruturais* passam, em um nível, pelo sua análise como *relações sociais fundamentais* – que empreendemos ao vinculá-las de forma intrínseca como o aspecto central do desenvolvimento das relações de

¹²² Idem, *ibidem*.

produção – e, em outro nível, como as relações que fornecem os *modelos* para outras relações sociais – característica que analisamos através do exame da forma de organização da estrutura eclesiástica. Seria possível ainda multiplicar os exemplos das relações de dominação alto-medievais fundadas nas RDP (isto é, que as tomam como modelo ou que emergem da sua centralidade no processo produtivo)¹²³, mas isto pouco acrescentaria qualitativamente aos objetivos que enumeramos no início do capítulo.

Por outro lado, se retomamos agora as relações fundadas na troca de presentes, as quais examinamos no Capítulo II e estabelecemos como a forma dominante do intercâmbio alto-medieval, podemos demonstrar efetivamente como a análise dos níveis mais “profundos” da realidade – estruturais – acaba por retroagir sobre a análise dos níveis mais “superficiais”, e nos capacita a enquadrar aquelas relações através de uma compreensão renovada e bastante superior.

4. Relações sociais fundamentais.

I. A troca de presentes como lei geral do Regime Senhorial.

Para explicitar os avanços que a análise estrutural possibilitou, é profícuo contrastar nossos resultados com o de outra investigação, extremamente rigorosa e monumental acerca da mesma temática (ainda que espacialmente incomensurável, dado o seu intento de abarcar o conjunto da sociedade do Ocidente medieval).

Em sua impressionante obra dedicada ao medievo – Poder e Dinheiro¹²⁴ –, João Bernardo objetiva, através da análise crítica de uma imensa e variada bibliografia, o estabelecimento de leis gerais que sintetizem o funcionamento da sociedade medieval. Segundo o autor, a explicitação dos objetivos básicos das relações sociais no regime senhorial “permite atingir o âmago do sistema, podendo então definir-se a sua lei geral e, a partir daí, desvendar a totalidade social”.

Tal desvendamento aparece como um resultado possível (e necessário!) porque a “lei geral fornece uma estrutura lógica unificada, tanto para as relações entre as classes e o modo como delas decorrem a produção e a subsequente circulação dos objetos econômicos como

¹²³ Cf., por exemplo, a *Formula Visigothica XXXII* [GIL, I. *Miscellanea Wisigothica*, Sevilla, 1972, pp. 101-102]. Ou os extensos exemplos no *Forum Iudicum* [ZEUMER, K., & WERMINGHOFF, A. *Leges Visigothorum...*, 1902]. Sobre a primeira, cf. ainda o artigo de Pablo Díaz Martínez [“Sumisión voluntaria: estatus degradado e indiferencia de estatus en la Hispania visigoda (FV 32)” IN: **Studia historica**. *Historia antigua* Bd. 25, 2007, pp. 507-524].

¹²⁴ BERNARDO, João, **Poder e Dinheiro**. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV, Vol. 1, Porto: Afrontamento, 1995.

para as formas por que as classes concebem tais relações”. Dessa forma, a lei geral é tanto o resultado da análise histórica quanto o seu pressuposto. A partir desta é possível enquadrar e analisar as relações de produção, a esfera da circulação e até mesmo as figurações produzidas pelos agentes imersos nessas relações.

O fundamento de tal percurso metodológico não é outro senão o método desenvolvido por Karl Marx e exposto na sua crítica da economia política. Segundo João Bernardo, “foi esta *démarche* sintetizadora que Karl Marx conseguiu na crítica do capitalismo, ao definir a mais-valia e a lei do valor, e que tem de ser reelaborada para as condições próprias dos outros sistemas”¹²⁵.

Assim, João Bernardo formula a lei do regime senhorial após estabelecer “imposição de dados percursos aos objetos econômicos” como o “objetivo básico das relações sociais no regime senhorial”¹²⁶. Dessa forma, a articulação do *mundium* e *bannum* aparece como o ponto de partida para o estabelecimento da lei geral do regime senhorial. Tal articulação não é arbitrária, mas justifica-se uma vez que “o *mundium* e o *bannum* permitem cobrir a sociedade nos dois sentidos”¹²⁷, isto é, são as relações que orientavam os percursos econômicos no processo de exploração e “estruturavam a aparência formal em que as classes se assimilavam”¹²⁸. Segundo o autor, tal articulação permite formular a lei geral uma vez que é capaz de abarcar a totalidade social:

“Pela análise das operações do *bannum* e do *mundium* podemos definir a lei geral precisamente no ponto crucial da exploração e, ao mesmo tempo, explicar a assimilação formal das classes, abarcando a totalidade social, no que a lei cumpre a sua função sintetizadora”¹²⁹.

O resultado de tal proposição não é apenas a possibilidade de formulação da lei geral, mas a vinculação do caráter total da sociedade com sua unidade essencial no processo de produção, pois “esta lei, como a de qualquer regime ou modo de produção, regia fundamentalmente o processo de exploração, que permitia a existência material da sociedade e a reproduzia”¹³⁰.

O prosseguimento da análise de João Bernardo revela-se então como uma caracterização do sistema de exploração historicamente específico do regime senhorial. Segundo o autor, tal “exploração consistia na articulação das prestações servis efetuadas sob

¹²⁵ Idem, p. 237.

¹²⁶ Idem, ibidem.

¹²⁷ Idem, ibidem.

¹²⁸ Idem, ibidem.

¹²⁹ Idem, ibidem.

¹³⁰ Idem, ibidem.

o *bannum* com as concessões dos senhores aos servos canalizadas pelo *mundium*¹³¹; e revela-se na articulação de quatro características centrais: 1) a reciprocidade dos deveres; 2) a dilatação temporal dos movimentos recíprocos; 3) o caráter pessoal dos deveres; e 4) o caráter concreto do conteúdo dos deveres.

A partir da consideração dessas características em sua articulação, o autor argumenta que “o sistema de relações econômicas que melhor se adéqua a todas e a cada uma dessas características é a troca de presentes”¹³². Tal sistema “constitui uma forma de reciprocidade, os seus movimentos são suscetíveis de dilatação, é altamente particularizada e pessoalizada quanto aos agentes da troca, é altamente concretizada quanto aos bens trocados”¹³³.

A lei geral do regime senhorial é então formulada como “a troca pessoal e particularizada, espaçada no tempo, de presentes constituídos por objetos econômicos concretos de função desigual”¹³⁴. Ou, em síntese, uma “troca de funções desiguais”¹³⁵. De acordo com João Bernardo tal formulação se estabelece como uma lei geral, pois desenvolvida “no ponto crucial das relações entre servos e senhores, esta lei, se rege todo o sistema, engloba a totalidade social, fornecendo-lhe uma forma lógica unificada”¹³⁶.

De forma complementar, tal lei geral dispõe também de um caráter modelar, uma vez que “abarcou também a transferência de todo o tipo de bens entre as unidades econômicas”¹³⁷ e “incluiu ainda as formações ideológicas”¹³⁸, fornecendo a matriz para rituais diversos. Em que pesem as análises rigorosas e o projeto ambicioso – ainda que extremamente necessário – de João Bernardo, as proposições que avança em relação à formulação da lei geral do regime senhorial devem ser confrontadas com duas críticas diversas, ainda que intimamente relacionadas.

O aspecto central da lei geral formulada por João Bernardo encontra o seu fundamento teórico na obra de Mauss, em especial no seu desenvolvimento do conceito do dom (ou troca de presentes)¹³⁹. Apesar da enorme habilidade do autor em lidar criticamente – por vezes incisivamente – com um enorme conjunto bibliográfico, articular suas conclusões em um modelo que dá conta das mais variadas especificidades do Ocidente

¹³¹ Idem, p. 238.

¹³² Idem, ibidem.

¹³³ Idem, ibidem.

¹³⁴ Idem, p. 239.

¹³⁵ Idem, ibidem.

¹³⁶ Idem, ibidem.

¹³⁷ Idem, ibidem.

¹³⁸ Idem, ibidem.

¹³⁹ MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” IN: Idem. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 185-314.

alto-medieval e, ainda assim, construir uma visão de conjunto do sistema, seu tratamento da obra de Mauss é deficitário.

Não há dúvidas de que, nesse ponto, a base essencialmente bibliográfica de sua obra e a ausência do trato com fontes primárias constitui um limite que impõe conseqüências diversas para toda a teoria. Em sendo da interação dialética entre conceito e efetividade que um verdadeiro método histórico pode surgir¹⁴⁰, a inexistência de uma consideração da teoria maussiana do dom frente aos testemunhos documentais medievais constituem um resultado insuficiente da obra de Bernardo.

Encontramos na obra do autor, por exemplo, uma tendência, presente já na obra de Mauss e na noção de “fato social total”, para hipostasiar o dom como fundamento de todas as outras relações da sociedade. Tal tendência, nos parece, é o reconhecimento de uma representação ideológica como o fundamento real dessas relações. Que ela aparenta ter esse papel determinante na organização dessas sociedades e, assim, tem influências reais, não é lícito derivar daí que esse é o fundamento que estrutura essas sociedades. Ao contrário, tal fundamento deve ser investigado através da *dialética entre essência e aparência*, explicitando porque determinadas *estruturas* sociais têm sua *forma de manifestação* no dom.

A crítica acima é amplificada pela breve interpretação que Bernardo propõe acerca da análise marxiana do capitalismo, em linhas gerais, muito semelhante à sua formulação da lei geral do regime senhorial. Assim como apresenta a troca de presentes como a relação que articula a totalidade social no medievo, argumenta que “foi esta *démarche* sintetizadora que Karl Marx conseguiu na crítica do capitalismo, ao definir a mais-valia e a lei do valor”¹⁴¹. Se Bernardo absolutiza o dom como a relação que articula todas as estruturas de relações no medievo e ignora que, ao contrário, este é a forma de manifestação de uma relação social prévia e mais fundamental, sua interpretação da obra marxiana segue pelo mesmo caminho.

Da mesma forma que não é troca de presentes que articula a totalidade social no medievo, também não é o mais-valor ou a lei do valor que cumpre esse papel sob o capitalismo. O mais-valor (ou melhor, o processo de apropriação privada do mais-valor) nada mais é do que a conseqüência de um modo de produção cujo sentido é a produção crescente de valor. Analogamente, a lei do valor é apenas a formulação de uma lógica real que orienta (e domina) a produção social contemporânea. É necessário distinguir a existência *real* do *valor* como lógica geral da produção de sua formulação científica, a *lei do valor*. Para o

¹⁴⁰ THOMPSON, E. P. “An open letter to Leszek Kolakowski” IN: Idem, **The poverty of theory and other essays**. New York: Monthly Review Press, 2008, p. 139.

¹⁴¹ BERNARDO, João, Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal..., 1995, p. 237.

regime senhorial o mesmo se aplica: a troca de presentes é o produto, a consequência de uma estrutura social articulada pelas relações de dependência pessoal. O dom (como construção teórica) é sua formulação teórica e científica.

II. As relações de dependência pessoal: o dom como forma da dependência.

Consideremos então os resultados de nossa análise, já aqui bastante diversos dos que alcança João Bernardo. A análise que empreendemos no decorrer do presente Capítulo (III) estabeleceu como seu objetivo principal desvelamento das relações de dependência pessoal como as relações sociais fundamentais do alto-medievo ibérico, isto é, sua efetividade como quadro geral no qual existem as outras relações sociais. Tratava-se, portanto, do estabelecimento das RDP como as condições de possibilidade para a emergência e desenvolvimento da sociedade ibérica alto-medieval.

Observamos então no início do capítulo que, para atingir tal objetivo, deveríamos ser capazes de demonstrar ao longo de nossa análise a caracterização das RDP fundada em quatro aspectos principais: *centralidade*, *historicidade*, *caráter estrutural* e *realidade*. Advertimos então que tais aspectos não se organizam de forma linear, mas se relacionam dialeticamente e seriam desenvolvidos em um mesmo movimento no decorrer do capítulo. Contudo, após o adequado exame do nível estrutural e a compreensão transformada que dele deriva, tornou-se evidente que tal movimento de análise não se restringiu apenas ao atual Capítulo (III), mas teve suas bases lançadas no Capítulo I e efetivou-se explicitamente no Capítulo II.

É necessário então um breve reexame das relações que enquadrámos ao longo do Capítulo II – as formas de intercâmbio alto-medievais – à luz das conclusões do presente Capítulo (III). Ao desenvolvermos o Modelo (2) no Capítulo anterior (II), caracterizamos a troca de presentes como forma de intercâmbio dominante e o comércio pré-capitalista como forma de intercâmbio subordinada. Dentre as especificidades da troca de presentes enquanto forma de intercâmbio dominante, destacamos seu caráter eminentemente conflituoso, fundado na desigualdade relativa entre os participantes da relação (produzida ou reproduzida por meio da própria relação) e, portanto, sua efetividade como mecanismo de dominação pessoal.

Verticalizando o desenvolvimento de tal modelo, objetivamos a análise das condições de possibilidade das relações de produção alto-medievais mais fundamentais, isto é, as relações entre campesinato dependente e aristocracia. No decorrer de nossa análise,

desenvolvendo a caracterização das RDP conforme as diretrizes acima reunidas, observamos que seu caráter estrutural manifestava-se em dois âmbitos diversos: por um lado, como estrutura social, i.e., como relações sociais fundamentais; por outro lado, como relações modelares, i.e, como as relações que forneciam os quadros de referência para a emergência de outras relações sociais. Na avaliação desse último aspecto – modelar –, verificamos que as RDP, através da análise de seus outros aspectos – a personalidade e a desigualdade –, se manifestavam de maneira explícita em diversas relações outras que se desenvolviam no interior da hierarquia eclesiástica. Do aprofundamento da análise prévia, demonstramos que tais aspectos não apenas eram centrais nas relações entre os membros da camada superior da hierarquia da Igreja, mas também nas relações destes com aqueles localizados na camada inferior.

Estabelecida, em seguida, a homologia entre as relações dos dois grupos acima e dos senhores com seus dependentes, localizamos tais relações em um nível socialmente fundamental, as relações de produção e reprodução da vida material. A conclusão de nossa análise resultou, portanto, no estabelecimento das RDP como as relações sociais fundamentais no alto-medieval ibérico.

Nesse ponto, contudo, devemos atentar que a análise que empreendemos aqui desde o Capítulo III é fruto de uma inversão, ainda que inescapável. Pois, conforme já consideramos longamente, só é possível enquadrar os níveis profundos – estruturais – do real através de uma análise que tome como seu ponto de partida os níveis mais superficiais – formas de manifestação – desse mesmo real. Tendo concluído nossa jornada até tais níveis e desvelado as RDP como esse nível mais estrutural, trata-se agora de enquadrar as relações localizadas em níveis mais superficiais como aquilo que realmente são: formas de manifestação das RDP.

Dessa forma, é necessário corrigir uma impressão que a análise ao longo do Capítulo III possa ter produzido, isto é, que são as relações que se desenvolvem no interior da hierarquia eclesiástica o modelo para as relações de produção fundamentais. Ao contrário, nesse aspecto o argumento aparece como invertido, pois o último complexo de relações analisado – as relações de produção – é que possibilitam a emergência do complexo de relações analisados anteriormente – as relações no interior da hierarquia eclesiástica.

O mesmo ocorre, em um âmbito maior, com as formas do intercâmbio alto-medieval analisadas no Capítulo (II). Ao caracterizarmos a troca de presentes como a forma dominante, não se pretendeu, em nenhum momento, estabelecê-la como o modelo (lógico e historicamente prévio) para as RDP. Também aqui, do final do movimento analítico descrito

decorre uma nova compreensão das relações previamente analisadas, principalmente em relação ao seu enquadramento geral no complexo de relações que formam a totalidade social.

Assim, como apontamos na breve crítica da abordagem de João Bernardo, não é possível estabelecer a troca de presente como lei geral do regime senhorial, pois está é, primordialmente, uma expressão – no âmbito dos intercâmbios – das RDP.

Em paralelo à troca de presentes, as RDP (consideradas em sua síntese) são prévias e mais abrangentes, ainda que encontrem no dom uma de suas formas de manifestação. No nível de abstração das formas¹⁴² que as relações sociais assumem não é possível separar em dois momentos tal imbricação: o dom não pode existir sem um quadro prévio estabelecido pelas RDP que estruture a sociedade e, no entanto, tal quadro só dispõe de materialidade quando expresso por relações como o dom. Analiticamente, em um nível de abstração mais elevado e orientado para as estruturas – para o conteúdo das formas –, no entanto, podemos efetuar tal separação e conferir prioridade ontológica para as RDP, as quais, como já vimos, estruturam também as relações de produção fundamentais da sociedade em questão.

A troca de presentes é, portanto, uma forma de manifestação (uma das formas possíveis) de um fenômeno cuja essência reside na articulação social através das relações de dependência pessoal. É necessário, contudo, salientar que existe uma relação dialética inerente às relações de dependência pessoal e à troca de presentes. Se a primeira desempenha o papel de pano de fundo, quadro geral necessário para a existência da troca de presentes, também é verdade que disso decorrem efeitos recíprocos, nos quais o sistema de relações de dependência pessoal sofre os efeitos e transformações decorrentes do papel que a troca de presentes desempenha nessa sociedade, ajustando-se de forma a torná-lo mais efetivo ou representando certos limites intransponíveis.

¹⁴² MARX, K.. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro II..., p. 39-ss.

CONCLUSÃO

Após persistir e vencer as páginas anteriores, nada mais justo que o leitor manifeste a célebre questão: “e daí?”. Afinal de contas, de que serve e a quem serve o conhecimento que se pretendeu cristalizar na dissertação que tem em mãos? Talvez a questão, em um súbito movimento, se apodere do cérebro desse leitor e se espalhe como um vírus. Talvez ele seja capaz de, rapidamente, expandir a primeira questão: “e tem algum sentido dedicar tanto tempo e recursos a uma pesquisa acerca da Idade Média? E, ainda por cima, no Brasil?”. Destinada ou não a um repouso imperturbável nos confins das bibliotecas (físicas e digitais), tal trabalho não pode se considerar encerrado sem apresentar (ou balbuciar) alguma resposta para tais questionamentos.

A pergunta não é nova, ainda que não pareça educado enunciá-la à luz do dia. As inúmeras respostas, produzidas de maneira estranhamente ligeira por acadêmicos perplexos, podem ser agrupadas em dois conjuntos: de um lado, aqueles que são céleres o suficiente para deslegitimar a questão; de outro, aqueles que genuinamente se preocupam em formular uma resposta honesta, mas que acabam por criar justificativas e argumentos tão torpes que despertam incredulidade na audiência.

Voltemos a nossa atenção para o primeiro tipo de acadêmico, vestindo sua beca e correndo escadaria acima em sua torre de marfim. Pois o pressuposto de uma resposta que vê equívocos em uma questão tão básica é o mais extremo divórcio (ainda que tal separação seja impossível) entre Universidade e sociedade, entre conhecimento e prática. Para esse tipo de acadêmico, a Universidade não apenas tem *autonomia* (princípio cada vez mais atacado e fundamental para o desempenho de seu papel social), mas total *independência* da sociedade que a cria e reproduz. Assim, os historiadores investigam tempos e temáticas de acordo com seus interesses particulares, os quais não devem ser jamais questionados (seja para obter uma justificativa, seja para compreender a determinação social de tais interesses) e qualquer possível (ir)relevância é seu direito natural.

O segundo tipo nos aguarda no auditório e é explícita sua confusão. Enquanto observávamos seu colega, tentou com bastante afincamento formular uma resposta, afinal de contas, reconhece a validade da questão. Infelizmente, o resultado é patentemente insatisfatório: constrangido, responde que há uma vinculação importante entre o Brasil e a Idade Média que se manifesta no folclore nacional contemporâneo. As lendas tupiniquins que têm como personagens reis e cavaleiros, batalhas famosas e ritos medievais seriam suas

expressões mais intensas, “sobrevivências” de um passado medieval, que, dessa forma (e apenas assim), nos pertenceria. Tal vinculação “orgânica” seria suficiente para justificar inúmeros estudos acerca dos mais variados contextos e aspectos da sociedade medieval, pois sua vinculação com a nação e com o presente estaria assegurada. É suficiente notar que tal justificativa é responsável por colocar em primeiro plano seus próprios limites e, decorrência necessária, por tornar injustificadas quaisquer análises que se afastem de tal horizonte estreito. Aceitos seus pressupostos, se a vinculação entre presente e passado é tão frágil desse lado do Atlântico, encontram-se asseguradas apenas as investigações que têm como objetivo primário a compreensão de tais “sobrevivências”. Afastando-se um pouco o historiador de tal conjunto de temáticas a justificativa cai por terra e torna-se um obstáculo.

Antes que o leitor, desanimado, seja compelido a caracterizar o tempo que dedicou a leitura como irremediavelmente perdido, devemos recorrer a uma forma alternativa de responder tais questionamentos. Tal forma rompe com as duas primeiras acima apresentadas, pois depende da afirmação do caráter *social* da investigação histórica e, em igual medida, da *especificidade do presente* (qualquer que seja este) em relação ao passado (igualmente, medieval, pré-histórico, moderno etc.).

Assim, ambos os aspectos encontram-se vinculados a uma perspectiva que, por enfatizar o caráter social do conhecimento, está atenta para as possíveis conseqüências que se apresentam de acordo com os seus resultados. Pois, como sabem os historiadores, a partir da análise dos fluxos temporais que vinculam passado e presente, pode-se eleger como ponto de vista da investigação tanto a continuidade (que efetivamente vincula tais momentos) quanto a transformação (que expressa o efetivo movimento da história). Tais caminhos, contudo, encontram-se vinculados a interesses bastante explícitos: de um lado, a afirmação de que passado e presente diferem apenas naquilo que é acessório e, portanto, que o futuro nos guarda apenas mais do mesmo; por outro lado, a análise do passado que explicita a diversidade dos modos de vida experimentados pela humanidade – os inúmeros lugares onde o ogro da lenda fareja a carne humana – e, assim, nos deixa vislumbrar um futuro aberto, rico em possibilidades.

Nesse ponto, cabe perguntar e distinguir a quem servem os atuais modos de fazer história. Que relações e percepções são reforçadas por um conhecimento crescentemente inútil e irrelevante, a infinita coleção de singularidades descritas em seus pormenores mais microscópicos? Incapazes de agrupar seus resultados cada vez mais ínfimos em visões de conjunto, a quem servem os historiadores? E que relações e percepções são desafiadas se tomamos como diretriz central a investigação científica e rigorosa dos diversos modos de

vida que experimentou a humanidade, suas relações, lógicas e dinâmicas gerais? Contra o famoso “*There Is No Alternative*” (TINA), apenas a afirmação da radical historicidade do presente pode ser efetiva.

Se Karl Marx dedicou boa parte de sua vida à análise e desvelamento das estruturas e relações do modo de produção capitalista, jamais esqueceu que é a historicidade dessa formação social que põe suas possibilidades de superação. Tal historicidade só é palpável, contudo, se fizermos avançar o estado da ciência sobre as formações sociais pretéritas.

Tendo como determinações primárias as questões acima abordadas, o presente trabalho pretendeu analisar e contribuir para o progressivo desvelamento de uma lógica e de uma dinâmica geral do medievo. Ao nos depararmos com um quadro de referências historiográficas explicitamente contrário (se não antagônico) a tais objetivos, foi necessário empreender um movimento duplo e fundamental: por um lado, o desenvolvimento de uma crítica profunda das referências historiográficas contemporâneas – analisadas à luz de sua evolução em relação ao panorama intelectual geral – e, por outro lado, o desenvolvimento de um quadro de referências teóricas e metodológicas que fosse capaz de fundamentar de forma rigorosa a análise pretendida. Assim, dedicamos parte importante do trabalho a tais desenvolvimentos. Contudo, se obtivemos sucesso em nosso intento, observa-se agora que os aparentes desvios foram essenciais para o desenvolvimento da análise em questão.

A investigação empreendida foi então capaz de, através da crítica explanatória da historiografia dedicada ao medievo, estabelecer a economia como “não-tema” e analisar as razões dessa “não-visão”, fundadas primordialmente no seccionamento da totalidade social em esferas reciprocamente independentes. No mesmo movimento, desenvolvemos um quadro geral que fosse capaz de realocar a economia como parte da totalidade social (Capítulo I).

Em seguida (Capítulo II), demonstramos através da análise das formas de intercâmbio alto-medievais o caráter dominante da troca de presentes e subordinado do comércio. Tal análise, empreendida através do confronto entre teoria e testemunho documental, teve como resultados também o desenvolvimento de um modelo das formas de intercâmbio alto-medievais e o conseqüente refinamento tanto do conceito de comércio (implicando a cunhagem do um conceito historicamente específico, o comércio pré-capitalista) quanto do conceito de troca de presentes (dom). Este último foi caracterizado – em sua aplicação para o alto-medievo – como uma forma de figuração historicamente específica de posições sociais desiguais, as quais concorrem para a criação e reforço de relações de dependência pessoal. Ou seja, como forma da dominação.

Por fim, ao alcançarmos o nível mais estrutural de nossa análise (Capítulo III), investigamos as relações de dependência pessoal (RDP) como as relações sociais fundamentais. Dessa forma, em relação ao complexo de relações analisado no Capítulo II, demonstramos que as RDP constituíam o efetivo núcleo de relações que tinha como sua forma de manifestação a troca de presentes. Assim, foi possível desvelar as relações de dependência pessoal como fundamento socialmente necessário para a emergência de formas de intercâmbio expressas pela e no quadro da troca de presentes. Em adição, ao verificarmos que as RDP tinham como seu locus primordial as relações de produção, fomos capazes de demonstrar como tais relações, através do caráter estrutural das RDP, constituíam o modelo e o conteúdo de relações extremamente diversificadas. Assim, através do desvelamento e caracterização das RDP, a presente análise teve como resultado também o desvelamento parcial de uma lógica geral da sociedade alto-medieval. Seus necessários complementos dependem de investigações que vinculem as relações de dependência pessoal a complexos diversos de relações alto-medievais, para além das formas de intercâmbio aqui investigadas.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

- AHERNE, Consuelo Maria. **Valerio of Bierzo**. An ascetic of the Late Visigothic Period. Washington D.C., The Catholic University of America Press, 1949.
- CÉSAR. **Comentários sobre a Guerra Gálica** (*Comentarii de Bello Gallico*). Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.
- DIAZ y DIAZ, Manuel C. (Ed.). **La vida de San Fructuoso de Braga**. Estudio y edición crítica, Braga, 1974.
- GARVIN, J. N. (Ed.). **Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium**. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 1946.
- OROZ, José (Ed.) Sancti Braulionis Caesaraugustani Episcopi. **Vita Sancti Aemiliani**. Perficit, S/l., Segunda Serie, v. IX, n. 119-120, pp. 165-227, 1978.
- TÁCITO. **Germânia** (*De Origine et situ Germanorum*). Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.ger.shtml>.
- SCOTT, S. P. (Ed.). **The Visigothic Code** (*Forum Iudicum*). Boston Book Company, 1910. Disponível online em <http://libro.uca.edu/vcode/visigoths.htm>.
- VELÁZQUEZ, Isabel (Ed.). **Vidas de los santos Padres de Mérida**, Madrid: Editorial Trotta, 2007.
- VIVES, José (Ed.). **Concípios Visigóticos e Hispano-romanos**, Madrid, CSIC, 1963.
- ZEUMER, K., & WERMINGHOFF, A.. **Leges Visigothorum**. Hannoverae et Lipsiae, Impensis Bibliopolii Hahniani, 1902.

Bibliografia Citada

- ALGAZI, Gadi; GROEBNER, Valentin; JUSSEN, Bernhard. **Negotiating the Gift: Pre-modern Figurations of Exchange**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.
- ALMEIDA, A.C.L; AMARAL, C. de O.. O Ocidente Medieval segundo a historiografia brasileira. **Medievalista online**, ano 4, n.4, p.1-41, 2008. Disponível online em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-almeida-amaral.htm>.
- APPADURAI, Arjun (Ed.). **The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- ARTHUR, Christopher J.. "The Concept of Money" IN: A. CHITTY, A; MCIVOR, M. (Eds.). **Karl Marx and Contemporary Philosophy**, Palgrave Macmillan, 2009.

- BANAJI, Jairus. **Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation.** Leiden: Brill, 2010.
- BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. **La formación del feudalismo en la Península Ibérica.** Barcelona, Editorial Crítica, 1986.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América** São Paulo: Globo, 2006.
- BASTOS, M. J. M. ; RUST, L. D. **Translatio Studii. A História Medieval no Brasil.** *Signum*, 10, p. 163-188, 2009.
- BASTOS, Mário Jorge da Motta. Escravo, servo ou camponês? “Relações de produção e luta de classes no contexto da transição da Antiguidade à Idade Média (Hispania – séculos V-VIII)” IN: **POLITEIA: História e Sociedade**, V. 10, N. 1, 2010, pp. 77-105.
- BASTOS, Mário Jorge da Motta. **Religião e Hegemonia Aristocrática na Península Ibérica (Séculos IV-VIII).** São Paulo: USP, 2002.
- BASTOS, Mário Jorge da Motta; PACHÁ, Paulo Henrique de C.. **Por uma negação afirmativa do ofício do Medievalista!**, 2011. Trabalho apresentado no *IX Encontro Internacional dos Estudos Medievais: O ofício do medievalista*, Cuiabá, 2011.
- BELLOFIORE, R.; TAYLOR, N. (Eds.). **The Constitution of Capital: Essays on Volume I of Marx's 'Capital'**, Palgrave, 2004.
- BERNARDO, João, **Poder e Dinheiro.** Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV, Vol. 1, Porto: Afrontamento, 1995.
- BERNARDO, João. O dinheiro: da reificação das relações sociais até o fetichismo de dinheiro. *Revista de Economia Política*, Vol. III, N. 1, 1983.
- BHASKAR, Roy. **The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**, New York: Routledge, 1998.
- BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal.** Lisboa: Edições 70, 1987.
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BONNASSIE, P. “Supervivencia y extinción del régimen esclavista en el Occidente de la Alta Edad Media (siglos IV-XI)” IN: Idem. **Del esclavismo al feudalismo en Europa occidental.** Barcelona: Crítica, 1993.
- BORGES, Jorge Luis. Funes el memorioso. IN: Idem. **Ficciones.** Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). **A Dictionary of Marxist Thought.** Oxford and Cambridge: Blackwell, 2005.
-

- BRENNER, Robert. "Agrarian Class Structures and Economic Development in Pre-Industrial Europe" IN: Aston, T.H. and C.H.E. Philpin (Eds.) **The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 10-63.
- BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Presença, 1999.
- BROWN, Peter. **The Cult of the Saints - Its Rise and Function in Latin Christianity**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- CARRIER, James. **Gifts and Commodities: Exchange and Western Capitalism Since 1700**. London and New York: Routledge, 1995.
- CASTELLANOS, Santiago, "Culto de los santos y unanimitas social en Hispania (siglos IV-VII)", Separata del libro Homenaje al Profesor Montenegro, **Estudios de Historia Antigua**, Universidad de Valladolid, 1999, 749-757;
- CASTELLANOS, Santiago, "La capitalización episcopal del culto de los santos y su trasfondo social: Braulio de Zaragoza", **Studia Historica**. Historia Antigua, XII, 1994, 169-177 (Salamanca);
- COLLINS, Roger. **Visigothic Spain: 409-711**. Oxford: Blackwell Pub, 2004.
- CURTA, Florin. "Merovingian and Carolingian Gift Giving" IN: **Speculum**, 81, 2006, p. 671-699.
- DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. "Propiedad y poder: la Iglesia lusitana en el siglo VII", in A. Velazquez, E. Cerrillo & P. Mateos (edes.), **Los Últimos Romanos en Lusitania, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano**, 1995, 49-72 (Cuadernos Emeritenses, 10).
- DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo. "Sumisión voluntaria: estatus degradado e indiferencia de estatus en la Hispania visigoda (FV 32)" IN: **Studia historica**. Historia antigua Bd. 25, 2007, pp. 507-524.
- DOCKÉS, Pierre. **La liberación medieval**, Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Edusc, 2003.
- DU CANGE, et al., **Glossarium mediae et infimae latinitatis, éd. augm.**, Niort: L. Favre, 1883-1887.
- DUAYER, M. **Capital: More Human than Human** (Blade Runner e a Barbárie do Capital). Niterói: Departamento de Economia / UFF, 1999 (Texto cedido pelo autor).
- DUAYER, M. Concepção de História e Apostasias de Esquerda. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 22, p. 109-131, 2006.
-

- DUAYER, M. Relativismo, Certeza e Conformismo: Para uma Crítica das Filosofias da Perenidade do Capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 27, p. 58-83, 2010.
- DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval**. Lisboa: Editora 70, 1987.
- DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico**. Lisboa: Estampa, 1993.
- FERNANDEZ ALONSO, Justo. **La cura pastoral en la España romanovisigoda**. Roma, Iglesia Nacional Española, 1955.
- FIRTH, Raymond; YAMEY, Basil S.. **Capital, Saving and Credit in Peasant Societies**, Chicago: Aldine Publishing Co., 1964.
- FONTANA, Josep. **História: Análise do Passado e Projeto Social**. Edusc: Bauru, 1998.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo – Teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.
- FOURQUIN, Guy. **História Econômica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1986.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- FRIGHETTO, Renan. **Panorama económico-social del NO. de la Península Ibérica en época visigoda**. La obra de Valerio del Bierzo. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1996. Tese (Doutorado em História Antiga), 1996.
- FRIGUETTO, R.; FERNANDES, F. R.. **Cultura e Poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá Editora, 2001.
- FRIZZO, Fábio. **A Baixa Núbia como Infra-Estrutura para Construção da Potência Hegemônica Egípcia na XVIIIª Dinastia (1550-1323 a.C.)**, Niterói, 2010, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- GARCIA DE CORTAZAR, J. A.. **La Sociedad Rural en la España Medieval**. Madrid: Siglo XXI, 1990.
- GARCÍA IGLESIAS, L.. **Estudios sobre la Antigüedad en Homenaje al Profesor Santiago Montero Díaz**, Madrid, 1989, 391-401.
- GARCÍA MORENO, L. A. “Disidencia religiosa y poder episcopal en la España tardoantigua (ss. V-VII)”, in Francisco Javier Lomas & Federico Devís (eds.), **De Constantino a Carlomagno**. Disidentes, Heterodoxos, Marginados. Cádiz, Universidad de Cádiz, 1992, 135-158.
-

- GARCÍA MORENO, L. A. “Élites e Iglesia hispanas en la transición del imperio romano al reino visigodo”, in José Maria Candau et al. (org.), **La Conversión de Roma**. Cristianismo y Paganismo, Madrid, Ediciones Clásicas, 1990, pp. 223-258.
- GARCÍA MORENO, L. A.. **Historia de España Visigoda**, Madrid, Cátedra, 1998.
- GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo (dir.), **Historia de la Iglesia en España**, I, La Iglesia en la España romana y visigoda (siglos I-VIII), Madrid, BAC, 1979.
- GEARY, Patrick. **Living with the Dead in the Middle Ages**. Ithaca: Cornell University Press, 1994. p. 194-218.
- GILL, Christopher *et all* (Eds.), **Reciprocity in Ancient Greece**. New York: Clarendon Press, 1998.
- GODELIER, Maurice, L'idéal et le matériel. Pensée, économies, sociétés. Paris, Fayard, 1984.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GREGORY, C. A., **Gifts and Commodities**. London: Academic Press, 1982.
- GRIERSON, Philip. “Commerce in the Dark Ages: a critique of the evidence” IN: **Transactions of the Royal Historical Society**, 5th Series, Vol. 9. London, 1959, pp. 123-140.
- GUERREAU, Alain. **L'Avenir d'un passé incertain**. Quelle histoire du Moyen Âge au xxie siècle?, Paris: Le Seuil, 2001.
- HOUTART, François. **Sociologia da Religião**, São Paulo, Ática, 1994.
- JOSEPH, Jonathan; KENNEDY, Simon. “The Structure of the Social” IN: **Philosophy of the Social Sciences**, 30 (4), 2000, p. 511.
- KING, P. D.. **Law and Society in the Visigothic Kingdom**, Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- LE GOFF, Jacques. Las mentalidades. Una historia ambigua. p. 5. Disponible online em [http://ares.unimet.edu.ve/derecho/fpep12/apoyo/Las mentalidades.pdf](http://ares.unimet.edu.ve/derecho/fpep12/apoyo/Las%20mentalidades.pdf)
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (eds.), **Faire de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss” IN: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naif: 2008.
-

- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.
- LUKÁCS, G. **A ontologia do ser social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1970.
- LUKÁCS, G.. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. (Cap.IV de **Ontologia do Ser Social**), trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1979.
- MACEDO, José Rivair. **Os estudos medievais no Brasil: catálogo de teses e dissertações**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003. Disponível online em www.abrem.org.br/copiar.php?arquivo=CatalogoTeses.pdf.
- MARX, Karl. “Forms Preceding Capitalist Production”, IN: MARX, Karl. **Economic Works: 1857–61**, volume 29 (Marx-Engels Collected Works). International Publishers: New York, 1987.
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 44.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” IN: Idem. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 185-314.
- MEAD, Rebecca. The Marx Brother. **The New Yorker**, New York, p. 38-47, 5 de Maio, 2003.
- MURRAY, Patrick. **Marx's Theory of Scientific Knowledge**. Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1988.
- ORLANDIS, José. **Estudios de Historia Eclesiástica Visigoda**, Pamplona, EUNSA, 1998.
- ORLANDIS, José. **La Iglesia en la España visigótica y medieval**, Pamplona, 1976.
- PEARSON, Harry W.. The Secular Debate on Economic Primitivism IN: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W.. **Trade and market in the early empires: Economies in history and theory**. New York: The Free Press, 1957, p. 3-11.
- PEPPERELL, Nicole. **Disassembling Capital**. Melbourne, 2010. 291f. PhD Thesis. School of Global Studies, Social Science and Planning, Melbourne, 2010.
- PIRENNE, Henri. “Mahomet et Charlemagne” IN: **Revue belge de philologie et de l'histoire**, I, 1922, p. 77-86.

- PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno**, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970
- POLANYI, Karl. Aristotle Discovers the Economy. IN: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W.. **Trade and market in the early empires: Economies in history and theory**. New York: The Free Press, 1957, p. 68.
- POLANYI, Karl. The Economy as Instituted Process. IN: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W.. **Trade and market in the early empires: Economies in history and theory**. New York: The Free Press, 1957, p. 243-270.
- POSTONE, Moishe. **Time, Labour, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- REZENDE, Jorge de. **Obstetrícia**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p. 706-707.
- SCHIAVONE, Aldo. **Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno**. São Paulo: EDUSP, 2005
- SILVA, Leila Rodrigues. “As adversidades na construção de um herói: reflexões sobre a Vita Sancti Fructuosi” IN: BASTOS, M. J. M.; FORTES, C. C. (org.). **Idade Média: abordagens interdisciplinares**. Rio de Janeiro: PEM, 2009. p. 115-120.
- SILVA, Leila Rodrigues. **Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- THOMPSON, E. P.. An open letter to Leszek Kolakowski. IN: Idem, **The poverty of theory and other essays**. New York: Monthly Review Press, 2008.
- TORRINHA, Francisco. Dicionário latino português. Porto: Gráficos Reunidos, 1942.
- WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400–800**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WOOD, Ellen Meiksins. A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo. IN: **Democracia Contra Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.
-